



O BRASIL NO PALANQUE

A GEOGRAFIA POLÍTICA
DAS DIRETAS JÁ

Adriano Codato

 FGV EDITORA

INSTITUTO
DECLATRA

Realização: Instituto Declatra (Defesa da Classe Trabalhadora)

Presidenta: Mirian Gonçalves

Produtora-executiva: Kelen Vanzin

Designer: Aline Pinoti

Autor: Adriano Codato

INCT Representação e Legitimidade Democrática (ReDem) – Processo n. 406649/2022-7

Participação institucional: Esta obra foi desenvolvida com contribuição de pesquisas, informações, acervos, documentos e materiais relacionados ao Projeto Museu da Democracia, desenvolvido pelo Instituto Defesa da Classe Trabalhadora – iDeclatra.

Coordenação geral da pesquisa arquivística: Angela Moreira (UFF)

Pesquisa em arquivos:

Regiões Norte e Nordeste: Cibele Alexandre Uchoa (Universidade de Fortaleza)
e Willaine Araújo Silva (Universidade Católica de Pernambuco)

Coordenação: João Paulo Allain Teixeira (UFPE/ UNICAP)

Regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul: Angela Moreira (UFF)

Revisão de texto: Fábila Berlatto

O BRASIL NO PALANQUE

A GEOGRAFIA POLÍTICA
DAS DIRETAS JÁ

Adriano Codato

 **FGV EDITORA**

INSTITUTO

DECLATRA

Copyright © 2026 Adriano Codato

Direitos desta edição reservados à
FGV EDITORA
Rua Jornalista Orlando Dantas, 9
22231-010 | Rio de Janeiro, RJ | Brasil
Tel.: 21-3799-4427
editora@fgv.br | www.editora.fgv.br

Todos os direitos reservados. A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação do copyright (Lei nº 9.610/98).

Os conceitos emitidos neste livro são de inteira responsabilidade dos autores.

1ª edição: 2026

Preparação de originais: Ronald Polito
Projeto gráfico de miolo e diagramação: Abreu's System
Revisão: Michele Mitie Sudoh
Diagramação da capa: Aline Carrer
Foto da capa: Ivan Bueno

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Mario Henrique Simonsen/FGV

Codato, Adriano Nervo, 1965-
O Brasil no palanque : a geografia política das Diretas Já / Adriano
Codato. – Rio de Janeiro : FGV Editora, 2026.
208 p.

Inclui bibliografia.
Em parceria com iDECLATRA – Instituto Defesa da Classe
Trabalhadora
ISBN: 978-65-5652-528-0

1. Brasil – Política e governo – 1979-1985. 2. Movimentos sociais.
I. Fundação Getúlio Vargas. II. Instituto Defesa da Classe Trabalhadora.
III. Título.

CDD – 320.981

Elaborada por Mariane Pantana Alabarce – CRB/7-6992

Digo que aqueles que condenam os tumultos entre os nobres
e a plebe parecem censurar justamente aquilo que foi a causa
primeira da conservação da liberdade de Roma. [trad. livre]

Nicolau Maquiavel

Discorsi sopra la prima deca di Tito Livio

Sumário

Prefácio <i>Dulce Chaves Pandolfi</i>	9
Apresentação <i>Mírian Gonçalves</i>	11
Introdução	13
1. As Diretas Já no contexto da transição política	19
1.1 As cinco fases da ditadura militar	19
1.2 As Diretas Já no contexto de desagregação do regime	21
1.3 A transição controlada e seus paradoxos	22
1.4 Os condicionantes internos das Forças Armadas	24
1.5 A dialética entre eleições e democratização	26
1.6 A “democracia relativa” como horizonte político	27
1.7 A persistência dos dispositivos autoritários	28
2. Organização, repertório e escala do movimento	30
2.1 Antecedentes parlamentares: a demanda antes da campanha	30
2.2 A construção da campanha: 1983	32
2.3 A arquitetura organizacional	33
2.4 O repertório de ação	36
2.5 A escalada: da Boca Maldita ao Anhangabaú	39
2.6 A Emenda Dante de Oliveira: texto, estratégia e fracasso	42
2.7 Derrota parlamentar e redirecionamento do movimento	44
2.8 A forma do movimento e a aritmética da derrota	45
3. As Diretas Já nos estados: atores, capilaridade e intensidade	47
3.1 Nordeste: militância de base, organização comunista	49
3.2 Norte: mobilização desigual e baixa capacidade organizativa da oposição	73

3.3 Centro-Oeste: mobilização expressiva, intensidade assimétrica	85
3.4 Sudeste: movimento de massa, penetração cultural e contradição política	93
3.5 Sul: campanha organizada, contínua e de massa	113
3.6 Padrões regionais: uma leitura de conjunto	126
4. Símbolo, cotidiano e contradição: o legado do movimento	132
4.1 A reinvenção da linguagem política	133
4.2 Repertório e território	137
4.3 A política fora dos comícios	140
4.4 Tensões, resistências, limites	141
4.5 Um legado ambivalente	144
Conclusão: as Diretas Já e o problema da representação democrática	147
Apêndice: Cronologia política (1979-1985)	155
Notas metodológicas	169
Procedimentos da pesquisa e a natureza da documentação	169
História política e ciência política: o estatuto da demonstração	171
Posfácio <i>Paulo Vannuchi</i>	177
Notas	179
Sobre o autor	191
Lista de siglas e abreviaturas	193
Referências e fontes	197

Prefácio

A ditadura implantada no Brasil em 1964 censurou, sufocou, prendeu, torturou e matou seus opositores, mas sempre encontrou resistências. Foi, sobretudo, mais para o final dos anos 1970 que diferentes movimentos sociais irromperam na cena pública empunhando bandeiras variadas: contra a carestia, por moradia, contra o desemprego, pelo fim do arrocho salarial, por liberdade sindical, por creches, por saúde, por maior participação política, por anistia, por eleições diretas, por liberdades democráticas. O país passou a viver uma espécie de surto associativista e algumas conquistas, ainda que parciais, foram alcançadas: supressão oficial da censura, anistia, fim do bipartidarismo, revogação do famigerado Ato Institucional nº 5, eleição direta para governadores etc. Nesse contexto de crescente mobilização, a sociedade também passou a pressionar para que a eleição do presidente da República, marcada para janeiro de 1985, fosse realizada de forma direta. E, até mesmo no parlamento, deputados e senadores se moviam nessa direção. Mas a ditadura se mostrava intransigente.

Entretanto, as articulações e as pressões da sociedade em relação a essa questão surpreenderam o regime. Em 1983 o grito “Diretas Já!” ecoou forte em todo o país. Em março daquele ano, um jovem deputado do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Dante de Oliveira, havia apresentado ao Congresso Nacional uma emenda à Constituição propondo eleição direta para presidente. A luta pela aprovação da emenda parlamentar ajudava a impulsionar comícios e outras formas de manifestações que passaram a ocorrer nas grandes, médias e pequenas cidades, em todas as regiões do Brasil.

Com a palavra de ordem “Diretas Já!”, o movimento rapidamente se transformou num dos maiores da nossa história. Em 25 de abril de 1984, sob grande expectativa e a despeito de toda a mobilização, a emenda das eleições diretas foi votada e derrotada na Câmara dos Deputados. Obteve maioria de votos, mas não obteve a quantidade suficiente para reformar a Constituição de 1967.

Se a campanha das Diretas Já foi uma das maiores mobilizações vividas pelo país, sua derrota imposta pelo parlamento acarretou uma enorme frustração. Entretanto, o acúmulo de forças resultante daquelas mobilizações foi decisivo para a saída dos militares do poder em 1985 e deixou saldos positivos para a luta que travamos pela nossa democracia até hoje.

De forma competente e instigante, essa é a história que este livro nos conta. Uma história ainda pouco narrada e por isso sua leitura se faz necessária e até mesmo obrigatória.

Dulce Chaves Pandolfi

Universidade da Cidadania/UFRJ

Rio de Janeiro, agosto de 2026

Apresentação

O Instituto Defesa da Classe Trabalhadora (iDeclatra) idealizou no final de 2022 o “Museu da Democracia” a ser instalado no prédio histórico dos Correios em Curitiba. Com o apoio de Itaipu Binacional, todo o plano básico do museu foi realizado contemplando expografia, museologia, curadoria e os estudos arquitetônicos, hidráulicos, elétrico, de segurança e acessibilidade. Concomitantemente, iniciou-se a construção do acervo do equipamento museal, cujo recorte temporal é a redemocratização brasileira, na década de 1980, iniciando pelo movimento das “Diretas Já” em todo o país.

As pesquisas da curadoria foram coordenadas pela professora de história da Universidade Federal Fluminense (UFF), Angela Moreira, e tiveram colaborações de pesquisadores da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade Católica de Pernambuco (Unicap) e da Universidade de Fortaleza (Unifor). A supervisão técnica coube ao professor de ciência política da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Adriano Codato. Em busca da formação de um dos maiores acervos nacionais sobre a temática, o Instituto Declatra articulou parcerias e manteve contato com diversos bancos de dados a exemplo do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getulio Vargas (FGV CPDOC) e do Arquivo Edgard Leuenroth (AEL) da Unicamp.

A excelência do material gerado culminou no presente livro, trazendo detalhes do movimento “Diretas Já” nas cinco regiões brasileiras, um diferencial da obra de autoria do professor Codato.

Desde sua fundação em 2013, o Instituto Declatra desenvolve projetos que visam ao conhecimento científico nas áreas das ciências sociais, do direito, da cultura. No que concerne ao projeto do “Museu da Democracia”, em 2024 ele foi apresentado no encontro realizado pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs). Nesse mesmo ano, o iDeclatra realizou, com o patrocínio do Banco do Brasil, o seminário “A redemocratização brasileira, movimentos sociais e o Museu da Democracia” na capital paranaense para debater os principais eixos estruturantes da proposta. Em 2025, lançou a Carta de Apoiadores que reúne assinaturas de artistas, políticos, acadêmicos, intelectuais como a filósofa Marilena Chauí. Em 2026, o Instituto lançou o documentário *Elas escreveram o futuro: mulheres e a Constituinte* com o apoio do Ministério das Mulheres.

Ao longo de quatro anos, construiu-se um memorial do “Museu da Democracia” com base na pluralidade e no amplo espectro político. Assim se concretizou mais um projeto que muito nos orgulha, o livro *O Brasil no palanque: a geografia política das Diretas já*.

Boa leitura!

Mírian Gonçalves
Presidenta do Instituto Declatra

Introdução

O movimento social das Diretas Já é um dos episódios mais bem estudados da história política brasileira e, paradoxalmente, um dos menos conhecidos em toda a sua extensão. A historiografia nacional consolidou uma narrativa centrada nos grandes comícios de São Paulo e do Rio de Janeiro, nas principais lideranças políticas (Montoro, Brizola, Ulysses, Tancredo, Lula) e na crônica da derrota da Emenda Dante de Oliveira na Câmara dos Deputados em 1984. O que ficou de fora dessa história consagrada é o que este livro documenta, conta e analisa: o *movimento de massas* em todo o país, de Rio Branco a João Pessoa, de Macapá a Porto Alegre.

A investigação que originou este volume partiu de uma pergunta simples, mas pouco frequente: o que aconteceu politicamente *em todos os estados brasileiros* quando se engajaram no movimento pela eleição direta para presidente da República?

Com base em um trabalho sistemático nos arquivos de monitoramento da sociedade e de espionagem política, em hemerotecas digitais e em acervos institucionais, foi possível reconstruir a campanha pelas Diretas Já em cada unidade da Federação e nos territórios, com a exceção do Distrito Federal. O resultado revela uma capilaridade territorial que contraria a imagem de um fenômeno hiperconcentrado no Sudeste. Como movimento de massas, o ciclo nacional dos grandes comícios começou em Curitiba em janeiro de 1984, culminou no Anhangabaú em abril e voltou a Curitiba em junho, já depois da derrota parlamentar. Mas as Diretas Já chegaram também aos territórios do Amapá e de Roraima, às cidades médias do interior nordestino e a

Manaus. Chegaram a toda parte por caminhos distintos, articulando a grande demanda política nacional de então a problemas contextuais de cada cidade ou região.

O argumento central deste livro é que a *geografia política* da mobilização, esquadrihada detalhadamente aqui, não constitui apenas uma ampliação descritiva da história das Diretas Já. Ela permite compreender como uma reivindicação nacional, territorialmente ampla, foi convertida em pressão política sobre o parlamento e o regime ditatorial. Em cada estado, a campanha acionou redes locais, produziu novos públicos, constrangeu seus representantes parlamentares e traduziu a demanda jurídica abstrata por “soberania popular” em presença física, visível e mensurável. Converter presença em número foi a tecnologia política central da campanha, examinada em detalhe no capítulo 2, e é ela que liga a geografia da mobilização à aritmética da votação na Câmara. A força da campanha das Diretas Já não esteve, portanto, apenas no tamanho dos grandes comícios, mas na capacidade de fazer circular, por diferentes escalas territoriais, uma mesma questão institucional: quem teria o direito de escolher o (próximo) presidente da República?

O movimento social pelas Diretas é situado aqui no interior do processo mais amplo de desagregação do regime ditatorial-militar. Essa moldura, ao mesmo tempo *histórica* e *teórica*, importa porque permite compreender as Diretas Já não como um episódio isolado “contra a ditadura”, mas como uma tentativa de aceleração da transição para um novo regime, que as elites militares insistiram, a todo custo, em controlar e adiar. Dizer isso não é atribuir às Diretas Já o protagonismo da transformação política. A transição brasileira continuou sendo conduzida pelas elites militares secundadas por interlocutores civis confiáveis. Já a campanha atuou em outro nível: alterou os custos políticos da saída imaginada do regime, coordenou o bloco das oposições, ampliou o léxico político e tornou mais difícil legitimar a fórmula da sucessão presidencial indireta.

A derrota da Emenda Constitucional de Dante de Oliveira, em 25 de abril de 1984, mostrou, *por outro lado*, os limites dessa capacidade transformadora. A mobilização territorial produziu maioria social, visibilidade pública e constrangimento político, mas não foi capaz de atravessar integralmente o filtro institucional desenhado pelo regime ditatorial. O Legislativo funcionou como o grande ponto de bloqueio da soberania popular reativada nas ruas. Ainda assim, a derrota parlamentar não anulou o *efeito simbólico* da campanha, deslocando seus resultados para outro plano. Depois da mobilização das Diretas, a sucessão presidencial indireta já não podia ser apresentada como uma forma legítima de saída pactuada do regime, visto que precisava ser justificada para uma sociedade que havia demonstrado sua preferência por outra fórmula de escolha.

A campanha, como se lerá a seguir, teve um efeito político real: democratizou a linguagem política brasileira, recuperou símbolos sequestrados em 1964 pelos militares (as cores, a bandeira, o hino), transformando-os em instrumentos de contestação política aberta, e forjou repertórios de ação coletiva que, se já existiam marginalmente antes de 1984, não tinham ganhado, ainda, todo esse impulso cívico. As Diretas Já tiveram o poder para nacionalizar, sincronizar e recombinar formas de ação em torno de um alvo político único. Além dos grandes comícios, assistiu-se a enterros encenados do Colégio Eleitoral, plebiscitos simulados, placares públicos de monitoramento dos votos dos parlamentares e comícios-relâmpago em universidades e fábricas. Entretanto, a grande empreitada social pelas eleições para presidente não foi capaz de impedir a conciliação entre as elites civis e militares, que, ao final, preservaram elementos importantes da ordem política autoritária.

Feitas todas as contas, a herança desse movimento de massas é ambivalente. É nesse descompasso entre sua *potência social* transformadora e a capacidade de *bloqueio institucional* da ditadura que se deve localizar o legado das Diretas Já.

O livro está organizado em quatro capítulos. O capítulo 1 reconstroi as condições históricas e institucionais que tornaram a campanha possível e, ao mesmo tempo, limitaram seu alcance: a desagregação do regime, a liberalização controlada, os condicionantes internos das Forças Armadas e a persistência de dispositivos autoritários. O capítulo 2 passa das condições históricas de possibilidade à construção do movimento político. Ele examina seus antecedentes parlamentares, sua arquitetura organizacional, os repertórios mobilizados, a escalada dos atos e a tentativa de converter a maioria social nas ruas na maioria qualificada exigida no Congresso. O capítulo 3 muda a escala de análise e narra a campanha nas unidades da Federação. A descrição por estado é seguida de uma comparação regional que relaciona intensidade da mobilização, presença de governos opositores e papel organizativo da esquerda clandestina. O capítulo 4 retorna ao argumento geral. Analisa a reinvenção da linguagem política, a circulação dos repertórios pelo território, a infraestrutura cotidiana da mobilização, suas tensões internas e seu legado ambivalente. A Conclusão formula, enfim, o problema de fundo do livro em termos de representação democrática e situa o caso brasileiro entre tipos possíveis de transição política, distinguindo a força social da mobilização de sua capacidade de produzir uma ruptura democrática.

As figuras e os quadros fazem uma *redução analítica* progressiva da massa documental reunida no livro. A figura 1 constrói o espaço de propriedades dos repertórios de ação do movimento das Diretas cruzando grau de institucionalização e presença de massas; o quadro 1 compara as condições políticas e organizativas associadas às diferenças de intensidade entre as unidades da Federação; a figura 2 projeta territorialmente a tipologia da figura 1 e mostra onde cada repertório estadual incidiu; a figura 3 condensa o encadeamento interpretativo indo da liberalização controlada ao legado ambivalente herdado com a mudança de regime; e a figura 4 desloca o caso para um plano comparativo, cruzando intensidade da mobilização e densidade dos enclaves autoritários no pós-1985. Vistas em sequência,

essas sínteses convertem uma coleção heterogênea de ações e eventos em tipos de repertório, padrões territoriais, relações analíticas e implicações teóricas.

Este trabalho de síntese da massa de informações sobre as Diretas Já não substitui a reconstrução narrativa nem apaga a incerteza das fontes históricas. A Cronologia política, o quadro A1 e as Notas metodológicas fazem o caminho de volta das generalizações analíticas aos acontecimentos, às estimativas e aos critérios de inferência. A arquitetura do livro é, portanto, deliberadamente cumulativa. Ela parte das condições históricas do regime, passa pela variação subnacional da campanha e chega ao problema mais amplo da relação entre mobilização popular, instituições representativas e mudança de regime político. O livro combina a história política, que reconstitui o acontecimento na sua singularidade, e a ciência política, que dele extrai tipos, padrões e comparações.

1. As Diretas Já no contexto da transição política

O período do regime ditatorial-militar não foi monolítico. Ele evoluiu, entre 1964 e 1985, por fases. Cada fase teve uma lógica política e institucional própria, testemunhou crises específicas e ativou mecanismos de controle político e policial que foram se transformando ao longo do tempo. Houve períodos de endurecimento crescente, um ápice repressivo, e um longo processo de transformação controlada das instituições autoritárias que se estendeu por mais de uma década, com idas e vindas. Cada fase produziu suas contradições internas e abriu brechas políticas aproveitadas pela oposição civil para forçar o ritmo da abertura. Foi numa dessas brechas que o movimento pelas Diretas Já se tornou possível. A campanha de 1983 e 1984 surgiu em parte *por causa* do regime. A liberalização parcial de fins dos anos 1970 e início dos 1980 abriu espaços de contestação para partidos, imprensa e organizações da sociedade civil que esse movimento preencheu. Ao mesmo tempo, a resistência do regime garantiu a derrota da emenda das eleições diretas em abril de 1984. Compreender as Diretas Já exige, portanto, compreender a própria trajetória histórica do regime ditatorial. Foi esse mesmo sistema político que tornou o movimento admissível e, no seu objetivo imediato, frustrado.

1.1 As cinco fases da ditadura militar

O regime ditatorial militar pode ser dividido em cinco grandes fases.

A primeira, de *constituição* (1964-1968), abrange os governos Castello Branco e Costa e Silva e corresponde à institucionalização do autoritarismo militar: eleição indireta para a presidência da República (1964), extinção dos partidos políticos herdados do período democrático anterior (1965), uma nova Constituição outorgada (1967), protestos estudantis, ações diretas e endurecimento repressivo no final do ciclo político (1968). A segunda fase, de *consolidação* (1969-1974), corresponde ao governo Médici, à vigência do Ato Institucional nº 5, ao novo ordenamento legal (1969), intensificação da repressão, desenvolvimento econômico e refluxo da luta armada antiditatorial. A terceira, de *transformação* (1974-1979), é a do governo Geisel, marcado pela política de distensão dos controles autoritários, vitória oposicionista nas eleições senatoriais de 1974, fechamento do Congresso em 1977, demissão do ministro do Exército Sylvio Frota, revogação do AI-5 em 1978. A quarta fase, de *desagregação* (1979-1985), corresponde ao governo Figueiredo: extinção legal dos dois partidos políticos permitidos pelo regime ditatorial, Aliança Renovadora Nacional (Arena) (situação) e Movimento Democrático Brasileiro (MDB) (oposição) e, com isso, reorganização da cena partidária, greves operárias, lei de anistia aos políticos cassados depois do golpe de Estado de 1964, eleições diretas para governadores em 1982, ações terroristas das facções militares radicais. A quinta, de *transição* para o regime liberal-democrático (1985-1989), corresponde ao governo Sarney: morte de Tancredo Neves, o presidente civil indicado pelo Colégio Eleitoral do regime em 1985, assunção do vice-presidente, que era um antigo quadro do próprio partido da ditadura, nova Constituição em 1988 e primeira eleição presidencial direta em 1989 (Codato, 2005).

1.2 As Diretas Já no contexto de desagregação do regime

As movimentações pela restauração imediata (“já”) de eleições diretas para presidente estão inscritas na quarta fase desse processo, de desagregação da ditadura sob Figueiredo, e são, simultaneamente, um produto da liberalização dos controles autoritários iniciada em 1974 por Geisel e um fator de aceleração da sua crise final. O movimento das Diretas Já surgiu somente depois que o regime ditatorial-militar havia estipulado procedimentos liberalizantes (restauração do pluripartidarismo em 1979, revogação do Ato Institucional nº 5, fim da censura e restauração de direitos, entre eles o *habeas corpus*), e justamente porque ele ainda mantinha intocado o núcleo ditatorial, ou seja, a exclusão da participação popular na escolha do chefe do Estado.

Essa fase de desagregação foi marcada por contradições internas. Em 1978, o general Geisel comprometeu-se a adotar eleições diretas para governadores em 1982. Em 1979, o governo militar promoveu uma anistia política tanto para os agentes da repressão quanto para os políticos cassados, além de uma reforma partidária que facultava o direito de criação de novos partidos políticos. Ao mesmo tempo, intensificou mecanismos discricionários para controlar o processo eleitoral, reprimir sindicatos e movimentos sociais. Essas incoerências refletiam as tensões políticas no interior do próprio aparelho militar e evidenciavam o caráter incerto da política de “abertura”. Por isso mesmo, essa política pode ser lida simultaneamente tanto como uma estratégia de *autopreservação institucional* quanto como uma resposta política às crescentes pressões sociais, principalmente greves operárias. É nesse contexto que emerge um grande movimento nacional pelas eleições diretas, expressando a convergência entre diferentes atores, políticos e sociais, em torno de uma demanda que significava, basicamente, o aprofundamento da democratização concebida, e constantemente protelada, pelo regime.

1.3 A transição controlada e seus paradoxos

A natureza da transição política brasileira é o segundo eixo analítico indispensável para situar as Diretas Já contextualmente. Contrariamente a interpretações que destacam o papel da pressão popular como o fator da democratização, as evidências sustentam que a transição brasileira foi conduzida pelas elites militares, e que essas precisaram apelar, a partir de meados da década de 1980, para um “pacto político”, configurando o que Share e Mainwaring (1986) denominaram “transição pela transação”: controle do andamento do processo político nas mãos dos antigos detentores do poder, negociação com elites políticas confiáveis pelo antigo regime e ausência de rupturas políticas e institucionais dramáticas.

Por oposição, a Argentina oferece o exemplo mais nítido de “transição por colapso”: a derrota militar na guerra pelas Ilhas Malvinas em 1982 desorganizou o poder da cúpula das Forças Armadas, erodiu completamente a base de sustentação interna do regime e precipitou uma transferência de poder aos civis sem que os militares pudessem agenciar seus termos, seu calendário ou preservar garantias de imunidade, o que explica tanto a rapidez do processo argentino de redemocratização quanto a posterior responsabilização judicial dos criminosos da repressão. O Chile representa um terceiro tipo de mudança política: a “transição tutelada” pelo próprio regime: a saída institucionalizada via plebiscito popular em 1988, previsto pela Constituição de 1980, imposta unilateralmente por Pinochet, converteu o instrumento de sua legitimação em mecanismo de sua derrota. A negociação que se seguiu foi menos entre elites civis e militares em condições assimétricas, como no Brasil, e mais a gestão de uma derrota dentro de um marco constitucional autoritário que o regime não conseguiu reescrever. Os três casos comparados ilustram, portanto, que o padrão brasileiro de “transição pela transação” foi apenas uma das possibilidades históricas, condicionada pela capacidade organizacional e política das nossas Forças Armadas, pelo grau de coesão interna do regime ditatorial

e pelo modo como a crise de legitimidade se manifestou, e não um modelo de todas as transições políticas sul-americanas.¹

Caracterizar a transição brasileira como “transição pela transação” não implica negar a relevância política da mobilização social de fins dos anos 1970 e princípios dos anos 1980. E aí entram tanto a movimentação nacional pelas eleições diretas quanto a série de pressões sociais sobre o Estado ditatorial: as greves operárias do ABC (1978-1980), o Movimento do Custo de Vida, depois Movimento contra a Carestia (1973-1982), Movimento Feminino pela Anistia (1975-1979), movimento estudantil (1977-1979) e também os movimentos negro, dos trabalhadores rurais sem-terra, feminista, por moradia etc. Implica, antes, distinguir *níveis distintos de causalidade*. As Diretas Já não controlaram as regras institucionais da transição e não foram capazes de impor a eleição direta para presidente. Seu efeito foi de outra natureza: elevar os custos da continuidade autoritária, tornar publicamente visível a maioria social favorável à soberania popular, sincronizar atores opositores, tanto políticos como sociais, dispersos entre todas aquelas agendas anteriores e deslocar o vocabulário legítimo da sucessão presidencial. A transição permaneceu negociada por cima, mas passou a ocorrer sob uma pressão pública que estreitava as margens de justificação da ditadura.

A política de distensão iniciada no governo Geisel (1974-1979) não representou uma concessão às demandas democráticas, mas, antes, uma estratégia de institucionalização do autoritarismo sob formas mais estáveis, previsíveis e menos explicitamente repressivas. O objetivo estratégico do ditador era antes de tudo superar as contradições internas da ditadura, particularmente a autonomização de setores do aparelho repressivo, restaurar a hierarquia no interior das Forças Armadas e assegurar as condições para uma eventual transferência controlada do governo a civis leais ao regime, sem comprometer a estrutura de poder estabelecida após 1964.

O paradoxo central dessa estratégia é que foi ela mesma que criou as condições para a emergência de um movimento de massas

nos espaços que abriu e que foram gradualmente ocupados, desde 1974, a partir das eleições senatoriais, pelas forças oposicionistas. As Diretas Já representam o momento inesperado em que esse processo de ocupação transcendeu todos os limites institucionais previstos, constituindo-se como demanda por participação direta, contradizendo, frontalmente, a lógica da transição controlada. O'Donnell e Schmitter (1986) identificaram o problema recorrente das transições latino-americanas, isto é, a incapacidade dos regimes autoritários em controlar completamente os efeitos políticos de suas próprias estratégias de liberalização. No caso brasileiro, o cálculo da todo-poderosa elite militar foi parcialmente frustrado pela dinâmica social que se desenvolveu nos espaços políticos que ela própria havia aberto.

1.4 Os condicionantes internos das Forças Armadas

A compreensão das margens de manobra do regime diante da pressão das Diretas Já exige considerar também, ou principalmente, condicionantes internos das Forças Armadas, dimensão que a literatura sobre a transição brasileira tende a negligenciar, concentrando-se, excessivamente, na dinâmica da cena política civil. Oliveira (1994) e Martins Filho (1995) demonstraram bem que as disputas internas ao aparelho militar entre os muitos tipos de “moderados” e as várias correntes de “radicais” constituíram o fator determinante da evolução do regime.

O projeto de distensão dos controles políticos, iniciado em março de 1974, estava intrinsecamente relacionado à necessidade de recompor a unidade institucional das próprias Forças Armadas, severamente comprometida pela politização dos agentes durante o período de intensificação da repressão. A autonomização político-operacional do aparelho repressivo, especificamente seus órgãos de informação e segurança interna, havia subvertido a hierarquia tradicional e as cadeias de comando, gerando focos de poder paralelo que ameaçavam a inte-

gridade institucional militar. A estratégia do governo Geisel envolveu a centralização do poder decisório na presidência da República e o enquadramento dos setores mais radicais do Exército, simbolizado pela demissão do ministro Sylvio Frota em 1977. Esse processo foi, possivelmente, a grande condição necessária para as medidas liberalizantes, mas imprimiu a marca paradoxal desse período político: seria preciso aumentar o autoritarismo do regime, tanto sobre os civis quanto sobre os próprios militares, para, posteriormente, permitir sua atenuação controlada.

O andamento do processo político brasileiro entre meados dos anos 1970 e meados dos anos 1980 foi exatamente isso e todas as idas e vindas foram a marca do governo Geisel. Em 1974, a promessa de distensão conviveu com a reação do regime ao crescimento eleitoral do MDB. Em 1975/1976, enquanto o governo procurava atenuar a política mais repressiva do período Médici, a repressão ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), a morte de Vladimir Herzog e, depois, a morte de Manoel Fiel Filho revelaram a liberdade decisória ativa dos aparelhos de segurança. Em 1976, a Lei Falcão limitou a propaganda eleitoral aberta das oposições, em 1977 o Congresso foi fechado e o Pacote de Abril redesenhou as regras da competição política em favor do regime. Ao mesmo tempo, a demissão do comandante do II Exército, depois do caso Fiel Filho, e a exoneração do ministro do Exército em 1977 indicaram o esforço de Geisel para subordinar a facção mais radical do regime ao comando presidencial. O ponto de chegada desse processo foi igualmente ambivalente: em 1978, o AI-5 foi revogado, mas os efeitos jurídicos dos atos praticados sob o estado de exceção foram preservados.

Quando as Diretas Já eclodiram, esse processo de enquadramento já havia avançado significativamente, mas as divisões internas das Forças Armadas permaneciam relevantes. A existência de uma extrema direita militar ainda ativa, responsável pelo atentado ao Riocentro em 1981, evidenciou as dificuldades do projeto de controle completo do ritmo e dos rumos da transição e as resistências internas que ele

enfrentava. Essas tensões condicionaram, por sua vez, a resposta do regime ao movimento das ruas: nem repressão aberta, que arriscaria reativar a disposição abertamente ditatorial dos setores militares mais radicais, nem concessão total às oposições políticas, que comprometeria a indicação de um nome político confiável à sucessão presidencial em 1985.

1.5 A dialética entre eleições e democratização

As eleições que o próprio regime ditatorial-militar havia mantido constituíram outro elemento importante desse contexto. Uma característica peculiar do autoritarismo brasileiro, em comparação com as demais ditaduras militares latino-americanas, foi a conservação de eleições periódicas para determinados cargos legislativos e executivos subnacionais. Elas eram muito controladas e manipuladas, mas realizadas. Essa particularidade transformou a arena eleitoral em espaço privilegiado de contestação política e o partido da oposição, o MDB, em um grande protagonista.

Os dados eleitorais do período 1974-1982 revelam o crescimento constante do voto oposicionista, culminando nas eleições de novembro de 1982, quando o PMDB conquistou os governos de estados economicamente centrais como São Paulo, Minas Gerais e Paraná, e o Partido Democrático Trabalhista (PDT) venceu no Rio de Janeiro. Esse avanço demonstrava a crescente dissociação entre a sociedade e a ditadura, bem como a incapacidade de essa ditadura de controlar, efetivamente, todos os resultados eleitorais, a despeito das alterações constantes das regras do jogo. Mais do que isso, instalou, nos principais estados do país, lideranças civis com mandato popular e interesse direto na democratização. Sem essa base política e institucional a campanha das eleições diretas teria tido um alcance muito mais limitado, como veremos mais adiante.

As Diretas Já representaram, assim, a radicalização da lógica política contestatória que já vinha se manifestando no plano partidário, eleitoral e social. Ao demandar eleições para a presidência, o movimento pretendia atingir o núcleo do sistema de poder. O caso brasileiro ilustra, portanto, o caráter ambivalente das instituições políticas autoritárias em contextos de mudança política. O instituto eleitoral, originalmente preservado para simular legitimidade democrática e administrar e controlar a competição política, foi apropriado pela oposição ao longo do tempo como um dos principais mecanismos de contestação ao regime.

1.6 A “democracia relativa” como horizonte político

A resposta da ditadura à pressão política das oposições e da sociedade estava desde logo enquadrada pelo horizonte político limitado que o regime formulou para si, isto é, não a instauração da democracia liberal, mas de uma “democracia relativa”, noção formulada pelo general Geisel em 1977.² Esse conceito expressava a ambição de instituir um sistema político que combinasse elementos políticos liberais, como eleições parlamentares periódicas e certas liberdades civis, com dispositivos autoritários, entre os quais a tutela militar sobre o processo político e restrições ao ativismo civil e à participação popular autônoma. Na imaginação dos ditadores militares brasileiros, não se visava o estabelecimento de uma democracia plena, mas a institucionalização de um regime híbrido que pudesse preservar a ordem política e social instaurada em 1964, radicalizada em 1968 e aperfeiçoada após as reformas de 1979. Nesse sentido, a transição não pretendia romper com o legado autoritário, mas adaptá-lo, da melhor maneira possível, às novas condições políticas do país, eliminando seus aspectos mais evidentemente repressivos sem comprometer seus fundamentos políticos antidemocráticos.

As Diretas Já foram, nesse contexto, um desafio frontal a esse projeto. Ao demandar a *participação popular plena* na escolha do presidente da República, o movimento questionava precisamente o elemento central do modelo político dos militares. Esse modelo previa, em termos mais específicos, a supervisão estrita sobre o processo sucessório presidencial, e, em termos mais amplos, a castração da política democrática. A mobilização de massas revelava, por sua vez, a existência de uma concepção alternativa de democracia, baseada na soberania popular, que contrastava radicalmente com o projeto meio autocrático/meio democrático das elites militares.

A derrota da Emenda Dante de Oliveira, em abril de 1984, evidenciou a capacidade ainda instalada do regime para resistir à pressão social. A eleição indireta de Tancredo Neves pelo Colégio Eleitoral, em janeiro de 1985, embora representasse o fim formal do ciclo de *presidentes militares*, assegurou a continuidade de aspectos fundamentais do regime militar no período civil subsequente. Fernandes (1986) interpretaria esse arranjo como expressão acabada da democracia restrita (“democracia forte”) instituída no governo Sarney.

1.7 A persistência dos dispositivos autoritários

A transição política “para a democracia”, conforme o vocabulário otimista da época, não se encerra, contudo, em 1985, quando Tancredo e Sarney sucedem o general Figueiredo. A solução negociada entre civis moderados e militares não radicais que prevaleceu permitiu a preservação de enclaves autoritários significativos no interior do Estado (Stepan, 1988), particularmente nas áreas de segurança, informações e justiça militar. A Constituição de 1988, apesar de todos os avanços sociais, manteve prerrogativas importantes para as Forças Armadas, como sua atribuição de garantir a “lei e a ordem”, regularizando a possibilidade de uma intervenção na política interna a qualquer tempo. A estrutura da administração pública, herdada do período autoritá-

rio, permaneceu intacta, preservando os padrões de funcionamento caracterizados pela baixa *accountability* e pela opacidade decisória.

Essa continuidade institucional não invalida o significado das Diretas Já, mas torna-o, politicamente, bem mais complexo. O movimento de massas contribuiu para expandir os limites da transição, pressionando por uma democratização mais substantiva do que a que os militares pretendiam conceder. Contudo, a solução conciliatória que prevaleceu em 1985 pariu um regime constrangido por instituições e práticas nascidas no autoritarismo. O legado da grande campanha nacional pelas eleições presidenciais é, portanto, inseparável desse resultado ambivalente. Por isso mesmo, compreender as Diretas Já significa compreender tanto o que o movimento conseguiu forçar quanto o que a estrutura do regime foi capaz de conter e preservar.

Em resumo, as Diretas Já foram produto de uma conjuntura política muito específica: um regime autoritário em desagregação, que havia liberalizado o suficiente para permitir a mobilização de massas, mas que ainda preservava autoridade suficiente também para derrotar parlamentarmente a demanda que essa mobilização trazia. O movimento foi possível porque a distensão abriu espaços institucionais. Todavia, ele foi derrotado em seu objetivo imediato porque a transição permanecia estritamente controlada. Ele foi politicamente decisivo, apesar da sua derrota, justamente porque torceu as fronteiras do debate sobre a questão da sucessão presidencial de uma forma que o próprio regime não conseguiu antecipar. O que tornou esse deslocamento possível, isto é, a organização política do movimento, seus repertórios de ação e sua capilaridade territorial são os temas do próximo capítulo.

2. Organização, repertório e escala do movimento

A expressão “Diretas Já” designa simultaneamente uma *demand*a, uma *campanha* e um *movimento*. A demanda — eleição direta para presidente da República por sufrágio universal — já existia no debate político brasileiro desde muito antes de 1983. A campanha tem início em junho de 1983, em Goiânia (GO). O movimento, entendido como mobilização de massas capaz de ocupar o espaço público em escala nacional, é o produto de um processo de escalada que começa em Curitiba em janeiro de 1984, percorre o país ao longo dos meses seguintes e tem em São Paulo e no Rio de Janeiro seus momentos culminantes. Esses três registros não são a mesma coisa, e tratá-los como sinônimos produz uma narrativa que confunde a origem da demanda com a origem da campanha, e ambas com a emergência do movimento de massas no contexto ditatorial.

2.1 Antecedentes parlamentares: a demanda antes da campanha

A campanha e o movimento de 1984 deixaram na memória pública a imagem de uma erupção espontânea da sociedade civil contra a ditadura. Essa imagem obscurece a genealogia da demanda que os organizou. O voto direto para presidente teve origem parlamentar. Antes de descer para a rua, já circulava como proposta de emenda constitucional desde 1979. A demanda que mobilizaria milhões de pessoas nasceu, portanto, dentro das instituições representativas que

o regime preservava sob controle estrito, e foi no Congresso Nacional que encontrou seus primeiros impedimentos.³

Em outubro de 1979, cinco Propostas de Emenda Constitucional (PECs) foram apresentadas no Congresso Nacional, entre os dias 1º e 2, cobrindo diferentes variações do mesmo objetivo: restabelecer o voto popular direto para todos os cargos eletivos, do nível municipal ao federal. A Proposta de Emenda Constitucional nº 37, de Edson Lobão (Arena-MA), tratava da investidura dos cargos eletivos nos níveis estaduais e municipais. A PEC nº 42, de Airton Sandoval (do MDB-SP), propunha eleições diretas para todos os níveis com coincidência de mandatos. A PEC nº 43, do senador Orestes Quércia (MDB-SP), restabelecia eleições diretas para senadores, governadores e presidente. A PEC nº 44, de Franco Montoro (MDB-SP), devolvia “ao povo” o “direito de eleger diretamente o presidente da República, os governadores dos estados, os senadores e os prefeitos”. A PEC nº 45, de Adhemar de Barros Filho (Arena-SP), tratava de mudanças nos artigos relativos às eleições para o Senado Federal. Julgadas em conjunto, todas foram consideradas prejudicadas por decurso de prazo em março de 1980.

O fracasso legislativo dessas cinco iniciativas não encerrou a questão. Demonstrou, ao contrário, que o tema já havia penetrado e prosperado na arena parlamentar, mas que a resistência do regime ditatorial ainda era capaz de contê-lo dentro dela. O que mudaria, nos quatro anos entre 1980 e 1983, foram as condições políticas externas ao Congresso Nacional.

A eleição de novembro de 1982 foi o primeiro passo dessa mudança. Pela primeira vez desde outubro de 1965, os governadores dos estados foram eleitos pelo voto popular direto. O PMDB (um partido de centro) e o PDT (de centro-esquerda) conquistaram os principais governos do Sudeste e o Paraná, no Sul. Essa virada eleitoral não apenas instalou politicamente nos Executivos as principais lideranças comprometidas com a democratização política, como criou uma base institucional para a campanha que se organizaria nos dois anos seguintes.

Em 2 de março de 1983, o deputado federal Dante de Oliveira (PMDB-MT) apresentou a PEC nº 5, subscrita por mais de 170 deputados e 23 senadores. A proposta previa alterar tanto o artigo 74 quanto o 148 da Constituição de 1967 (na redação da Emenda Constitucional nº 1, de 1969), que instituíam o Colégio Eleitoral como mecanismo de escolha do presidente, e restabelecer o sufrágio universal e direto. A justificativa invocava a “tradição da eleição direta no Brasil, através do voto popular”, descrita como “profundamente arraigada não só no Direito Constitucional brasileiro, como também nas aspirações do nosso povo”, e depositava na aprovação da emenda, de forma otimista, um caminho para a superação da crise econômica, política e social do país. A “emenda Dante de Oliveira”, como ficaria conhecida, iria ser o eixo político e simbólico em torno do qual a campanha e o movimento de massas se organizariam nos meses seguintes.⁴

2.2 A construção da campanha: 1983

A empreitada a favor da PEC nº 5 começou em 15 de junho de 1983, em Goiânia. O comício realizado em frente ao Ginásio de Esportes da Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás) reuniu cerca de 10 mil pessoas e contou com a presença de Ulysses Guimarães, presidente nacional do PMDB. A imprensa local registrou o evento como o marco inaugural de uma campanha que, nos meses seguintes, ganharia escala nacional. A anterioridade de Goiânia em relação à memória emotiva hegemônica do movimento é ela mesma um dado bem relevante: o primeiro comício organizado nacionalmente aconteceu no Centro-Oeste, bem longe do eixo que dominaria a cobertura jornalística.

Há, contudo, uma ação anterior que merece registro. Em 31 de março de 1983, dia do aniversário do golpe de 1964, vereadores de Abreu e Lima, em Pernambuco, realizaram no estado o primeiro ato público pelas eleições diretas. A coincidência da data não foi acidental,

pois conferiu ao ato a dimensão de confronto explícito com o regime. Esse evento precursor, ainda não integrado à campanha nacional que se organizaria nos meses seguintes, seria posteriormente reconhecido pela Assembleia Legislativa pernambucana como o “Dia Estadual das Diretas Já”.

A estruturação da campanha como fenômeno nacional exigiu o comprometimento formal das principais lideranças partidárias. Esse empenho veio em novembro de 1983, com dois documentos de peso institucional distinto, mas efeito político convergente. No dia 18, os governadores Tancredo Neves (MG) e Franco Montoro (SP), reunidos em Minas Gerais, assinaram a “Declaração de Poços de Caldas”, convocando uma campanha nacional pelas diretas. O documento representou o engajamento formal do PMDB. Alguns dias depois, no dia 26, 10 governadores assinaram uma declaração no Palácio dos Bandeirantes afirmando que “a Nação brasileira tem o direito de ser ouvida”.

No dia seguinte, 27 de novembro, um ato público diante do estádio do Pacaembu, em São Paulo, reuniu aproximadamente 5 mil pessoas. Nessa mesma data, morreu Teotônio Vilela (PMDB-AL), que havia corrido o país nos anos anteriores em defesa da anistia aos presos políticos e aos exilados e das liberdades democráticas em geral. Sua morte, às vésperas dos grandes comícios, transformou-o num símbolo de referência política permanente para o movimento. Seu nome seria dado a comitês pró-Diretas em vários estados e sua imagem, a um enorme boneco de três metros, exibido no palanque do maior comício da campanha das Diretas em 1984.

2.3 A arquitetura organizacional

A campanha das Diretas Já não foi conduzida por um partido, nem por uma liderança isolada. Ela estruturou-se como uma grande coalizão multiorganizacional, cuja amplitude foi simultaneamente sua

força, porque alargava a base social do movimento, e fonte de tensões internas, porque reunia atores políticos e sociais heterogêneos, com agendas distintas e, em alguns casos, interesses políticos conflitantes.

No centro da coordenação nacional estava o Comitê Nacional Suprapartidário Pró-Eleições Diretas, responsável por definir a programação dos grandes atos, estabelecer o calendário de mobilização e coordenar o rodízio de lideranças nacionais pelos palanques no país. A partir desse núcleo central irradiavam-se os comitês estaduais e municipais, em geral compostos por representantes dos partidos de oposição, sindicatos, associações profissionais e entidades da sociedade civil. Essa estrutura descentralizada permite explicar a capilaridade territorial da campanha, pois havia núcleos de coordenação locais capazes de adaptar, assim, o repertório nacional às condições políticas específicas de cada estado.

Em termos partidários, PMDB e PT foram os principais articuladores da mobilização nacional. O PDT marcou presença em diversos comícios, mas parte de seus parlamentares ausentou-se ou votou contra a emenda no momento decisivo, criando uma tensão entre sua presença pública e o comportamento legislativo do partido. Em áreas onde a oposição institucional era menos densa e os partidos de maior projeção nacional menos estruturados, a campanha dependeu fundamentalmente de militâncias disciplinadas, capazes de sustentar, praticamente sozinhas, comitês, panfletagens e pequenos atos públicos.

Para além dos partidos, a arquitetura do movimento incluiu atores que lhe conferiam alcance social e legitimidade institucional. A CUT, fundada em agosto de 1983, mobilizou trabalhadores organizados *blue-collar* e deu ao movimento uma base sindical que articulava a demanda democrática à crise econômica e à inflação. A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) emprestaram ao movimento o prestígio típico de camadas médias das entidades profissionais associadas à resistência ao autoritarismo. A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que



Da esq. p/ dir.: Marcos Freire (1º); Miguel Arraes (2º); Tancredo Neves (3º); Luiz Inácio Lula da Silva (4º); Ulysses Guimarães (5º); Lucy Montoro (6º). Fonte: Arquivo Tancredo Neves, FGV CPDOC, TN foto 0676_7. Fotografia de Antonio Carlos Piccino, *O Globo*. Estúdio/Agência.

representava os bispos da Igreja Católica, abriu sedes e construiu redes que podiam chegar onde os partidos não estavam. A União Nacional dos Estudantes (UNE) conectou o movimento das diretas às universidades e também aos estudantes secundaristas. Artistas e intelectuais (como o jurista Sobral Pinto, o antropólogo Darcy Ribeiro, a atriz Fernanda Montenegro, o cartunista Henfil e o sociólogo Fernando Henrique Cardoso) que compareciam aos palanques compunham músicas para os comícios e redigiam e assinavam manifestos, traduziam a demanda política para uma linguagem capaz de alcançar uma audiência que não se identificava imediatamente com as siglas partidárias de oposição.

Essa arquitetura multiorganizacional explica o traço fundamental do movimento: sua capacidade de sustentar a mobilização durante meses, em dezenas de estados, sem depender da estrutura de nenhuma organização política em particular ou de um único líder carismático. Quando um ator público recuava, seja por cálculo eleitoral, seja por

pressão do governo ou mesmo por divergência interna, outros agentes políticos preenchiam o espaço deixado por ele.

2.4 O repertório de ação

O repertório de ação do movimento foi deliberadamente diversificado. Os comícios de grande porte, chamados “comícios-monstro”, eram o ponto culminante de cada ciclo estadual, mas não eram o único instrumento da luta antiditatorial. Comícios-relâmpago em praças, esquinas e portas de fábricas mantinham a presença do tema no cotidiano das cidades entre os grandes eventos. Plebiscitos simbólicos, com urnas instaladas em praças públicas, simulavam o exercício do voto que o regime da ditadura negava e produziam dados de adesão popular e estatísticas que a imprensa repercutia. Passeatas, buzinações, enterros simbólicos do Colégio Eleitoral, pichações com nomes de parlamentares contrários à emenda de Dante de Oliveira, cada um desses recursos, práticas e formas de ação coletiva cumpria uma função específica: cultivar o tema todo o tempo, aumentar o custo político da resistência à emenda constitucional e construir a sensação de maioria popular que o regime precisava contestar.

O rodízio de políticos e artistas pelos palanques foi uma das marcas do movimento. Ulysses Guimarães, Tancredo Neves, Lula e Franco Montoro percorreram capitais e cidades do interior com frequência, transformando os *meetings* em acontecimentos de dimensão nacional, não apenas local. Artistas como Fafá de Belém, que participou de nada menos do que 32 comícios em todo o país cantando o Hino Nacional, davam ao movimento uma intensidade emocional que excedia a política dos partidos. A presença de artistas de origens regionais e estilos distintos (Fagner, Milton Nascimento, Beth Carvalho, Martinho da Vila, Chico Buarque, Belchior, Caetano Veloso) projetava a imagem segundo a qual a campanha deveria ser de todo o país.

De maneira esquemática, os repertórios acionados pela campanha pelas Diretas Já podem ser lidos em duas dimensões: (a) o *grau de institucionalização* das formas de ação (isto é, o quanto uma modalidade de protesto é convencional, sedimentada e reconhecida como rito político costumeiro);⁵ e (b) o *volume da presença* de massas populares que cada ato mobilizava.⁶ O cruzamento entre essas duas dimensões define quatro tipos de manifestações políticas do período.

Figura 1
Tipologia dos atos das Diretas Já: grau de institucionalização e presença de massas populares nos eventos

		presença de massas	
		baixa	alta
institucionalização	alta	pequenos comícios; atos nos legislativos locais/estaduais	grandes comícios
	baixa	plebiscitos simbólicos; enterros simbólicos; comícios-relâmpago	passeatas; vigílias cívicas; showmícios

Fonte: elaboração do autor.

Essa tipologia é heurística, isto é, ela estipula um espaço de propriedades no sentido de Lazarsfeld, gerado pelo cruzamento de dois atributos dicotômicos (alto/baixo), cujas posições ordenam as formas de ação por aproximação, sem medir distâncias entre elas nem esgotar o universo de casos possíveis. Contudo, ela permite extrair algumas hipóteses sobre a lógica organizativa da campanha.

O pequeno comício, abaixo do patamar de 50 mil pessoas fixado anteriormente, e o grande comício das capitais, desde a Boca Maldita em Curitiba até o Vale do Anhangabaú em São Paulo, são a mesma forma, assumindo valores distintos em um dos atributos. Ambos são formas convencionais e publicamente reconhecidas, centradas na fala de lideranças, em geral de projeção nacional, diante de uma plateia. O que os separa é a escala efetiva de mobilização. Assim, a

institucionalização da forma da luta antiditatorial e a presença das massas medem coisas diferentes, e um repertório altamente convencional como esse pode operar tanto em escala reduzida quanto multitudinária.

A metade superior da figura 1 reúne as formas mais institucionalizadas de ação. Ao lado dos comícios estão os atos realizados em câmaras municipais e assembleias legislativas. São modalidades ancoradas em arenas reconhecidas, que articulavam lideranças políticas, davam respaldo institucional à campanha e operavam como mecanismo de coordenação entre partidos, parlamentares e autoridades civis. Comportavam públicos menores e rendiam mais na conexão dos políticos entre si do que no âmbito da legitimação pública.

A metade inferior concentra as formas de menor institucionalização, que ampliavam a interface entre a campanha das Diretas com seu público por vias que escapavam ao rito político convencional. À direita, com alta presença de massas, estão as passeatas, as vigílias cívicas e os showmícios, que incorporavam protesto, performance e interpelação simbólica e produziam muita visibilidade, mas adesão difusa. À esquerda, com público reduzido, estão os plebiscitos simbólicos a favor das eleições, os enterros simbólicos do Colégio Eleitoral e os comícios-relâmpago, ações de baixo custo e execução rápida, próprias de contextos com menor capacidade de mobilização ou destinadas a efeitos alegóricos muito pontuais. Seu peso estava na multiplicação de sinais públicos de adesão à demanda.

Entre todas essas formas, o showmício é o caso mais instrutivo, porque separa três planos com frequência tomados como um só, a institucionalização da forma, a escala de mobilização e a densidade organizativa. Como forma, era pouco convencional, e atraía o público pela mediação do espetáculo e pela presença dos artistas antes de atraí-lo pela pauta. Sua montagem, contudo, exigia palco, equipamento, elenco, divulgação, segurança, transporte e articulação com as lideranças locais, recursos equivalentes aos de um grande comício.

Baixa institucionalização convivía, aqui, com alta capacidade de organização. O ponto enfraquece as leituras espontaneístas da campanha e situa boa parte de sua inventividade na capacidade considerável de coordenação que a sustentava.

Lida no sentido horizontal, a matriz acompanha o aumento da presença de massas; no vertical, a variação do grau de institucionalização. A expansão da campanha se deu por superposição, preservando os canais institucionais de coordenação enquanto incorporava formas públicas de grande visibilidade. Disso decorre uma hipótese que o capítulo 4 examina na chave territorial. A densidade organizativa de cada praça revela-se menos na escala do público e mais no custo da montagem dos atos que ali predominavam. Como cada tipo de ato exige um patamar próprio de coordenação para acontecer, o repertório que prevalece em um determinado estado pode ser tomado como indicador indireto da densidade organizativa local.⁷ O showmício e o comício organizado de massa, por exemplo, supunham mais coordenação do que a passeata autoconvocada.

2.5 A escalada: da Boca Maldita ao Anhangabaú

O ciclo dos grandes comícios de 1984 — a fase do movimento de massas — começou em Curitiba, em 12 de janeiro, na Boca Maldita, o ponto mais agitado do centro da cidade, à saída dos funcionários do comércio. O ato, uma espécie de lançamento oficial da campanha nacional pelas eleições diretas para presidente da República, reuniu cerca de 50 mil pessoas e contou com Ulysses, Tancredo, Montoro e José Richa (PMDB), governador do Paraná, ao lado de representantes de outros estados, deputados federais e estaduais, prefeitos e vereadores do partido, além de políticos do PDT e do PT que tinham viajado especialmente para o evento.



Vista da multidão reunida na Boca Maldita durante o comício das Diretas Já, em Curitiba, em 1984. Fonte: Fotografia de Ivan Bueno. Acervo pessoal do fotógrafo.

A cobertura da grande imprensa deu projeção nacional ao comício de Curitiba. A *Folha de S. Paulo* abriu a primeira página de 13 de janeiro de 1984 com a manchete “Em Curitiba, 50 mil pedem diretas” e uma grande fotografia da multidão.⁸ Na mesma página, ao lado da foto e da cifra, a chamada “‘Que comício?’”, ironiza o Planalto” destacou a posição do governo ao longo dos meses de janeiro e fevereiro de minimizar os atos de massa.

Mas o que se seguiu foi uma escalada sem precedentes na história política brasileira. Em 25 de janeiro, aniversário de São Paulo, a praça da Sé reuniu um público estimado entre 180 e 300 mil pessoas, com Lula, Ulysses Guimarães, Franco Montoro, Mário Covas e Fernando Henrique Cardoso no palanque. Em 24 de fevereiro, o comício de Belo Horizonte, na praça Rio Branco e na avenida Afonso Pena, reuniu 400 mil pessoas. Em 10 de abril, o Comício da Candelária, no Rio de Janeiro, reuniu entre 800 mil e 1 milhão de pessoas (as estimativas variam conforme as fontes e o método de contagem), com a presença de Sobral Pinto, Tancredo Neves, Franco Montoro, Ulysses Guimarães e Darcy Ribeiro.

Seis dias depois, em 16 de abril, o comício do Vale do Anhangabaú superou tudo. As estimativas variam entre 1 e 1,7 milhão de pessoas, com a cifra de 1,5 milhão como a mais recorrente nas fontes. Os artistas Milton Nascimento, Beth Carvalho e Martinho da Vila se apresentaram e o evento foi declarado o maior ato político da história do Brasil até aquele momento. Essa afirmação orgulhosa, repetida pela imprensa nacional, pelos organizadores e pelos participantes, passou a fazer parte do próprio discurso do movimento, que narrava a si mesmo como fenômeno político inédito à medida que acontecia e que progredia.

Entre esses eventos maiores, capitais e cidades do interior de todas as regiões do país realizaram seus próprios comícios: Fortaleza e Maceió em janeiro, Macapá, Belém, Cuiabá e Aracaju em fevereiro, Campo Grande e Natal em março e abril de 1984. O capítulo 3 registra e documenta os eventos estado por estado. O que importa anotar

aqui é o efeito cumulativo da ação política: cada comício era notícia nacional, cada estimativa de público era comparada com a anterior, e a escalada de números pretendia funcionar como pressão política sobre os parlamentares que deveriam votar, e aprovar, a emenda de Dante de Oliveira.⁹

A cobertura da mídia foi um campo de disputa. O episódio mais conhecido ocorrera ainda em janeiro, quando o *Jornal Nacional* da TV Globo noticiou o comício da praça da Sé apenas como parte das comemorações do aniversário de São Paulo, esvaziando seu caráter político e enfatizando só a presença de artistas. A decisão editorial da emissora tornou-se um acontecimento político e aprofundou o debate sobre o papel dos meios de comunicação num contexto de transição ainda controlada pelo regime. Somente quando a mobilização cresceu, a TV Globo passou a dar cobertura aos grandes comícios, como os de abril em diante.

2.6 A Emenda Dante de Oliveira: texto, estratégia e fracasso

À medida que os comícios cresciam em número e em público, a aprovação da emenda Dante de Oliveira tornava-se o mote concreto da campanha. Mais do que uma proposta legislativa, ela funcionava como o dispositivo de mobilização: dava ao movimento um prazo, um alvo e um mecanismo de contagem de votos que permitia acompanhar, nome por nome, a posição de cada parlamentar federal. Os comitês estaduais utilizaram esse dispositivo como instrumento de pressão sobre os políticos contrários à emenda e suas circunscrições eleitorais eram alvo de manifestações frequentes.

O texto da emenda estabelecia que o presidente da República seria eleito pelo sufrágio universal e direto, em sessão pública e por votação nominal, alterando os artigos 74 e 148 que delegavam essa escolha ao Colégio Eleitoral.¹⁰ Para ser aprovada, a proposta preci-

sava de dois terços dos 479 deputados, ou 320 votos. O placar final, em 25 de abril de 1984, foi de 298 votos favoráveis, 65 contrários, 3 abstenções e 113 ausências.¹¹



Hino Nacional cantado na galeria da Câmara dos Deputados no dia da votação da Emenda das Diretas Já. Fonte: Arquivo Tancredo Neves, FGV CPDOC, TN foto 0683_6. Fotografia de André Dusek, Agil Fotojornalismo – Estúdio/Agência.

A estratégia do Partido Democrático Social (PDS), o partido do regime após a dissolução da Arena, para derrotar a emenda não foi o voto negativo em bloco, mas a ausência. O mecanismo era politicamente calculado: ausentar-se permitia inviabilizar o quórum qualificado sem registrar publicamente uma posição contra as eleições diretas, o que teria custo eleitoral imediato para os governistas. A emenda foi derrotada por falta de 22 votos. A votação no Senado nunca ocorreu, pois a proposta não superou a tramitação na Câmara.

O “Dia Nacional de Vigília Cívica e Mobilização”, como foi designado o 25 de abril, foi marcado por passeatas e atos de protesto. A derrota foi recebida com frustração, mas não provocou dissolução do movimento. O 25 de maio, um mês depois, foi marcado por novas movimentações, com enterros simbólicos do processo das eleições

indiretas e manifestações em diversas cidades pela continuidade da mobilização e da agenda política antiditatorial.

2.7 Derrota parlamentar e redirecionamento do movimento

A derrota da emenda de Dante de Oliveira não encerrou esse ciclo político. Encerrou apenas a fase em que a pressão popular tinha como alvo o Legislativo nacional. O movimento se reorganizou em torno de um novo objetivo: pressionar o Colégio Eleitoral, que elegeria o próximo presidente, em janeiro de 1985.

Em 25 de junho de 1984, Curitiba voltou a ser palco de um grande comício na Boca Maldita, o mesmo local onde, em janeiro, a fase de massas havia começado oficialmente. Os governadores Montoro, Richa, Brizola, Íris Rezende (Goiás) e Wilson Martins, de Mato Grosso do Sul, dividiram o palanque com Lula, o prestigiado líder sindical paulista. O evento durou nada menos que seis horas e sinalizou a convergência estratégica da frente das oposições em torno da candidatura de Tancredo Neves, governador de Minas Gerais, ao Colégio Eleitoral. Essa candidatura, que se consolidaria nos meses seguintes e que levaria Tancredo Neves à vitória no Colégio Eleitoral, em janeiro de 1985, tornou-se politicamente viável em boa parte justamente porque as Diretas Já haviam redefinido os critérios de legitimidade da sucessão presidencial. Depois da campanha, qualquer solução indireta precisava responder à maioria social que então se mobilizara ativamente pelo voto direto ou o apoiava.¹² O Colégio Eleitoral, preservado para garantir o controle militar estrito sobre esse processo, tornou-se o terreno em que a oposição, fortalecida pela mobilização de massas, conquistaria, parcialmente, o que as ruas não haviam conseguido impor aos deputados. A ambivalência política desse resultado será retomada mais adiante, no capítulo 4.

2.8 A forma do movimento e a aritmética da derrota

O que este capítulo 2 mostrou, isto é, a arquitetura multiorganizacional, o repertório padronizado e a escalada dos grandes comícios, pode ser lido como um único problema. A campanha das Diretas Já resolveu, à sua maneira, uma dificuldade que costuma desorganizar mobilizações de grande porte, que é sustentar a ação coletiva durante meses, em dezenas de estados, sem um partido que a comandasse nem um líder que a personificasse. A resposta esteve menos na intensidade do sentimento democrático despertado e mobilizado e mais no dispositivo “constitucional” que deu coordenação a uma coalizão heterogênea de atores políticos. A emenda Dante de Oliveira ofereceu ao movimento de massas um objeto preciso, datável e contável. Tinha um texto, um prazo de votação e um placar nominal. Foi em torno desse objeto institucional e desse objetivo político concreto, e sob a coordenação do Comitê Nacional Suprapartidário, que comitês estaduais e municipais puderam alinhar seus calendários, repertórios e alvos sem se subordinar a uma única direção política.

Essa ancoragem produziu a tecnologia política central da campanha, a quantificação. Cada comício convertia presença física nas ruas em magnitude mensurável, e cada estimativa era comparada à anterior. A escalada de números, de 50 mil em Curitiba a 1,5 milhão no Anhangabaú, funcionava como prova pública e crescente de maioria dirigida aos parlamentares que decidiriam sobre o destino da emenda. O movimento narrava a si mesmo enquanto acontecia, e essa autoimagem tinha um destinatário institucional, pois a contagem de pessoas na praça era oferecida como antecipação da contagem de votos na Câmara.¹³

O regime derrotou o movimento das Diretas no único ponto em que a forma da campanha o tornava vulnerável. A regra do quórum qualificado já impunha uma assimetria aritmética ao exigir dois terços e não maioria simples. A estratégia governista, ausentar-se em lugar de votar contra, foi uma recusa a ser contada nos termos que o próprio

movimento havia estabelecido. A campanha pedia uma decisão binária, favorável ou contrária às diretas, com alto custo eleitoral para quem se opusesse abertamente. O PDS respondeu subtraindo sua presença e inviabilizou o quórum sem registrar a oposição aberta. A maioria produzida e exibida nas ruas encontrou, no plenário, uma minoria que venceu por não comparecer.

Daí o lembrete que fecha a anatomia do movimento. A mesma propriedade que deu à campanha sua coordenação, prender-se a um alvo legislativo único, concentrou todo seu desfecho imediato em um procedimento que o regime ainda controlava. A escala que tornava a maioria visível não tinha como se converter, sozinha, nos votos que faltavam, porque o terreno da conversão fora desenhado para resistir exatamente a esse tipo de pressão.

O capítulo seguinte mostra como essa forma nacional se realizou de modo desigual no território. Os capítulos finais examinam o que permaneceu depois de abril de 1984, quando a derrota parlamentar obrigou a campanha a sobreviver politicamente de forma nova.

3. As Diretas Já nos estados: atores, capilaridade e intensidade

As mobilizações políticas documentadas neste capítulo variam em duas dimensões: *intensidade* regional e *composição* dos atores. É preciso ter isso bem presente ao percorrer o mapa do movimento das Diretas Já em todos os palanques.¹⁴

A diferença entre os estados não deve ser lida como simples variação de entusiasmo popular. Ela expressa a distribuição desigual de recursos políticos, o poder e a influência da imprensa local, a presença ou não de governadores de oposição no comando do estado, a existência de redes sindicais fortes, militância partidária atuante, movimento universitário organizado, capacidade logística e até mesmo uma cena cultural ativa que suportasse a ação dos partidos antiditatoriais. A capilaridade territorial das Diretas Já foi real, mas não foi homogênea. A campanha chegou a todo o país, mas variou em sua capacidade de transformar efetivamente adesão simbólica em presença pública organizada de massa.

Em São Paulo, no Rio de Janeiro, em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul, o movimento das Diretas produziu comícios com centenas de milhares de pessoas. Curitiba foi o ponto de partida do ciclo de comícios de massa de 1984: a Boca Maldita, em janeiro e novamente em junho, marcou o arco temporal da abertura e da retomada da campanha organizada depois da derrota parlamentar. Em muitos estados do Norte e em contextos de menor densidade organizativa oposicionista, o movimento chegou como iniciativa de grupos pequenos que não conseguiram converter a demanda nacional em grandes mobilizações sociais. O mapa regional das Diretas

Já é, portanto, também um mapa das desigualdades das oposições brasileiras no período final da ditadura militar. Onde havia recursos, redes e capacidade de mobilização, a campanha ganhou corpo. Onde esses recursos eram escassos, ela apareceu como ato localizado, comitê pequeno, vigília breve, passeata rarefeita ou apenas presença simbólica.

No Nordeste e no Norte, o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e o PCB desempenharam um papel organizativo de destaque, frequentemente mais visível na articulação cotidiana do que o dos partidos de maior projeção nacional, como o PMDB. No Sul e no Sudeste, os governadores eleitos em 1982, Franco Montoro em São Paulo, Tancredo Neves em Minas Gerais, Leonel Brizola no Rio de Janeiro e José Richa no Paraná, foram o eixo estruturante dos atos, pois dispunham de recursos institucionais e interesse político direto na aceleração da democratização. Identificar quem organizou o quê, em cada estado e em que momento é condição para compreender por que o movimento teve a capilaridade nacional que teve e, também, onde encontrou os seus limites.

Antes de entrarmos na geografia política das Diretas, é preciso fazer uma advertência metodológica sobre o tratamento das fontes dispensado neste capítulo. Parte importante da documentação utilizada aqui foi produzida e redigida pelo órgão de informação e vigilância da ditadura militar, o poderoso Serviço Nacional de Informações (SNI). Esses textos são muito preciosos porque registram eventos pequenos, estimativas de público, nomes, trajetos, horários, faixas de protesto e palavras de ordem que raramente aparecem em outras fontes, como nos grandes jornais de circulação nacional. Mas eles não são registros neutros. Os agentes do SNI observavam, classificavam e hierarquizavam os acontecimentos segundo a lógica da suspeita política. Por isso, tendiam a destacar mais a presença de partidos comunistas, sindicatos, lideranças estudantis e discursos considerados “radicais”, além de interpretar a ação coletiva apenas como um problema político de segurança interna. As noções empregadas nesses informes são

tratadas aqui, portanto, como nativas desse tipo de documentação repressiva, não como categorias analíticas.

A partir daqui, procuramos organizar as evidências de cada bloco estadual em torno de quatro aspectos: qual foi a escala do movimento, quem o organizou, qual repertório predominou e o que esse caso acrescenta, analiticamente, ao mapa nacional das Diretas.

3.1 Nordeste: militância de base, organização comunista

O Nordeste foi a região mais heterogênea da campanha das Diretas Já. Os dados disponíveis permitem identificar, dentro dela, quatro padrões distintos.

O primeiro é o dos estados com *estrutura organizativa consolidada*, capaz de sustentar a presença do tema no cotidiano local entre um evento e outro: Pernambuco, Ceará e Rio Grande do Norte. Aí a campanha combinou a presença das lideranças nacionais em comícios de porte desigual, de algumas dezenas de milhares em Fortaleza a mais de 50 mil em Natal e no Recife, com organização de base e ações diretas (comitês suprapartidários, comícios-relâmpago, plebiscitos simbólicos). Pernambuco é o caso mais bem documentado desse padrão, com uma série quase ininterrupta de atos desde dezembro de 1983 até a véspera da votação da emenda, em abril de 1984.

O segundo padrão é o dos estados com *mobilização significativa, mas episódica* em torno de um ou dois eventos centrais, sem a mesma continuidade organizativa ao longo do tempo: Alagoas, Paraíba, Sergipe e Piauí. Nesses casos, o comício principal chegou a reunir entre 10 e 30 mil pessoas, um número expressivo para esses locais, mas o antes e o depois foram menos intensos, e a documentação disponível reflete essa descontinuidade.

O terceiro padrão é o do Maranhão: baixa frequência de atos, documentação escassa e um único comício tardio de maior porte.

Não é possível afirmar que a campanha não chegou ao estado, mas chegou sem produzir o tipo de concentração pública que marcou os demais. O quarto padrão é o da Bahia: adesão inicial fraca na capital e mobilização crescente do interior, sustentada pelo trabalho cotidiano do PCdoB nas cidades médias.

Um traço que distingue o Nordeste das outras regiões foi o papel organizativo do PCdoB e do PCB. Em praticamente todos os estados nordestinos, foram esses partidos, ainda na semiclandestinidade, que mantiveram a articulação diária da campanha das Diretas, operando no meio-tempo entre os grandes eventos públicos, patrocinando reuniões políticas, comícios-relâmpago, distribuição de panfletos e mobilização de base. O movimento era, em vários desses contextos locais, composto predominantemente por militantes de esquerda. O Nordeste é a região em que a sobreposição entre campanha democrática e militância comunista organizada aparece com maior clareza.

Assim, no Nordeste, as Diretas Já dependeram menos de uma estrutura institucional uniforme e mais da capacidade de militâncias políticas locais converterem a pauta nacional em trabalho diário. A região impede que se faça uma leitura simplificada do movimento como campanha conduzida por governadores e empolgada por grandes lideranças nacionais. Nesse caso, a engrenagem decisiva esteve, em muitos casos, na militância de base da esquerda comunista.

Alagoas

Em Alagoas, a campanha pelas diretas adquiriu densidade simbólica particular pela associação com o ex-senador alagoano Teotônio Vilela, morto em novembro de 1983.¹⁵ Sua trajetória de crítica ao regime dos militares, defesa da anistia aos perseguidos, oposição às soluções conciliatórias e apelo à mobilização da sociedade civil fez de sua imagem um recurso moral para a campanha, mesmo sem sua

presença física nos grandes comícios de 1984. Mais do que liderança operacional do movimento no estado, Teotônio funcionou como operador simbólico: sua memória ligava a pauta das eleições diretas à linguagem mais ampla da abertura política, da resistência democrática e da denúncia dos crimes do regime (Motta, 2012).

Das mobilizações alagoanas identificadas, a mais antiga registrada é a passeata de 25 de janeiro de 1984, em Maceió, no Bebedouro, mobilizando 400 pessoas, com a participação decisiva do PCB.¹⁶ No dia seguinte, também na capital, foi realizado ato público pelas diretas mobilizando em torno de 100 pessoas.¹⁷

A campanha pelas Diretas Já aparece associada a um dos primeiros registros identificados de pichação política em Maceió, na Igreja de São Gonçalo, no bairro do Farol (Bezerra, 2020). Em 29 de janeiro, houve um comício na praia da Pajuçara reunindo cerca de 30 mil pessoas. A manifestação pública contou com a presença de Ulysses Guimarães, do PMDB, e de nova participação do PCdoB e PCB. O Serviço Nacional de Informações (SNI) destacou a presença de faixas, bandeiras e panfletos dos partidos da oposição e ações pela legalização dos partidos comunistas. Segundo o informe, os oradores usaram expressões tais como “ditadura militar fascista”, “fome”, “desemprego” e “moradia”.¹⁸ A relevância do registro governamental não está apenas na informação sobre o número bruto de participantes. O informe do Serviço mostra como a grande demanda por eleições diretas se misturava a uma crítica social mais ampla, na qual ditadura, de um lado, e condições econômicas, de outro, apareciam como duas partes de uma mesma gramática de contestação.

Em 25 de fevereiro aconteceu uma passeata em Arapiraca, no interior do estado, com a participação do PCB, do PCdoB e da Ação da Juventude Socialista (AJS).¹⁹

Bahia

A campanha baiana combinou dois padrões que raramente coexistiram com tanta nitidez: baixa adesão inicial, registrada em Salvador, e mobilização crescente do interior. Em janeiro, a capital aparece na documentação com comícios cancelados por ausência de público e passeatas reduzidas. Em março, Feira de Santana reuniu 14 mil pessoas. Esse gradiente de intensidade combina a maior vigilância do regime na capital, a resistência do governo estadual e a dificuldade de converter a pauta nacional em mobilização de rua em Salvador nas primeiras semanas. Já nas cidades médias, o PCdoB e o Partido dos Trabalhadores (PT) tinham base mais consolidada. O PCdoB foi o articulador cotidiano do movimento na Bahia, conforme todas as evidências, organizando passeatas, colagem de cartazes e distribuição de panfletos.

A primeira ação em prol da campanha por eleições diretas em Salvador foi em 4 de janeiro. A Comissão Executiva Regional do PMDB-BA iniciou a mobilização de todos os seus integrantes para os preparativos do comício pró-Diretas que se realizaria no dia 20. Programou, para o dia 5, um comício na porta da Central de Manutenção do Polo Petroquímico de Camaçari, além de uma concentração rápida na Estação de Transbordo da Lapa (o terminal de ônibus de Salvador), com a finalidade de convocar a população para o ato do dia 20. Até o grande comício, foram programados comícios-relâmpago e caminhadas em diferentes partes da cidade. Essas primeiras iniciativas tiveram baixa capacidade de atrair o público. Um comício programado para o bairro da Liberdade chegou a ser cancelado por falta de adesão. No dia 8 de janeiro, cerca de 30 pessoas saíram em passeata pelas ruas da capital, lideradas pelo PCdoB e pelo Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8), distribuindo panfletos e convocando para o comício do dia 20.

No dia 10 de janeiro, o Coletivo Estadual de Dirigentes Comunistas da Bahia (PCB) divulgou uma nota oficial, publicada no

jornal *Tribuna da Bahia*, na qual manifestava seu total apoio à luta do PMDB pelas eleições diretas para presidência da República e se associava às manifestações programadas para o dia 20. No mesmo dia, na cidade de Juazeiro, aconteceu um debate no Centro Cultural da Diocese de Juazeiro entre Esmeraldo Lopes (presidente do PT local), o presidente do PDS, o presidente do PMDB local e o presidente da União dos Estudantes da Bahia (UEB). Entre os temas abordados, estavam as eleições diretas.

Em 16 de janeiro houve uma reunião pró-Diretas em Salvador com a participação do PCB para reformular a programação do grande comício do dia 20. Foi designado para a coordenação de pichação e colagem de cartazes Edvaldo Mendes Araújo “Zulu”. No dia seguinte, houve duas passeatas em Salvador com trio elétrico e participação do PCB e PCdoB. A caminhada era acompanhada por uma banda e dois carros de som, cujo locutor era Cesar Olímpio de Oliveira Neto. Cerca de 40 pessoas acompanharam a ação. Na praça Guarany o cortejo parou, Fernando Donato fez discurso criticando o governo e os militares chamando-os de corruptos e pedindo eleições diretas. Houve também comícios-relâmpago nas portas das escolas em que se realizavam vestibulares. Em 18 de janeiro foi organizada uma caminhada acompanhada por outro trio elétrico que passou pelos bairros da Barra, Graça, Federação e largo da Mariquita, terminando no rio Vermelho. Foi realizado um comício rápido por um grupo portando megafones onde foram feitos discursos com críticas ao governo federal e pedidos de “Diretas Já!”. No mesmo dia ocorreram comícios-relâmpago realizados por grupos pequenos de estudantes com megafones e distribuição de panfletos.

E, enfim, no dia 20 de janeiro de 1984, realizou-se o comício das Diretas em Salvador, com cerca de 15 mil pessoas, promovido pelo PMDB e com a participação do PCdoB, PCB e AJS. Estiveram presentes, entre outros, Ulysses Guimarães, Tancredo Neves e Caetano Veloso. A localização mais provável é a praça Tomé de Souza.²⁰



Da esq. p/ dir. (1º plano): Tancredo Neves; Caetano Veloso . Fonte: Arquivo Tancredo Neves, FGV CPDOC, TN foto 0628. Fotografia de Cirildo Lima.

No dia seguinte, 21, em Paulo Afonso, foi realizado um debate sobre as eleições diretas no Sindicato dos Eletricistas com a participação do PCB. No fim do mês, em 30 de janeiro, aconteceu uma reunião pró-Diretas no Clube de Engenharia em Salvador novamente com a participação do PCB e a presença de aproximadamente 50 pessoas. No mesmo dia, em Feira de Santana, houve uma reunião na Associação Técnica Agrícola para criação do Comitê pró-Diretas.

A Bahia revela um traço importante do movimento. A nacionalização da campanha não significou, aqui, adesão imediata. Precisou ser construída por repetição, ocupação territorial e disputa cotidiana da atenção pública. Partiu-se de uma recepção inicial dispersa e indiferente para uma mobilização feita por caminhadas, comícios-relâmpago, panfletagens e atos no interior.

Em 1º de fevereiro aconteceu um painel de debates no Colégio 2 de Julho com a participação do PCB e a presença do deputado federal Marcelo Cordeiro, Calmon de Passos (OAB) e Jorge Almeida (PT). No dia 19 de fevereiro, em Juazeiro, houve um comício pró-Diretas

na praça 28 de Setembro com a presença de aproximadamente 2 mil pessoas. Duas bandeiras do PCdoB foram erguidas no local com os dizeres “Diretas Urgente — PCdoB”. Estiveram presentes Waldir Pires e o deputado federal Mansueto de Lavor. Os discursos mais exaltados ficaram por conta de Haroldo Borges Rodrigues Lima, deputado federal pelo PMDB, e de Moanilton Mesquita Lopes, vereador de Juazeiro, também do PMDB.

Em 17 de março, em Ilhéus, houve uma concentração popular pró-Diretas, na praça Dom Eduardo, com cerca de mil pessoas. Durante a concentração, militantes do PCdoB liderados por Davidson de Magalhães Santos (membro da sucursal de Itabuna do jornal do partido, *Tribuna da Luta Operária*) agitaram diversas bandeiras da organização. Foram, ainda, distribuídos ostensivamente exemplares do manifesto, datado de janeiro de 1984 e assinado pela “Comissão Nacional pela Legalidade do PC do Brasil”, intitulado “Aos Trabalhadores! Ao Povo Brasileiro!”.

No dia 23 de março, em Vitória da Conquista, aconteceu um comício pelas Diretas. Entre os oradores, discursou o representante da “comissão estadual para a legalidade do PCdoB” Péricles Souza. No dia seguinte, 24 de março, na cidade de Itapetinga, foi realizado um novo comício. Entre os oradores, discursaram os militantes do PCdoB, Luís Henrique Sá da Nova (deputado estadual do PMDB-BA) e Olival Freire Júnior representando a “Comissão estadual pela Legalidade do PCdoB”. No dia 28, em Salvador, aconteceu um ato público pelas Diretas com a presença de aproximadamente 300 pessoas. Ele foi coordenado pelo militante do PCdoB, Sidônio Cardoso Palmeira (presidente da UEB) e Renato Brito (presidente da União Municipal dos Estudantes Secundaristas (Salvador, BA) — Umes). Entre os oradores estavam os militantes do PCdoB Carlos Eduardo Gomes de Andrade, Alice Mazzuco Portugal, Cinea Ferreira de Oliveira, Olival Freire Junior, Luiz Henrique Sá da Nova e Julio Cesar Santos da Cruz.

Em 30 de março, em Feira de Santana, ocorreu um comício para cerca de 14 mil pessoas. A divulgação do evento foi intensa, com panfletagem em diversos pontos da cidade, com a participação de peemedebistas e petistas, bem como veículos com serviço de alto-falantes. Além dos artistas Fafá de Belém, Edil Pacheco, Mauricio Tapajós e João do Vale, diversos políticos estiveram presentes, entre eles Teotônio Vilela Filho, Mário Kertész, Colbert Martins e Virgildásio Sena.

Em 4 de abril, em Salvador, a partir das 20h, houve um evento de mobilização popular. Intercalando-se com os pronunciamentos, o apresentador anunciava a presença de políticos e comitivas de outras cidades do interior da Bahia. Ao mesmo tempo, havia queima de fogos de artifício. Uma fanfarra executava algumas músicas populares com mensagens contestatórias e foram observadas diversas faixas e cartazes, a maioria deles com mensagens alusivas às eleições diretas. Um grupo de ativistas do PCdoB levantou estandartes pedindo a legalização do partido. Todo esse material foi trazido por iniciativa de Elias Ramos de Souza, membro do Comitê Regional do PCdoB.

Em 6 de abril, em Itabuna, aconteceu o comício pró-eleições diretas para presidente. Ali discursou Péricles Santos de Souza, membro do comitê pela legalidade do PCdoB, declarando que “os comunistas não fizeram outra coisa que não fosse lutar pela derrubada do regime militar”. No dia 24 de abril, véspera da votação da Emenda Dante de Oliveira, houve passeata e panfletagem promovida pelo Comitê pró-Diretas em Salvador. O evento foi liderado por aproximadamente 14 pessoas, todas militantes do PCdoB, destacando-se, entre eles, Julio Cesar Santos da Cruz.

O caso baiano mostra que a força da campanha não pode ser medida apenas pelo grande comício da capital de 20 de janeiro. Sua importância está também na multiplicação de pequenos atos, que transformaram a pauta das Diretas Já em rotina política e levaram a demanda para cidades médias, escolas, sindicatos, associações e espaços urbanos de circulação cotidiana. Na Bahia, segundo a documentação

disponível, a campanha pelas Diretas é inseparável da ação pela legalização dos partidos comunistas.

Ceará

No Ceará, e mais especificamente em sua capital, Fortaleza, houve a colocação de urnas públicas para simular a votação pelas Diretas na Câmara dos Deputados na praça do Ferreira, na praça da Estação, na praça José de Alencar e na praça do Coração de Jesus. Essa foi uma das estratégias mais utilizadas país afora para chamar a atenção para a causa política. A consulta informal pretendia divulgar o comício do dia 28 de janeiro.

O comício aconteceu na praça José de Alencar com a presença dos líderes políticos nacionais da campanha: o deputado federal Ulysses Guimarães (PMDB-SP), os governadores de São Paulo, Franco Montoro, e de Minas Gerais, Tancredo Neves (ambos do PMDB) e Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que havia disputado a eleição para o governo de São Paulo em 1982 (Sonsol e Castro, 2024). Cerca de 30 mil pessoas participaram durante as cinco horas de programação.²¹ A presença do músico e compositor cearense Belchior no comício (Dieguez, 2023) deu à campanha cearense uma densidade simbólica específica, pois não se tratava apenas de mais um artista nacional no palanque das Diretas, prática comum em todo o país, mas de um compositor associado ao estado que circulou pelo Brasil e ajudou a traduzir a pauta institucional das diretas em linguagem musical e emocional (Medeiros, 2017, p. 128).

A mobilização política no Cariri mostra que a campanha não se limitou ao comício da praça José de Alencar. Militantes petistas, comunistas (trotskistas e stalinistas), católicos de esquerda e outros ativistas levaram a pauta das Diretas para fábricas, comércio, mercados populares e escolas, convertendo a reivindicação nacional em trabalho político cotidiano no interior cearense (Queiroz, 2010).

No dia da votação da Emenda Dante de Oliveira, foi realizada uma vigília na praça do Ferreira (Sonsol e Castro, 2024) com todos os elementos que caracterizaram esse tipo de evento no país: a festa, a expectativa e a frustração popular com o resultado da votação (Pينهiro e Lucas, 2019).

Assim, no Ceará, pode-se dizer que a campanha combinou três dimensões relevantes: comício de rua com a presença de líderes nacionais, pedagogia política através de plebiscitos simbólicos e vigilância cívica no momento da votação da emenda constitucional na Câmara dos Deputados.

Maranhão

A capital maranhense, São Luís, registrou algumas mobilizações. Em 26 de janeiro, no centro de São Luís, aconteceu uma passeata pelas Diretas.²² No dia seguinte, na praça Gomes Castro, houve o lançamento do Comitê Maranhense Pró-Eleições Diretas com a participação do PCB e do PCdoB.²³ Em 14 de fevereiro, São Luís recebeu um comício de maior porte, com cerca de 15 mil pessoas segundo a cronologia da Fundação Perseu Abramo, com a presença dos presidentes nacionais do PDT, do PMDB e do PT. Em 17 de abril, data próxima à votação da Emenda Dante de Oliveira, aconteceu um comício onde discursou Dilermano Nogueira Toni, membro da “comissão estadual pela legalidade do PCdoB”.²⁴

A baixa densidade documental da campanha das Diretas no Maranhão não significa ausência de politização oposicionista. A documentação e a literatura disponíveis indicam a presença de redes de direitos humanos, como a Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos, de organizações antiditatoriais, como o Movimento de Oposição pra Valer, de entidades ligadas à defesa da anistia política, como a seção maranhense do Comitê Brasileiro pela Anistia, e de organizações sociais já atuantes na crítica ao regi-

me. O problema, no caso maranhense, parece ter sido a dificuldade de converter essa politização dispersa em uma campanha pública contínua, de escala estadual, em torno da pauta específica das eleições presidenciais diretas (Araújo, 2015). Na crônica das Diretas Já, o estado combina baixa frequência de atos e um único comício tardio de maior porte, realizado em 14 de fevereiro. A escassez de eventos ao longo do ciclo indica, portanto, não ausência de oposição politizada, mas dificuldade de sustentar mobilização pública contínua, ainda que a pauta tenha produzido, uma vez, concentração expressiva na capital.

Paraíba

A Paraíba se distingue pelo grau de institucionalização local da campanha. O Comitê Teotônio Vilela, de caráter suprapartidário, funcionou como o grande eixo organizativo do movimento no estado, reunindo PMDB, PT, PDT e entidades da sociedade civil. Sua atuação permitiu articular os grandes comícios a repertórios mais capilarizados de mobilização, como debates públicos, manifestações de estudantes, mobilização sindical, participação feminina, produção de charges políticas e ações em cidades do interior.

No dia 26 de janeiro de 1984, o Comitê Teotônio Vilela promoveu um comício pró-Diretas em João Pessoa. A estimativa de público varia conforme as fontes: algumas registram cerca de 10 mil pessoas, enquanto outras mais otimistas indicam mais de 20 mil participantes. Estiveram presentes Ulysses Guimarães, Lula, Doutel de Andrade, Miguel Arraes, Francisco Julião e outras lideranças nacionais e regionais (Fundação Perseu Abramo, 2011; Maria Tereza Dantas Bezerra Soares, 2016). Em fins de março, Campina Grande sediou outro ato de grande porte no parque do Açude Novo para cerca de 10 mil pessoas. Participaram Franco Montoro, Miguel Arraes, Ronaldo Cunha Lima e o economista Celso Furtado.²⁵

Mas a campanha no estado não se reduziu a dois comícios nas duas maiores cidades. Houve mobilização também em Patos e Cajazeiras, incorporando parte das redes políticas e sociais ativadas na capital, conectando a agenda nacional das eleições diretas a conflitos sociais locais. A memória recente da violência política no campo, especialmente o assassinato de Margarida Maria Alves, em 1983, fez com que a defesa da democratização dialogasse com a agenda sindical e rural (Bezerra, 2013). Em Campina Grande, a campanha também tocou em temas econômicos e sociais, como desemprego, inflação, recessão, seca e conflitos derivados da pobreza no interior nordestino, ampliando bastante o significado da reivindicação eleitoral (Cavalcanti, 2016).

A especificidade local aparece ainda no plano simbólico e comunicacional. As charges publicadas nos jornais *Diário da Borborema* e *Jornal da Paraíba* converteram o tema das Diretas Já em crítica visual ao governo Figueiredo e ao regime ditatorial, fazendo circular a demanda democrática para além dos atos de rua e dos palanques políticos. O humor gráfico funcionou como um poderoso repertório de politização social: ao mesmo tempo em que condensava a crítica ao autoritarismo, ridicularizava a sucessão indireta e dava forma pública ao desejo de redemocratização (Macêdo, 2012).

A posição das elites políticas estaduais, contudo, não foi homogênea. O governador Wilson Braga, do PDS, manifestou apoio “simbólico” às eleições diretas, mas permaneceu alinhado à orientação nacional de seu partido, contrário à aprovação da Emenda Dante de Oliveira. Ernani Sátiro (PDS) foi relator da emenda no Congresso e se posicionou contra o voto direto para presidente. Essa ambiguidade é analiticamente relevante: indica que a campanha havia elevado o custo público e político da oposição aberta à eleição direta a ponto de obrigar até lideranças governistas a adotarem algum grau de acomodação retórica, sem que isso implicasse ruptura efetiva com o regime ou com a estratégia parlamentar de bloqueio da Emenda (Soares, 2016).

Pernambuco

Pernambuco é o caso nordestino mais claro de mobilização política contínua. A singularidade desse caso não está apenas no comício de Olinda, com 30 mil pessoas, um número expressivo, mas não excepcional na escala nacional. O ponto aqui foi a alta densidade das ações cotidianas antes e depois dos eventos de massa: comícios-relâmpago em esquinas e portas de fábricas, plebiscitos simbólicos em praças, murais com nomes de parlamentares pró e contra a Emenda das diretas, reuniões de comitê em sede de clube de engenharia e assim por diante. Esse tecido organizativo tinha como motores principais organizações de esquerda ainda submetidas à ilegalidade ou à semiclandestinidade, sobretudo o PCdoB e o MR-8, mas também o PCB e a AJS, articulados a setores do PMDB e do PT, ao movimento estudantil e a entidades de mulheres e de trabalhadores rurais. Essas organizações operavam na articulação diária com uma disciplina que os partidos de maior projeção nacional, como o PMDB, não conseguiam manter. O resultado foi uma campanha com muito mais profundidade de ação coletiva do que o foco nos comícios do Sudeste permite ver.

Em Pernambuco ocorreu o primeiro ato público pelas Diretas, em 31 de março de 1983, na cidade de Abreu e Lima, com participação dos vereadores Reginaldo Silva, Severino Farias, Antônio Amaro Cavalcante e José da Silva Brito (Alepe, 2023). Em alusão ao fato, a Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco alterou o calendário oficial do estado, aprovando, em 2023, projeto de lei criando o “Dia Estadual das Diretas Já”, cuja celebração acontecerá todo dia 31 de março.²⁶

Em 12 de agosto de 1983, no Recife, aconteceu um ato público no qual o PMDB pernambucano lançou campanha pelas diretas com a presença de Teotônio Vilela e de vários partidos de oposição. Em 6 de dezembro, no clube da Engenharia, cerca de 50 pessoas participaram do lançamento da Campanha pelas Diretas Já, com a presença de Luciano Siqueira, quadro do PCdoB eleito deputado estadual pela

legenda do PMDB em 1982, Dorany Sampaio, ex-presidente da OAB, e Pedro Eurico Barros, vereador por Recife filiado ao PMDB. Em 15 de dezembro, cerca de 150 pessoas compareceram ao Auditório do Centro Educacional Comunitário e Social do Nordeste para debater sobre Campanha Pré-eleições Diretas e sua organização na cidade. No mesmo dia, foi criada uma comissão que funcionaria na sede da Causa Comum, na travessa do Veras em Boa Vista. Além disso, foi marcada a realização de um “Dia Nacional pelas Eleições Diretas”, com programação de vários atos públicos.

Em 1984, as mobilizações em prol das eleições diretas para presidente da República começaram já em janeiro. No dia 4, em Olinda, aconteceu um comício no Alto da Mina, bairro dos Bultrins, para o lançamento local do “Movimento Teotônio Vilela por Eleições Diretas”. O movimento foi criado por iniciativa do prefeito de Olinda, José Arnaldo Amaral (PMDB), simpatizante do MR-8, e reuniu políticos do PMDB, do PDT e do PT, além de entidades civis, com o objetivo de mobilizar a população em torno do assunto. Estiveram presentes e usaram da palavra os peemedebistas Luiz de Barros Freire, então deputado estadual, o ex-deputado estadual Paulo de Andrade Lima, os suplentes de deputado federal Maurício Ferreira Lima e Edval Nunes da Silva, vulgo “Cajá”, militante do MR-8, o vereador Pedro Laurentino dos Reis Pereira, militante do MR-8, o prefeito de Olinda, José Arnaldo Amaral, e o vice-prefeito, Luiz Xavier de Paiva. A temática principal dos pronunciamentos girou em torno da necessidade de eleições diretas e da derrubada do governo Figueiredo através do voto. Houve várias críticas ao discurso de fim de ano do presidente da República, ao governo federal e à política econômica, ao golpe de 31 de março e aos sucessivos governos militares. Compareceram algo como 250 pessoas.

No mesmo dia 4 de janeiro, ocorreu um comício-relâmpago em Recife graças à ação do PCB, PCdoB e MR-8. No dia seguinte, em Olinda, cerca de 15 mil pessoas compareceram ao pátio do mosteiro de São Bento. A mobilização popular foi comandada pelo “Movimento

Teotônio Vilela por Eleições Diretas”. Houve a apresentação de um show de Fafá de Belém e estiveram presentes líderes do PMDB local e regional. No dia 6 de janeiro, no Recife, cerca de 100 pessoas foram à praça da Independência, no centro, em uma concentração relâmpago para pedir pelas Diretas Já, ato esse que contou com a participação do PCdoB, MR-8 e AJS.

Em 7 de janeiro, em Olinda, no largo do Viradouro, aproximadamente mil pessoas participaram da inauguração de um mural com nomes de políticos que eram contra as diretas. Em 9 de janeiro, no Recife, ocorreu uma reunião pró-Diretas, no Clube de Engenharia, novamente com a participação do PCdoB e do MR-8. Foram distribuídos panfletos e compareceram, entre outros, Pedro Laurentino Reis Pereira (MR-8) e Luciano Siqueira (PCdoB), deputado estadual que propôs que o “Dia D pelas Eleições Diretas” coincidisse com a votação da Emenda Constitucional em abril de 1984.

Em 11 de janeiro, foi realizada mais uma concentração na rua Nova, no centro de Recife, promovida pela deputada federal Cristina Tavares Correa. No dia seguinte, aconteceu um comício-relâmpago na praça do Diário (praça da Independência) com a participação do PCdoB e MR-8 e a presença de aproximadamente 30 pessoas. Em 13 de janeiro, em Olinda, houve novo comício no bairro Sapucaia, com a participação do prefeito da cidade. Em 15 de janeiro, também em Olinda, mais um comício, no Jardim Brasil, com a participação do PCB e com a audiência de aproximadamente 50 pessoas. No dia 17, no Recife, aconteceu uma reunião na Câmara dos Vereadores com prefeitos do interior do estado (compareceram 38 peemedebistas). No mesmo dia, houve um breve comício com a participação do PCB. Já em Olinda, houve um comício no bairro de Amaro Branco com cerca de 100 pessoas, com pronunciamentos convocando os presentes para o ato público do dia 27 de janeiro pelas Diretas Já.

No dia 18 de janeiro, ocorreu uma concentração no centro do Recife, promovida pelo PMDB-PE, na esquina das ruas Conde de Boa Vista com 7 de Setembro, pedindo por eleições diretas com cerca

de 100 pessoas. Em Olinda, no mesmo dia, ocorreu um comício-relâmpago com a participação do PCB para cerca de 300 pessoas. Ali foram feitas críticas ao governo federal, ao “regime militar” e manifestações a favor da legalização do PCB. Foram tratados temas também da dívida externa e da corrupção do regime, além do mote das Diretas Já. No dia seguinte, 19, no Recife, foi realizado um ato público pelas diretas no centro da cidade organizado pelo PMDB para cerca de 80 pessoas. Já em Olinda, na mesma data, houve um comício e plebiscito pelas Diretas e com a participação do PCB no qual compareceram cerca de 200 pessoas.

Em 20 de janeiro, no Recife, aconteceu um comício-relâmpago, na praça do Diário, em prol das diretas com cerca de 500 pessoas. No dia 22 de janeiro, também na capital, houve um ato público no largo da Boa Viagem, com a participação de militantes do PCdoB e da AJS. No dia 23, foi realizada reunião do comitê Pró-Diretas no Clube de Engenharia, com a participação do PCdoB, e, no dia seguinte, houve um comício com a participação da AJS. Já em Olinda, foi organizado um comício no bairro Novo, onde estiveram aproximadamente 300 participantes. Em 25 de janeiro, no Recife, aconteceram comícios em prol das diretas na esquina da rua Nova. O PCB vendeu camisetas e símbolos do partido. Em Olinda, foi realizado um comício, com cerca de 100 pessoas, na ilha do Maruim, que contou com a presença do prefeito e do vice-prefeito de Olinda.

Em 27 de janeiro, em Olinda, aconteceu um comício com 30 mil pernambucanos (15 mil, segundo *Veja*), no largo do Amparo, com a presença de artistas, políticos do PDS e lideranças oposicionistas. Entre os mais aplaudidos, estavam Lula, Ulysses Guimarães, o ex-senador Marcos Freire, Miguel Arraes e Franco Montoro.

Na documentação de vigilância política difundida ao SNI, ao Departamento de Polícia Federal e à Secretaria de Segurança Pública, o comício teve discursos de forte confronto com o regime. O informe registrou falas de Ruth Escobar e Bruno Maranhão em tom abertamente agressivo contra autoridades militares, além de críticas

de Lula ao PDS, à corrupção, à fome, à miséria (responsabilizado o ministro Delfim Neto) e à permanência dos militares no governo. O próprio Lula, segundo o registro dos agentes, prestou homenagem a Gregório Bezerra, militante comunista, e chamou a atenção para a presença de funcionários federais gravando os discursos para repassá-los ao SNI. Tancredo Neves, por sua vez, enfatizou que a manifestação popular expressava o desejo de escolher diretamente o presidente, recusando a legitimidade do Colégio Eleitoral (“não admitimos o Colégio Eleitoral”, disse ele). Ulysses Guimarães associou a mobilização à memória de Teotônio Vilela e criticou o governo por retirar “o emprego e o pão” dos brasileiros. O interesse do registro político não está apenas no conteúdo das falas, mas no modo como o aparelho de informação codificava a radicalidade discursiva do palanque como sinal de risco político.

No dia 30 de janeiro, em Recife, foi promovida uma eleição simulada para presidência na praça Sete. No mesmo dia, ocorreu uma reunião do Comitê pró-Diretas, onde foi discutida a realização da caminhada de 17 de fevereiro. Em 3 de fevereiro, no Recife, cerca de 50 pessoas compareceram ao bairro Mustardinha para um comício com a participação do PCdoB e da AJS, onde foram mencionados pelos oradores temas como inflação, corrupção, desemprego, “ditadura militar” e eleições diretas.

Em 6 de fevereiro, foi realizada no Clube de Engenharia uma reunião de avaliação do movimento onde foi discutido o itinerário para uma caminhada em prol das diretas a ser realizada no dia 17, iniciando na praça 13 de Maio. No mesmo dia, em São João, ocorreu um ato público pelas Diretas Já. Em 10 de fevereiro, no Recife, ocorreu novo ato público, agora um “enterro simbólico” do Colégio Eleitoral. No dia 17 houve caminhada do parque 13 de Maio até a praça do Diário acompanhada de carro de som até a hora do início do comício, que contou com a atriz e deputada do PT de São Paulo, Bete Mendes, Orestes Quércia, político do PMDB paulista, e o ex-governador do estado, Miguel Arraes. Compareceram aproximadamente 8 mil pessoas.

No dia 19 de fevereiro, em Caruaru, aproximadamente 10 mil participantes foram ao comício pró-Diretas. No palanque estavam, além de Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE), Bete Mendes, José Eudes (PT-RJ), Tancredo Neves e o Quinteto Violado. No dia 23, em Olinda, na Câmara Municipal, houve uma homenagem a Fernando Augusto de Santa Cruz Oliveira, ex-militante da APML, desaparecido político no Rio de Janeiro em fevereiro de 1974. O ato político contou com a presença da esposa do desaparecido, Ana Lúcia Valença, políticos de esquerda, estudantes e militantes de organizações classificadas pelo SNI como “subversivas”. O prefeito Jose Arnaldo do Amaral (PMDB) assinou projeto de lei denominando o Teatro do Mercado Popular de Olinda de “Fernando Santa Cruz”. Entre outros temas abordados, reafirmou-se a necessidade de eleições diretas.

No dia 25, em Abreu e Lima, houve comício pró-Diretas com aproximadamente 150 participantes, tratando de diversos temas como inflação, dívida externa, fome, desemprego e ditadura. No mesmo dia, em Garanhuns, aconteceu outro comício pró-Diretas e durante todo o evento os militantes gritaram “1, 2, 3, 4, 5 mil, viva o Partido Comunista do Brasil”. No dia 15 de março, em Cabo, houve o lançamento na cidade do Comitê Unitário Pró-Diretas. Marcelino Granja de Menezes, membro desse comitê, falou como representante da “Comissão pela Legalidade do Partido Comunista do Brasil”. A documentação de vigilância política destacou do seu discurso a seguinte frase: “Estamos vivendo um momento histórico em nosso município: está forjada a união do povo pelas Diretas Já e pelo fim do regime militar”.

Em 5 de abril, no Recife, no largo de Santo Amaro, realizou-se o maior comício pernambucano da campanha antes da votação da emenda, reunindo entre 50 mil e 80 mil pessoas.

Promovido pelo PMDB com colaboração de PT, PCB, PCdoB, Partido Comunista Revolucionário (PCR), MR-8, União Nacional dos Estudantes (UNE) e entidades sindicais e estudantis, o ato começou por volta das 19h30 e encerrou-se perto das 23h, com o

Hino Nacional entoado por Alceu Valença. Estiveram no palanque, entre outros, Ulysses Guimarães, Miguel Arraes, Jarbas Vasconcelos, Cristina Tavares, José Richa e Celso Furtado, além de artistas como Fafá de Belém. Dois dias depois, em Petrolina, houve comício com aproximadamente 15 mil pessoas. Durante o comício, militantes do PCdoB venderam exemplares do jornal clandestino da organização, *A Classe Operária*, bem como distribuíram exemplares do panfleto “Aos Trabalhadores! Ao Povo Brasileiro!” assinado pela “Comissão Nacional pela Legalidade do PCdoB”.

Em 8 de abril, em Cabo, mais um comício pró-eleições diretas. Marcelino Granja de Menezes, membro da “Comissão Municipal do Cabo/PE pela Legalidade do PCdoB”, compareceu ao evento na condição de “representante do PCdoB”. Estiveram presentes cerca de 2 mil pessoas e o PCdoB afixou no local diversas faixas: “Diretas Já! Fora Figueiredo! Tribuna Operária” e “Legalidade para o PCdoB”. Compareceram representantes das cidades de Catende, Palmares, Escada, Ribeirão, Ipojuca, Rio Formoso e Gameleira, conforme o relato dos agentes. Artur Lima Cavalcante, ao se pronunciar, falou que o povo exige eleições diretas para com isto acabar com a corrupção existente e tirar o Brasil do domínio imposto pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). Edson Miranda pediu a queda de “o príncipe Figueiredo e sua dinastia”, e, em seguida, solicitou para que fossem tirados “os quepes” das urnas já. Sérgio Guerra falou que o povo brasileiro tinha que mudar, e para que isso ocorresse havia necessidade das eleições diretas. Esse era o interesse de todo brasileiro, menos de um grupo que estava no poder matando o povo de fome. Murilo Paraíso solicitou a retirada do poder de todas as pessoas que concorressem para a corrupção, dizendo que isso só seria conseguido caso o presidente da República fosse eleito através das diretas.

Em 14 de abril, em Cabrobó, aconteceu um comício pró-Diretas na praça do Bom Jesus para cerca de 1.500 pessoas. O evento foi promovido pelo PDT que inclusive propagou a candidatura do governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, para presidente da

República. Havia vários cartazes colados nas paredes com retratos de Brizola e com a expressão “Diretas, uma opção democrática” e faixas dizendo “Cabrobó quer Diretas Já” e “O povo de Cabrobó quer votar”. Foram distribuídos alguns exemplares do jornal *Espaço Democrático* e o programa do PDT.

O caso pernambucano mostra que a força das Diretas Já não dependeu apenas da capacidade de reunir multidões em grandes comícios. Em Pernambuco, a campanha ganhou densidade por sua continuidade: se desdobrou em praças, bairros, cidades do interior, reuniões, comitês, murais, enterros políticos, homenagens a desaparecidos e sucessivos atos quotidianos de pequena e média escala, com algumas dezenas ou, no máximo, poucas centenas de pessoas. Essa capilaridade foi sustentada, sobretudo, por organizações de extrema esquerda, em especial o PCdoB e o MR-8, que converteram a pauta nacional em trabalho de mobilização. Por isso, esse é um dos melhores exemplos de que a campanha foi também, ou principalmente, uma infraestrutura militante distribuída pelo território, não apenas uma sucessão de palanques nacionais compostos por grandes figuras políticas.

Piauí

A conjuntura que precedeu a mobilização pelas eleições diretas no Piauí remonta a 1982. Em 11 de maio, um jornal foi atingido por uma bomba e outra foi descoberta em uma Kombi da Associação dos Professores do Estado do Piauí (Apep) em retaliação ao ativismo oposicionista da categoria.

Em 13 de fevereiro de 1984, mais de 20 mil pessoas estiveram presentes em comício organizado pelo Comitê Estadual Pró-Diretas na praça Marquês de Paranaguá. Em 18 de fevereiro, José Gil Barbosa, prefeito de Altos, patrocinou um comício pró-diretas que contou com a presença dos deputados Paulo dos Santos Rocha e

Tomaz Teixeira, do vereador Lúcio Vieira e da presidente da Câmara Municipal, Zezita Barbosa.

Na mesma época, Ulysses Guimarães, presidente nacional do PMDB, participou, em Teresina, de um ato público. Dias depois, os estudantes da Universidade Federal do Piauí (Ufpi) promoveram novo ato em defesa da aprovação da Emenda Dante de Oliveira. Na véspera da votação, foi realizada uma passeata até a praça Landri Sales, graças à mobilização do Sindicato dos Jornalistas do Piauí. No dia 25 de abril, entidades favoráveis às Diretas Já organizaram duas vigílias cívicas em Teresina, uma na Apep e outra no *campus* Ministro Petrônio Portela da Ufpi (Sousa, 2020).

Em 27 de abril, foi publicado um panfleto que criticava a rejeição da Emenda Dante de Oliveira e incentivava a militância contra a ditadura militar. O panfleto continha uma nota intitulada “A Luta Continua”, em resposta à rejeição da emenda. Nos dias 2 e 3 de maio, houve uma reunião plenária do Comitê Regional do PCdoB, em que foram discutidas a crise política e a rejeição da Emenda, além de planos estratégicos para continuar a mobilização popular.

Um informe confidencial do SNI de maio de 1984, emitido pelo Departamento de Polícia Federal, permite observar como a repressão acompanhava a atuação do PCdoB na organização das manifestações depois da derrota da votação da Emenda das diretas na Câmara dos Deputados. O PCdoB teve um papel ativo na mobilização popular no estado. O informe também menciona a crescente participação das massas populares na ação política, apontando que as grandes manifestações públicas não apenas deram confiança ao público, mas também elevaram sua disposição política para pressionar o governo. O documento registrava que, na visão do partido, a rejeição da emenda agravava a crise política do regime. O interesse da fonte está menos em sua descrição factual da campanha do que no modo como ela revela, simultaneamente, a vigilância estatal sobre o PCdoB e a interpretação comunista da derrota parlamentar como sinal de desgaste do governo.

O informe do SNI identifica pessoas e entidades que se destacaram, registrando nominalmente os atores que considerava centrais na campanha piauiense. Reginaldo Furtado, presidente da OAB-PI, aparece como “um democrata decidido”, expressão que condensa tanto o elogio quanto a função atribuída a figuras institucionais capazes de conferir legitimidade ao movimento além dos circuitos de esquerda. O Sindicato dos Jornalistas é apontado como um dos primeiros a aderir ao Comitê Pró-Diretas e como organizador central da passeata de 24 de abril, usando a imprensa como instrumento de mobilização. O Centro Popular de Mulheres distribuiu cerca de 30 mil panfletos para a mesma passeata. O documento registra ainda que as mulheres tiveram pouco espaço para se pronunciar publicamente. Do interior, a cidade de Barras contribuiu com sua própria banda, que percorreu as passeatas ao lado do prefeito José Ribamar Pereira executando músicas patrióticas e o Hino Nacional. O informe encerra registrando que o governo reagiu com prisões contra militantes comunistas na tentativa de isolar o partido e que o efeito foi o oposto: a repressão ampliou a simpatia popular pelo movimento.

Rio Grande do Norte

Em 27 de janeiro, uma eleição simulada em Natal indicou amplo apoio ao voto direto. Entre os participantes, 90% dos votantes se disseram favoráveis ao direito de eleger o presidente da República (Fundação Perseu Abramo, 2011). Nesse contexto, o Rio Grande do Norte produziu o maior ato político da história do estado. Em 6 de abril (*Redação Tribuna do Norte*, 2014), a praça Gentil Ferreira, no Alecrim, em Natal, recebeu entre 50 e 60 mil pessoas (“Comício...”, 2014, p. 1) para ouvir Ulysses Guimarães, Tancredo Neves, o ex-governador Aluizio Alves, o cantor Fagner, o ator Raul Cortez, a atriz Marieta Severo, o compositor Chico Buarque e a cantora Fafá de Belém. O jornal *Tribuna do Norte* dedicou a capa inteira à cobertura do evento.

O que antecedeu esse comício é mais difícil de reconstruir. Os acervos estaduais sofreram perdas documentais significativas e parte do que se sabe sobre a organização da campanha vem de fontes muito fragmentadas, pesquisas acadêmicas locais, imprensa regional e, em menor medida, da documentação do SNI. O padrão que emerge dessa documentação irregular é o de uma campanha mobilizada por uma frente ampla de esquerda, com participação do PCdoB nos comitês locais e presença do movimento estudantil da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) como base de sustentação do movimento das Diretas (Anderson e Morena, 2019).

A especificidade potiguar esteve na combinação entre frente oposicionista, militância comunista, movimento estudantil e cultura política local. A atuação do PCdoB na base e nos comitês foi mais intensa na organização do comício de 6 de abril (Nascimento, 2003). As mulheres militantes do partido também tiveram papel importante, criando o grupo Mulheres pelas Diretas, que levava carros de som aos bairros de Natal, dando voz à população e promovendo discussões políticas públicas. O DCE da UFRN e outros grupos estudantis articularam panfletagens, passeatas, debates e práticas culturais de resistência, participando também da organização de comitês pró-Diretas no estado (Maia, 2009). A cena cultural, a partir de coletivos como o grupo músico-perfomático Gato Lúdico,²⁷ indica que a pauta das eleições diretas circulou também via linguagens artísticas e performáticas e não apenas pelos canais partidários tradicionais. Festivais de música, teatro e outros eventos de contracultura organizados pelo movimento estudantil eram usados como uma forma de engajamento político e de resistência ao regime autoritário.

Sergipe

Sergipe combinou mobilização institucional, presença eclesiástica e inovação de repertório de maneira mais evidente do que a maioria dos

estados. Em primeiro plano, mobilização institucional, com lançamento oficial da campanha na própria Assembleia Legislativa do estado; em seguida, participação ativa da Igreja Católica através da CNBB local; por fim, inovação de repertório de ação, com a inauguração de um “Placar das Diretas” em Aracaju. Esse era um instrumento de pressão nominativa sobre os parlamentares que seria replicado em várias outras capitais. A série de comícios de bairro documentada entre janeiro e fevereiro, em contraste com a modéstia de público de cada um deles, indica um esforço de espraiamento e penetração típico dos estados onde a esquerda organizada tinha presença local, mas limitada capacidade de mobilização de massa.

No dia 21 de janeiro de 1984, na Assembleia Legislativa, aconteceu uma reunião para o lançamento oficial da Campanha Pró-Diretas com a participação do PCdoB e do MR-8. O ato reuniu cerca de 200 pessoas.²⁸ Em 8 de fevereiro, no bairro América, houve a realização de comício pró-Diretas.²⁹ No dia seguinte, aconteceu mais um comício no conjunto habitacional Augusto Franco, em Nova Veneza.³⁰ No mesmo dia, na cidade de Lagarto, foi organizado outro comício pró-Diretas.³¹ Em 10 de fevereiro, em Aracaju, no bairro Siqueira Campos, em ato que reuniu cerca de 100 pessoas, com a participação do PCB, nova ação pública onde foram feitas críticas abertas ao governo e aos militares.³²

No dia 11, em Itabaiana, no interior do estado, foi realizado um comício pró-Diretas e no dia 15 em Aracaju, no bairro Bugio, outro comício.³³ No dia seguinte, mais um comício, no bairro Brasília, reunindo perto de 300 pessoas.³⁴ Em 17 de fevereiro, em Propriá, outro ato reunindo 800 pessoas e tratando de questões mais amplas como reforma agrária, direitos humanos, legalização do PCdoB, ao lado da questão política do momento. Na avaliação dos agentes que produziram esses informes, o público teria reagido com pouco entusiasmo. A informação deve ser lida menos como medida objetiva de adesão e mais como percepção do aparato de vigilância sobre o desempenho político das oposições. O evento contou com a presença de dom José Brandão de Castro, bispo da diocese de Propriá, que

prometeu mobilizar trabalhadores de sua região para o comício em fins de fevereiro em Aracaju.³⁵

Em 26 de fevereiro de 1984, em Aracaju, na praça Fausto Cardoso, no centro da cidade, aconteceu o grande *meeting* que reuniu entre 10 e 20 mil pessoas. Ele contou com a presença de Ulysses Guimarães, Agnaldo Timóteo, Bete Mendes, Lula, Freitas Nobre, Mario Juruna, entre outros. Uma faixa pedindo a “legalização do PCdoB” foi afixada no palanque.³⁶ Em 6 de abril foi inaugurado o “Placar das Diretas” e, entre os oradores no ato, discursou Álvaro Vilela Tavares, membro da “Comissão pela Legalidade do PCdoB”.³⁷

Em 17 de abril foi realizado em Aracaju o “I Seminário da Mulher Universitária”, promovido pelo DCE da Universidade Federal de Sergipe (Ufse) e coordenado pelo PCdoB, com cerca de 20 participantes. Na leitura dos agentes do SNI, o seminário funcionou como espaço de difusão das posições do PCdoB sobre as eleições diretas. No dia seguinte, Clara Araújo, militante do PCdoB e presidente da UNE, proferiu palestra sobre “A Mulher e a Política”. Ainda no âmbito da programação, Gilse Maria Cosenza Rodrigues Avelar, integrante do Comitê Central do PCdoB e militante no Ceará, falou sobre “A mulher e as suas formas de organização”.³⁸ Em 24 de abril, véspera da votação da Emenda Dante de Oliveira em Brasília, ocorreu na capital do estado um ato público pelas eleições diretas. Durante o evento, o militante do PCdoB, Álvaro Vilela Tavares, distribuiu um panfleto intitulado “Diretas Já — Fora Figueiredo e o Regime Militar”, assinado pelo “Organismo de Base da Universidade Federal de SE do PCdoB”.³⁹

3.2 Norte: mobilização desigual e baixa capacidade organizativa da oposição

A região Norte apresenta o padrão regional mais uniforme da campanha: dificuldade recorrente em converter organização política em público na rua e dependência relativa das organizações de extrema

esquerda como estrutura operativa. A uniformidade está no tipo de limite enfrentado, não na escala dos atos, que variou de forma acentuada. É o que a distingue do Nordeste, onde variam também os próprios tipos de mobilização.

Nos dois extremos dessa variação de escala estão, de um lado, Roraima, com dois eventos em toda a campanha aberta, e Rondônia, com uma passeata de três carros; de outro, Belém e Macapá. Em Belém, o comício de 16 de fevereiro reuniu entre 15 e 20 mil pessoas, com Ulysses Guimarães, Tancredo Neves e Lula no palanque, escala que aproxima o Pará dos estados medianos do Nordeste e o separa do restante da região. Em Macapá, cerca de 10 mil pessoas, mais de 10% da população da capital, produziram uma das maiores mobilizações proporcionais do país. A documentação tende a subvalorizar essa segunda grandeza por medir os comícios em números absolutos, mas a proporção importa: indica que, onde havia condições políticas mínimas, a demanda por eleições diretas podia mobilizar parcelas expressivas da população mesmo fora do eixo Sul-Sudeste. O que aproxima Belém e Macapá dos casos menores não é o tamanho do ato, e sim a fragilidade organizativa da oposição que o sustentava.

O padrão dominante, contudo, é o das mobilizações que não chegaram a se converter em ação de massa. O Amazonas é o caso mais documentado desse descompasso: a estrutura estava montada, o governo estadual apoiou com recursos, as entidades de classe aderiram, mas o comício principal reuniu apenas um décimo do público esperado. Rondônia registrou uma passeata de carros com apenas três veículos. Roraima produziu apenas dois eventos nos meses de campanha aberta. O Acre mobilizou cerca de 2 mil pessoas no início do showmício e só 250 ao final.

Para esses casos, há duas explicações. A primeira é organizativa: fora do Sul-Sudeste e de algumas capitais do Nordeste, os partidos de oposição legal (PMDB, PT, PDT, Partido Trabalhista Brasileiro — PTB) ainda não tinham penetração territorial capaz de sustentar a mobilização de massa. A segunda é política: nos estados de fronteira

agrícola do Norte, o movimento chegou como demanda de grupos urbanos sem grande enraizamento nas comunidades locais, o que limitou sua capacidade de expansão para além das redes já convertidas politicamente à causa das eleições. A campanha das Diretas Já chegou sim à Amazônia, e esse dado já é, por si só, uma correção relevante à narrativa canônica. Mas chegou com densidade muito menor do que nas outras regiões do país.

Em resumo, no Norte, a ausência de grandes multidões na rua não significou ausência de política contra o regime ditatorial. O que a documentação consultada revela é que a baixa densidade organizativa oposicionista conviveu com custos logísticos e territoriais elevados. De toda forma, a região é decisiva para o argumento do livro porque mostra que as Diretas Já ultrapassaram o circuito previsível das grandes capitais, ainda que muitas vezes sob a forma de comitês pequenos, atos localizados e mobilizações reduzidas.

Acre

Os textos produzidos por agentes do SNI, e enviados à Agência Central do órgão, se mostraram uma fonte bastante detalhada sobre as manifestações em prol da luta por eleições diretas nos estados do Norte. A campanha das diretas no Acre se articulou ao movimento estudantil da Universidade Federal do Acre (Ufac) (Santos, 2018), a ações de partidos de esquerda (PT e PCdoB, principalmente) e a lutas sociais ligadas à defesa da floresta, aos seringueiros e aos direitos dos trabalhadores rurais (Silva, 1998).

De acordo com o documento produzido pelo SNI,⁴⁰ em 19 de fevereiro de 1984, foi realizado um showmício na esplanada do Palácio do Governo do Acre, organizado pelo Comitê Pró-Diretas do estado. O informe registra que houve apresentações de cantores regionais, discursos críticos ao regime e ao modelo político-econômico e, a partir das 18h20, o início do comício sob coordenação de Sued

Chaves da Cruz, jornalista e militante do PCdoB. Entre os oradores estavam José Granjeiro Mendes (PT-AC), José Alcício Martins da Silva, Isaías Francisco (Comissão Pastoral da Terra) e vários representantes de sindicatos, associações profissionais e movimentos sociais. Além das eleições diretas, apareceram temas como reforma agrária, crítica ao imperialismo norte-americano, legalização do PCdoB, fome e contestação da política econômica. O governo estadual forneceu infraestrutura, incluindo palanque e transmissão pela Rádio Difusora Acreana. O público, segundo o informe, era de cerca de 2 mil pessoas no início do show e caiu para aproximadamente 250 ao final do comício, por volta das 22h50.

Em 31 de março, foi realizado ato público, novamente organizado pelo Comitê Pró-Diretas, com o objetivo de sensibilizar os parlamentares do estado, especialmente aqueles filiados ao PDS que votariam a Emenda Dante de Oliveira. Durante o evento em Rio Branco, houve manifestação simbólica na qual os organizadores “enterraram” o instituto das eleições indiretas e o regime militar, utilizando um caixão preto com os nomes de parlamentares contrários às diretas. Líderes como Airton Chaves da Rocha, vereador de Rio Branco (PMDB), Antônio Manoel Camelo Rodrigues, militante da Organização Socialista Internacional (OSI), e Aníbal Diniz, também militante da OSI, estiveram à frente da coordenação e dos pronunciamentos. O informe do Serviço avaliou que o ato teve pouca repercussão entre os transeuntes e registrou baixa interação com o público que passava pelo local. Também assinalou a ausência de parlamentares do PDS, do PMDB e do PT, interpretada pelos agentes como fator de desânimo entre os organizadores.⁴¹

Em Rio Branco, houve um show musical, em 13 de abril, e uma vigília cívica, em 25 de abril, para acompanhar a votação da Emenda Dante de Oliveira. Segundo esses registros, as duas manifestações atraíram um público reduzido, mas ainda assim foram marcadas por discursos críticos ao regime. Houve também eventos em cidades menores, como Manoel Urbano, onde se realizou um comício em

21 de abril. Depois da rejeição da emenda, a vigília em Rio Branco foi encerrada com participação pequena e os agentes registraram, a partir daí, baixa disposição para novas manifestações.⁴²

Ainda assim, o DCE da Ufac esteve fortemente envolvido no movimento pelas diretas, organizando reuniões e eventos em apoio ao Comitê Pró-Diretas do estado, com destaque para um ato público realizado no Dia do Trabalho, em 1º de maio. Também houve uma greve estudantil em protesto contra o aumento do preço do bandeirão no restaurante universitário.⁴³

A documentação do SNI sobre o Acre foi além dos eventos coletivos, produzindo informes individuais sobre parlamentares do PMDB que participaram dos atos. O deputado federal Geraldo Fleming, presente no showmício de 19 de fevereiro, foi descrito pelo SNI como alguém que não assumiu diretamente a defesa do socialismo ou da legalização do PCdoB, mas que tampouco se distanciou das falas classificadas pelos agentes como mais radicais. A partir de maio de 1984, Fleming e sua esposa Yolanda Lima Fleming, então vice-governadora do estado, divergiram publicamente do governador Nabor Júnior, o que, na visão da agência, fragilizou a coesão do PMDB acreano num momento em que a campanha das Diretas precisava de unidade política.⁴⁴

O caso do Acre ajuda a situar as Diretas Já em um processo local mais amplo de recomposição política depois das eleições para governadores de 1982. Essas eleições foram um marco importante, pois representaram o primeiro evento de participação popular direta no processo eleitoral após décadas de nomeações por militares. A vitória de Nabor Júnior (PMDB-AC) marcou um ponto de inflexão na institucionalização das oposições, embora a democratização permanecesse limitada por restrições herdadas do regime, como a nomeação de prefeitos em municípios classificados como áreas de segurança nacional.

Amapá

Os registros sobre a mobilização pelas Diretas Já no Amapá são escassos, mas o dado disponível é expressivo (FGV, s.d.). Em 16 de fevereiro de 1984, cerca de 10 mil pessoas se reuniram na praça central de Macapá para defender eleições diretas para presidente da República. Considerando que a população da cidade era então estimada em aproximadamente 90 mil habitantes, a manifestação mobilizou um décimo dos moradores da capital (Leonelli e Oliveira, 2004 apud Lopes, 2007, p. 13).

Amazonas

O Amazonas é um caso muito instrutivo porque a documentação permite observar a distância entre a força da organização formal e a baixa adesão de público local. Havia comitê estruturado, presença estudantil, sindicatos, partidos de oposição, participação de mulheres e apoio institucional do governo estadual e da prefeitura de Manaus. Ainda assim, os atos reuniram públicos muito inferiores às expectativas dos organizadores.

O Comitê Pró-Diretas do Amazonas, formado no início de 1984, reunia PMDB, PDT, PT, PCdoB e PCB, entidades estudantis como a UNE e a União dos Estudantes Secundaristas do Amazonas (Uesa), sindicatos filiados à Central Única dos Trabalhadores (CUT) e associações civis como a OAB/AM. O governador Gilberto Mestrinho apoiou suas ações com transporte para manifestantes e material de propaganda, e a Assembleia Legislativa e a Câmara Municipal cederam infraestrutura, respaldo institucional que a documentação do SNI registra.⁴⁵ As manifestações incluíram comícios em bairros de Manaus, como Colônia Oliveira Machado, Vila da Prata e São Lázaro, com presença de deputados federais e estaduais e de lideranças estudantis e sindicais. Nos discursos, alternavam-se críticas

ao regime, à política econômica do governo e reivindicações pela legalização dos partidos comunistas. O informe do Serviço anotou ainda a distribuição de jornais e panfletos de organizações que ele classificava como “subversivas” e a presença de bandeiras de partidos comunistas, o que indica a visibilidade das organizações de esquerda no Comitê.⁴⁶

O comício principal, em 18 de fevereiro de 1984, na praça do Congresso, expõe o descompasso central do caso: reuniu cerca de 2 mil pessoas, contra as mais de 20 mil que os organizadores projetavam. Os comícios de bairro na capital quase não ultrapassaram a marca de 80 a 100 participantes.⁴⁷

Em 8 de março, no Dia Internacional da Mulher, a Caminhada das Mulheres articulou a pauta das diretas à participação feminina no movimento, traço recorrente da composição do Comitê, que mobilizava também estudantes, trabalhadores e sindicatos em passeatas por Manaus e por outras cidades do estado.⁴⁸

Em 28 de março, no Dia Nacional do Estudante Secundarista, o Comitê organizou um ato que combinou passeata, comício-relâmpago e manifestação. A passeata partiu do Instituto de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal do Amazonas, reunindo universitários e secundaristas que carregavam faixas e entoavam palavras de ordem: “Diretas Já” e “Fora Figueiredo”. Um caixão simbólico do Colégio Eleitoral trazia inscrições pela morte do regime militar e do Fundo Monetário Internacional (FMI). O percurso terminou em comício-relâmpago na praça São Sebastião e em manifestação maior na praça do Congresso, com discursos de líderes estudantis, políticos locais e representantes de entidades de classe, diante de cerca de 600 participantes. O informe do SNI registrou comentários hostis de transeuntes, entre eles a classificação do ato como “coisa de comunistas”, expressão que revela tanto a recepção adversa de parte do público quanto o enquadramento anticomunista do próprio aparato de vigilância, e anotou que algumas lojas do centro fecharam as portas por receio de tumultos.⁴⁹

A vigília cívica de 25 de abril, na Assembleia Legislativa, para acompanhar a votação da Emenda Dante de Oliveira, está bem documentada.⁵⁰ Proposta pela deputada estadual Elizabeth Azize (PMDB-AM) e pelo deputado João Pedro Gonçalves da Costa (ligado ao PCdoB), reuniu parlamentares do PMDB-AM e militantes do PCdoB e do PCB. Começou com cerca de 300 pessoas e encerrou-se ao meio-dia com apenas uma centena. Nos discursos, críticos ao regime ditatorial e à política econômica federal, o SNI qualificou parte das falas como “ataques” ao governo e “insultos” ao presidente. Abordaram-se ainda o incêndio no jornal *Hora do Povo* e escândalos administrativos do governo federal. Azize permitiu que militantes de organizações de esquerda permanecessem no plenário, mas sem acesso ao sistema de som da Assembleia.

Como em outros locais, os temas estaduais conviviam com a agenda nacional. O geógrafo Ricardo José Batista Nogueira, que vivenciou a cena política de Manaus no período, descreve mobilizações intensas na década de 1980, atravessadas por questões próprias, como a Zona Franca e as políticas de integração da Amazônia, e embaladas pela música popular e pelo rock nacional de temática ecológica e crítica à ditadura.⁵¹

O traço específico do caso amazonense está na densidade institucional, no repertório diversificado e no apoio de governo e prefeitura que não se converteram em escala na rua.⁵²

Pará

As mobilizações em prol das Diretas Já no estado do Pará se iniciaram ainda em janeiro de 1984. No dia 13 de janeiro, aconteceu uma reunião do Comitê Estadual de Entidades em Defesa das Eleições Diretas, com participação do PCB, PCdoB, AJS e MR-8.⁵³ No mês seguinte, em 3 de fevereiro, foi realizado um debate na Assembleia Legislativa do Pará, com a presença do deputado federal Osvaldo

Melo, Gerson Peres (PDS), Vicente Queiroz (PMDB) e Benedito Wilfredo do PCB.⁵⁴ Em 6 de fevereiro de 1984, foi organizado um comício no bairro Juruna, em Belém, reunindo cerca de 100 pessoas, e contou com a participação do PCB e PCdoB. Na ocasião, Ademir Andrade afirmou que, caso o Congresso não aceitasse mudança, haveria séria crise no país. O governador Jader Barbalho comprometeu-se com a campanha e condenou o Colégio Eleitoral por ser ilegítimo, sem respaldo popular.⁵⁵ Em 7 de fevereiro, a cidade de Marabá foi palco de reunião pró-Diretas, com a participação do PCdoB, além da formação do Comitê pró-Diretas no clube das mães de Marabá.⁵⁶

No dia 16 de fevereiro, ocorreu manifestação pública, na avenida 19 de Dezembro em Belém, reunindo entre 15 e 20 mil pessoas com presença de Ulysses Guimarães, Tancredo Neves, Lula e Doutel de Andrade. Em seu discurso, Lula afirmou que, “enquanto milhões de crianças passam fome, o cavalo do Figueiredo come maçã e toma leite”. Segundo o informe consultado, o comício também incluiu palavras de ordem e falas em defesa da legalização das organizações de esquerda, da derrubada do regime, da convocação de greve geral em abril e da mobilização popular caso a Emenda Dante de Oliveira não fosse aprovada. A enumeração deve ser lida como seleção feita pelo aparato de informação, atento sobretudo aos sinais de radicalização política.⁵⁷

No Pará, o nome mais diretamente associado ao movimento foi o da cantora Fafá de Belém, cuja entoação do Hino Nacional se tornou presença disputada em comícios por todo o país e lhe rendeu a alcunha de “Musa das Diretas”. Em seu repertório de palanque estava “Menestrel das Alagoas”, homenagem a Teotônio Vilela gravada em 1983 e executada pela cantora em atos pelas diretas depois da morte do senador (*Vêja Rio*, 2023).

Rondônia

Em 22 de fevereiro, foi instalado o Comitê Pró-Diretas na cidade de Ji-Paraná, com sede na Câmara Municipal e a participação do PMDB, do PTB e do PT, além de entidades locais, como o Conselho dos Pastores, o Sindicato Rural e a OAB/RO.

Em 24 de fevereiro de 1984, conforme os registros do acervo do SNI, foi instalado o Comitê Suprapartidário Pró-Diretas do estado na Assembleia Legislativa de Rondônia. O ato estadual contou com a participação de cerca de 60 pessoas, entre as quais lideranças políticas de diferentes partidos e representantes de entidades sociais: Orestes Muniz Filho (deputado federal pelo PMDB), Jerônimo Garcia Santana (ex-deputado federal e presidente regional do PMDB), Tomás Guilherme Correia (deputado estadual), além de representantes da OAB, da Associação dos Profissionais em Assistência Social (Apas), do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e da Sociedade Rondoniense de Defesa dos Direitos Humanos. O objetivo desse Comitê era promover a mobilização em torno das eleições diretas, além de unir forças para pressionar o Congresso Nacional pela aprovação da Emenda Dante de Oliveira. Durante o evento, foram feitos discursos críticos ao governo federal, especialmente em relação à política econômica, com destaque para a dívida externa, o controle dos militares sobre altos cargos civis e o papel das multinacionais no Brasil. Os organizadores do Comitê distribuíram panfletos para convocar a população a se engajar, ressaltando a importância da pressão sobre os representantes, e planejaram manifestações e comícios para ampliar a mobilização em Rondônia. Entre as ações, estavam carreatas e comícios na capital, Porto Velho.⁵⁸

A manifestação de 11 de março, porém, teve uma adesão muito reduzida. Segundo o informe do SNI, apenas três carros participaram. Entre os presentes, estavam lideranças do PT, do PDT e do PMDB, incluindo José Neumar de Moraes Silveira, presidente regional do PT, e Magnus Francisco Antunes Guimarães, presidente do diretório

provisório do PDT. Mesmo assim, os organizadores continuaram distribuindo panfletos nos bairros da cidade para convocar a população ao grande comício previsto para 25 de março. A reunião realizada após a passeata reuniu apenas 10 pessoas e registrou reclamações sobre a falta de apoio a moradores envolvidos em conflitos de terra.⁵⁹ O episódio indica as dificuldades iniciais do Comitê para converter organização partidária em mobilização pública mais ampla.

Em 25 de março, o comício pró-eleições diretas foi realizado na praça da Igreja da Sagrada Família, no bairro Embratel, em Porto Velho. O evento contou com a presença de 2 a 5 mil pessoas, conforme registros conflitantes. O comício começou às 17h, sob a coordenação do repórter Jata Júnior, da Rádio Eldorado, e incluiu discursos de diversos deputados estaduais e federais, além de outras lideranças políticas locais e nacionais, como Ulysses Guimarães, Mario Juruna, Doutel de Andrade e Jerônimo Garcia Santana. Os oradores deram ênfase às eleições diretas para todos os níveis, além de fazerem críticas ao modelo político-econômico do país, ao regime, à presença das multinacionais, aos acordos com o FMI e ao Colégio Eleitoral. Também foram abordadas questões como inflação, desemprego, corrupção e escândalos envolvendo o governo, como o Caso da Capemi e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária de Rondônia (Inkra/RO). Sempre segundo o SNI, críticas foram direcionadas a figuras presidenciáveis como Paulo Maluf. O comício precisou ser encerrado às 21h30 devido à chuva.⁶⁰

Em 14 de abril, em Ariquemes, aconteceu um comício, também organizado pelo Comitê Pró-Diretas de Rondônia, com cerca de mil participantes. O informe do SNI caracterizou esses discursos como virulentos, mas registrou que a manifestação ocorreu pacificamente. Os discursos focaram na defesa das eleições diretas e em críticas ao Colégio Eleitoral, à política econômica do país, à atuação do governo estadual na área rural e a escândalos de corrupção da ditadura como os conhecidos casos à época da Caixa de Pecúlios, Pensões e Montepios Beneficente (Capemi), Itaipu, Coroa Brastel, Delfin e Banco

Nacional de Habitação (BNH). Os participantes, incentivados pelos organizadores, entoaram palavras de ordem como “Chega de generais” e “Lugar de milico é no quartel”. Não houve, na linguagem do órgão, a presença de “grupos de pressão” ou organizações “subversivas”. Entre os oradores estavam deputados federais e estaduais do PMDB e do PDS, incluindo Orestes Muniz Filho, Olavo Gomes Pires, Tomaz Guilherme Correia e José Ronaldo Aragão. Ao final do evento, o suplente de deputado estadual Antônio Gonzaga sugeriu a realização de uma greve geral em Ariquemes no dia 25 de abril. O deputado José Rodrigues do Prado (PDS) foi vaiado ao afirmar que o presidente da República era o responsável pela abertura democrática no Brasil.⁶¹

A mobilização em Rondônia também incluiu a criação de comitês em outras cidades, como Cacoal, Espigão do Oeste e Guajará-Mirim, expandindo o movimento para áreas rurais e municípios menores. Essa expansão aproximou a pauta das Diretas Já de conflitos sociais locais, entre eles a questão indígena em Rondônia. Durante esse mesmo período, os povos Arara-Karo e Gavião-Ikolen enfrentaram conflitos de terra com não indígenas em razão da ocupação e exploração de suas terras tradicionais.⁶² Embora o movimento pelas Diretas Já focasse principalmente em questões eleitorais e na luta pela redemocratização, também trouxe à tona debates sobre direitos sociais, incluindo a necessidade de proteção das terras indígenas e a demarcação de territórios.

Roraima

No então território federal de Roraima foram identificadas duas mobilizações por eleições diretas. No dia 27 de março de 1984, foi instalado, em Boa Vista, o comitê pró-Diretas “Teotônio Vilela” com a seguinte composição: Waldecir João Fontana, presidente regional do PDT-RR, Amazonas Brasil, Otoniel Ferreira de Souza e Odete Irene de Almeida, vereadores do PMDB em Boa Vista, Paulo Murat Porto da Rosa, presidente do sindicato rural de Boa Vista, Joselita Sancho,

filiada ao PDT-RR, Flávio Rosas, Jorge da Rocha e Silva, engenheiro agrônomo membro da Associação dos Engenheiros Agrônomos de Roraima (Aearr) e ex-candidato a deputado federal pelo PDT, Lori Fontana, esposa de Waldecir João Fontana e filiada ao PDT-RR, e José Figueiredo, filiado ao PDS-RR. A composição, do PDT ao PDS, indica adesão suprapartidária mesmo num território de baixa densidade oposicionista.

Em 18 de abril de 1984, aconteceu um comício, em Boa Vista, pró-eleições diretas promovido e realizado pelo Comitê Teotônio Vilela, contando com a participação de cerca de 1.400 pessoas.⁶³

Em Roraima, a escala reduzida da mobilização não diminui seu significado. A realização de atos locais indica que a campanha alcançou até territórios politicamente periféricos, nos quais a presença pública da oposição era mais difícil de organizar. Aqui, a campanha aparece menos como movimento de massa e mais como sinal de adesão territorial à pauta democrática nacional.

3.3 Centro-Oeste: mobilização expressiva, intensidade assimétrica

O Centro-Oeste combinou o *símbolo da origem* com o *símbolo da autoria*. Goiás sediou o primeiro comício da campanha nacional, em junho de 1983, e produziu, em abril de 1984, um dos maiores eventos desse ciclo político: uma estimativa superior a 400 mil pessoas em Goiânia, número apresentado pela imprensa local como o maior comício proporcional do país, embora deva ser lido com cautela.⁶⁴ Mato Grosso era o estado do deputado Dante de Oliveira, o que transformou cada mobilização local num argumento político adicional: a própria existência do movimento no estado de origem da emenda tinha um alto valor simbólico, independentemente do número total de participantes. O Centro-Oeste teve um peso alegórico superior ao seu peso demográfico no país.

Nos três estados, as Diretas Já recorreram a uma prática organizativa que caracterizou o Centro-Oeste de forma mais intensa do que outras regiões: os deslocamentos em larga escala. No Mato Grosso do Sul, 200 ônibus foram mobilizados das cidades do interior para a capital e dos bairros de Campo Grande para levar o público para o grande comício. Em Goiás houve uma “Caravana dos caminheiros” que fez uma marcha a pé de Goiânia a Brasília. No Mato Grosso saíram caravanas de Rondonópolis, Cáceres e outras cidades menores para o comício de Cuiabá.

Essa estratégia revela tanto uma característica geográfica da região, caracterizada por grande engajamento de cidades médias, quanto uma decisão política tática: ampliar a base de participação cívica para além das capitais. Essas últimas contaram com o apoio dos governos estaduais para sediar o movimento e hospedar os maiores atos. A presença dos governadores do PMDB, especificamente Íris Rezende de Goiás e Wilson Martins do Mato Grosso do Sul como articuladores da campanha, foi aqui, como no Sul e no Sudeste, o fator decisivo para compreender a diferença entre estados com governos de oposição e os sob controle político do PDS.

Goiás

As mobilizações pelas eleições diretas para presidente da República, em Goiás, começaram ainda em 1983, quando da realização de um grande comício em 15 de junho. De acordo com a imprensa local, tratou-se do “primeiro comício da campanha que iria empolgar o Brasil, do Oiapoque ao Chu” (Voz de Luziânia, 1984c, s.p.). Realizado em frente ao Ginásio de Esportes da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás), estima-se que o público tenha atingido em torno de 10 mil pessoas. Contou com as presenças e discursos de Ulysses Guimarães, Henrique Santillo, Mauro Borges, Humberto Lucena, Pedro Simon, entre outros deputados. A única mulher a discursar foi a

deputada federal Cristina Tavares (PMDB-PE), além da participação da cantora Fafá de Belém (*Voz de Luziânia*, 1984c, p. 6).

Os informes produzidos por agentes do SNI relacionam, por estado, uma série de eventos pró-eleições diretas realizados apenas no mês de janeiro de 1984. De acordo com o documento, em 3 de janeiro, foi realizada uma concentração, no bairro de Vila Nova Esperança, organizada pelo deputado estadual Linio Ribeiro de Paiva (PMDB-GO), por Ivan Ornelas (PMDB-GO), pelo deputado federal Aldo Silva Arantes (PMDB-GO), pelos vereadores Adalberto Monteiro (PMDB) e Euler Ivo Vieira. O Bloco Popular do PMDB de Goiás teria, no momento, a pretensão de promover uma série de concentrações públicas pelo estado, tendo uma delas sido realizada no dia 7 de janeiro, na cidade de Hidrolândia, contando com cerca de 200 pessoas.⁶⁵

O Informe registrou, ainda, a realização de uma concentração pública, no dia 13 de janeiro, no Conjunto Vera Cruz, em Goiânia, com cerca de 300 pessoas, entre elas o prefeito de Goiânia, Nion Albernaz, o deputado federal Tobias Alves Rodrigues (PMDB-GO), o deputado federal Tarzan de Castro (PMDB-GO), o presidente do Conselho Consultivo das Associações de Bairros, Almir Ferraz, entre outros.⁶⁶

A proximidade com a capital federal possibilitou a realização de manifestações mais dinâmicas como a realização da “Caravana dos caminheiros” por eleições diretas, em fevereiro de 1984, liderada pelo deputado federal João Divino Dornelles (PMDB-GO), que caminhou sete dias entre Goiânia e Brasília, e, segundo o jornal *Voz de Luziânia*, foi a primeira manifestação a chegar no Congresso Nacional. Pelo feito, ficou conhecida como “Quixotada goiana” (*Voz de Luziânia*, 1984a, p. 12).

Em 10 de março de 1984, aconteceu um comício, em Planaltina de Goiás (Brasilinha), com mais de 5 mil pessoas, na praça Cívica. Liderada pelo prefeito Ederval Vaz, a manifestação contou com desfile de estudantes com camisa estampada com a frase “Diretas Já”, além das presenças do senador Henrique Santillo, suplente Derval de Paiva,

deputados federais Aldo Arantes, Juarez Bernardes, Adhemar Santillo, deputados estaduais Juarez Magalhães (presidente da Assembleia Legislativa) e Ivan Ornellas, somados a outros prefeitos, vereadores e líderes comunitários da região (Voz de Luziânia, 1984b, p. 11).

No mês de abril, mais precisamente no dia 12, aconteceu novo comício, na praça Pedro Ludovico, que foi considerado pela imprensa o “Maior comício do país na jornada cívica que levou milhões de brasileiros às ruas”, mostrando-se como um “testemunho histórico do civismo” (Voz de Luziânia, 1984c, s.p.). Segundo a imprensa local (Voz de Luziânia, 1984c, p. 7), o ato teria reunido mais de 400 mil pessoas, número que a própria documentação sugere fortemente inflado e do qual não se devem extrair cálculos proporcionais tão otimistas.

Após a derrota da Emenda Dante de Oliveira, novas manifestações começaram a ser organizadas, para manutenção de um estado de mobilização popular pelas eleições diretas. De acordo com a documentação produzida pelo SNI, em Goiânia, por exemplo, foi realizado ato público, em maio de 1984, entre 9h e 12h, na Assembleia Legislativa do Estado, com a participação de cerca de 150 pessoas, promovido pelo Comitê Suprapartidário em Prol de Eleições Diretas de Goiás, com apoio da bancada do PMDB-GO, PT-GO, CUT-GO e Associação de Docentes da Universidade Federal de Goiás (ADUFG). Contou com a presença de membros do DCE da Universidade Federal de Goiás (UFG), do PCdoB, do PCB e da Organização Revolucionária Marxista-Democracia Socialista (ORM-DS). De acordo com o informe, podiam ser vistos cartazes e faixas com dizeres como “Diretas urgentes, de reitor a presidente”, “Professores e servidores pelas Diretas-Já”, da ADUFG.⁶⁷

Ao acompanhar a organização dos comícios e das manifestações de rua que traziam o mote das eleições diretas como sua principal diretriz, é possível observar como outros temas mais específicos tangenciavam a formação dessa agenda pública. Foi o caso da organização de um comício suprapartidário pró-Diretas, que iria acontecer em 23 de junho de 1984, na Cidade Ocidental e que, juntamente com o pleito

das diretas, também trataria do pedido de decretação de moratória por parte dos mutuários do Sistema Financeiro de Habitação junto ao Banco Nacional da Habitação (BNH) (*Voz de Luziânia*, 1984d, p. 2).

O tema das Diretas Já também atravessou registros cotidianos da imprensa local. No jornal *Voz de Luziânia*, de abril de 1984, em nota intitulada “Emergências prejudicam o amor”, havia menção ao impacto do “estado de emergência” decretado pelo governo federal, por conta da votação da Emenda Dante de Oliveira e que proibia aglomerações públicas. No caso de Luziânia, às margens da BR-040, ficava localizada a maioria dos motéis da cidade e “com a revista e a identificação dos carros à altura do Posto Fiscal, a frequência aos motéis ficou reduzida a zero. O Motel Fairplay — um dos primeiros a se instalar na BR-040 — encerrou suas atividades e está à venda, e na esteira dele irão outros”. A coluna vaticinava, ainda: “Se o ‘Estado de emergência’ não tivesse sido revogado após o Governo Federal ter conseguido o seu objetivo principal, a derrota da Emenda Dante de Oliveira [...], a maioria dos motéis situados em Luziânia, às margens da BR-040, iriam à falência” (*Voz de Luziânia*, 1984c, p. 2).

Goiás ocupa lugar singular porque desloca a origem da campanha organizada para fora da memória paulista e carioca das Diretas Já. O caso obriga a corrigir a narrativa retrospectiva do movimento: antes de se tornar multidão no Sudeste, a campanha foi lançada politicamente no Centro-Oeste.

Mato Grosso

O Mato Grosso também se mobilizou pelas Diretas Já desde o início de 1984. O estado mantinha uma ligação particular com a campanha, pois seu deputado federal, Dante de Oliveira, era autor da emenda constitucional que concentrava as atenções e as expectativas da população pró-Diretas. Políticos, representantes de entidades de classe e da sociedade civil mato-grossense participaram das articulações

que pressionavam o Congresso Nacional a aprovar o voto direto para presidente da República.

Em 11 de janeiro, o PMDB local promoveu reunião, na Câmara Municipal de Cuiabá, para formar comissão que coordenaria a campanha pelas Diretas Já no estado (*Jornal do Dia*, 1984a, p. 5). Se a campanha pelas diretas engajou as pessoas na luta política, atos como a prisão de um jovem, que estava fazendo campanha pelas Diretas Já e arrecadando assinaturas na porta da Assembleia Legislativa, no mesmo mês, indicam que a liberalização política ainda convivia com práticas repressivas. O jovem foi solto depois, pela Secretaria de Segurança (*Jornal do Dia*, 1984b, p. 5).

Em 14 de fevereiro, foi realizado um comício do PMDB, no bairro de Pedregal, às 20h (*Jornal do Dia*, 1984c, p. 18), pelas diretas, e outro em 17 de fevereiro, às 20h, no CPA III (*Jornal do Dia*, 1984d, p. 18). Esses eventos precederam o comício de maior envergadura, realizado em 20 de fevereiro, para o qual as mobilizações já haviam começado. A OAB, por exemplo, começou a publicar notas na imprensa sobre sua agenda de eventos, aproveitando para convocar a população para o comício, de caráter suprapartidário (*Jornal do Dia*, 1984d, p. ilegível no microfilme).

O comício do dia 20 de fevereiro exigiu uma organização do espaço público que gerou mobilização de quase todo o efetivo da Companhia de Trânsito, com esquema armado pelo Departamento Estadual de Trânsito (Detran), com vistas à mudança do trânsito da cidade de Cuiabá (*Jornal do Dia*, 1984e, p. 1, 5, 18).

O comício reuniu aproximadamente 15 mil pessoas, entre elas as que vieram por meio de caravanas do interior do estado, como Rondonópolis, Colider, Cáceres, Tangará da Serra, entre outras, ou mesmo as que se deslocaram em algum dos 15 caminhões ou oito ônibus mobilizados para transportar a população dos bairros mais afastados. O palanque do comício foi ocupado por representantes da classe política e artística, contando com atrizes como Christiane Torloni e Ruth Escobar, também deputada estadual, além de políti-

cos como Ulysses Guimarães e Lula. Discursaram em diversos tons, vocalizando a demanda popular por eleições diretas, com destaque para a presença do deputado federal Dante de Oliveira (*Jornal do Dia*, 1984f, p. 1, 5).

A partir dos informes produzidos por agentes do SNI, que monitoravam detalhadamente as mobilizações pró-Diretas, é possível acompanhar a organização de atos por todo o país, realizados no dia 25 de abril de 1984, o “Dia Nacional de Vigília Cívica e Mobilização”, por conta da votação da Emenda Dante de Oliveira. Em Cuiabá, ocorreu uma passeata de docentes e estudantes da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), com cerca de 200 pessoas, que se deslocaram do *campus* universitário até a praça da República. Na ocasião, foi conduzido um caixão, simbolizando o enterro do Colégio Eleitoral. Já na praça da República, o público estimado na concentração era de 600 pessoas. Na cidade de Rondonópolis, houve uma paralisação das aulas no Centro Pedagógico da Fundação Universidade Federal do Mato Grosso (FUFMT), para a realização de uma assembleia e debate da Emenda Dante de Oliveira.⁶⁸

Em Mato Grosso, a campanha tinha valor simbólico adicional: mobilizar-se pelas diretas era também reivindicar localmente a emenda que levava o nome de Dante de Oliveira. O estado de origem da proposta funcionou, assim, como território de legitimação parlamentar e política da demanda nacional.

Mato Grosso do Sul

Em 1984, Mato Grosso do Sul era ainda um estado recente. Criado em 1977, o estado não tinha nem uma década quando o país começou a se mobilizar para poder votar para presidente (Bittar, 1998). Recém-governado pelo PMDB, o estado aderiu à campanha pelas Diretas Já, mostrando o descontentamento da população com o regime ditatorial-militar.

A coordenação das manifestações foi realizada por uma Comissão Executiva Pró-Diretas e, em um contexto de mobilização por greve, da parte do corpo docente do sistema de ensino, em 16 de março de 1984, houve uma mobilização significativa de estudantes secundaristas, reunidos na praça Ari Coelho, que depois saíram em passeata pelo centro da capital (Silva Júnior e Fernandez, 2014, p. 7). Em termos de organização da sociedade civil, foi constituído um grupo intitulado “Comitê da Mulher”, com atuação acentuada na divulgação do comício que aconteceria em 24 de março de 1984, distribuindo encartes com a propaganda do movimento Diretas Já (Silva Júnior e Fernandez, 2014, p. 8).

A fim de arregimentar a população para a participação no comício, foram organizadas caravanas com moradores de cidades como “Dourados, Aral Moreira, Aquidauana, Bataiporã, Rio Verde, Caarapó, Paranaíba, Bataguáçu, Maracaju, Jateí, Nova Andradina, Angélica, Tacuru, Bodoquena, Bonito, Terenos, Selvíria, Ivinhema e São Gabriel D’Oeste” (Silva Júnior e Fernandez, 2014, p. 9). Além disso, foram disponibilizados 200 ônibus para buscar a população em diferentes bairros de Campo Grande e levá-la ao centro, mais precisamente à esquina da rua 14 de Julho com a avenida Afonso Pena. Detalhe curioso da mobilização foi a presença de um veículo com megafone, chamado “Jacaré Elétrico”, convocando, pelos bairros da cidade, as pessoas para participar do evento (Silva Júnior e Fernandez, 2014, p. 9).

Com público estimado entre 20 mil e 40 mil pessoas (Arruda, 2014), o comício contou com a presença de artistas regionais e nacionais: “Simona, Ney Guedes, Salsinha, Mini-Bitchie, Mini-Blitz, Edgard Gomes, Bete e Betinha, Beco Nogueira, Grupo Sacaba, Banda Poranguete, Celito Espíndola, Alfredo Karam Filho, João Figueiredo, Paulo Simões, Geraldo Espíndola, Alzira Espíndola, Banda Zé Carlos, Marcelo Fasolo, Almir Sater, Margarida Galeano, Joel Pizzini Filho, Emanuel Marinho, Pedro Fenelon, Gutemberg, Wilson Bentos, Bete Mendes, Ruth Escobar, Christiane Torloni, Belchior, Fafá de Belém e Cristina Buarque de Holanda” (Silva Junior e Fernandez, 2014, p. 9).

No “Dia Nacional de Vigília Cívica e Mobilização”, em 25 de abril, ocorreram ações em Campo Grande, entre elas uma vigília na Câmara Municipal, com cerca de 200 pessoas, entre universitários e políticos. O informe do SNI registrou a distribuição de panfletos e os descreveu, em sua linguagem repressiva, como material destinado a “insuflar” o povo contra o governo. Entre os presentes, o documento identificou como lideranças Ramez Tebet, vice-governador do estado, os deputados estaduais Valdir Pires Cardoso (PDS-MS), Aires Marques (PMDB-MS) e os vereadores Nelly Elias Bacha (PMDB-MS) e Antônio Parron Arruda (PMDB-MS).⁶⁹

Mato Grosso do Sul evidencia o papel das caravanas e dos deslocamentos organizados como infraestrutura política da campanha. A presença popular em praça pública dependia de coordenação material, não apenas de adesão espontânea. No Centro-Oeste, transformar distância em mobilização exigiu converter logística em ação política.

3.4 Sudeste: movimento de massa, penetração cultural e contradição política

O Sudeste foi a região dos recordes numéricos de comparecimento e das tensões políticas mais expressivas. Aí se concentraram os maiores comícios da campanha nacional, a cobertura jornalística mais detalhada, os apoios governamentais mais significativos, de um lado. E, de outro, os episódios que revelam com mais nitidez as contradições internas tanto da campanha quanto do momento político do regime.

Os números são eloquentes: entre 180 mil e 300 mil na praça da Sé em janeiro, 400 mil em Belo Horizonte em fevereiro, entre 800 mil e 1 milhão na Candelária em abril, 1,5 milhão no Anhangabaú em 16 de abril de 1984. Esses dados dizem mais sobre a escala do fenômeno, mas pouco sobre sua tessitura. A documentação do Sudeste revela, para além dos grandes comícios, a profundidade com que o tema “eleição direta” penetrou em espaços não convencionalmente

politizados. Nenhuma outra região do país tem essa saturação cultural com a mesma densidade.

O Sudeste foi também onde a disputa pela cobertura midiática se tornou, ela mesma, um evento político. A omissão da cobertura do *Jornal Nacional* ao comício da praça da Sé não foi apenas o testemunho do viés editorial pró-ditadura da TV Globo. Esse fato produziu uma reação pública que aprofundou o debate sobre o papel da imprensa hegemônica no processo de transição e incorporou a crítica à mídia como parte do repertório político do movimento.

No Sudeste, as Diretas Já deixaram de ser apenas campanha política e se converteram em atmosfera cultural. A região revela a máxima capacidade de massificação do movimento, mas também suas contradições mais visíveis: dependência de grandes lideranças, disputa com a mídia hegemônica sobre a narrativa do movimento e tensão entre os ganhos políticos da mobilização de rua e o cálculo parlamentar dos agentes políticos da oposição institucional.

Rio de Janeiro

A cidade do Rio de Janeiro assistiu a um dos maiores eventos realizados a favor das eleições diretas, o Comício da Candelária, em 10 de abril de 1984, que reuniu entre 800 mil e 1 milhão de pessoas (com estimativas posteriores que chegam a 1,2 milhão de pessoas). Contudo, antes de abril, já havia inúmeras mobilizações.

O mês de janeiro de 1984 deu início a uma intensa mobilização pró-Diretas no estado, em especial na capital, indo desde ações de conscientização da população para a causa até grandes comícios. No dia 4, por exemplo, foram instaladas quatro urnas na Cinelândia, região central da cidade, onde deveriam ser depositadas cédulas distribuídas para a população com a seguinte pergunta: “Você gostaria de votar para presidente da República?”. As urnas foram colocadas na praça diariamente, com um livro de registro de contagem de

cédulas, e depois foram recolhidas e levadas para a ABI. A ideia era realizar uma sessão solene, na Câmara dos Vereadores, de contagem desses votos quando as urnas recebessem 100 mil cédulas. Além disso, foram distribuídos panfletos com críticas ao presidente Figueiredo. De acordo com relato de agentes do SNI, que produziram informe sobre a mobilização, a campanha teria sido organizada pelo governador Leonel Brizola e pelo seu partido, o PDT, apesar de constar no material divulgado a assinatura do “Comitê Popular para eleições diretas”.

Em 14 de janeiro, na Zona Sul da cidade, aconteceu uma manifestação que se iniciou com uma concentração de cerca de 300 pessoas na praça Nossa Senhora da Paz, em Ipanema, às 10h, com apresentação de banda de música. O evento resultou em uma passeata até a praça Serzedelo Correia, em Copacabana. “Apesar do calor reinante e do forte apelo da praia”, a manifestação organizada por “partidos de oposição”, de acordo com o informe do SNI, saiu como programada. Sobre a participação popular, uma matéria de *A Tribuna* divergia acerca do sucesso da manifestação. De acordo com o jornal, a passeata havia atraído “pouca gente”, em torno de mil pessoas, em função do desestímulo provocado pelo forte calor. Na janela do apartamento do governador Leonel Brizola estavam, além dele, o prefeito Marcelo Alencar e o senador Saturnino Braga (PDT-RJ), acenando para a população (*A Tribuna*, 1984e, p. 2).

O objetivo dessa mobilização era “conclamar a população” para a causa das diretas. Ela contou com a presença do suplente de deputado federal, Eduardo Mascarenhas (PMDB-RJ), do deputado estadual Aluísio Gama (PMDB-RJ), de integrantes do Movimento de Mulheres do PDT, de representantes do PCB e do PCdoB, além de representantes dos “Militares não anistiados”. O evento todo teria contado com cerca de 500 pessoas, entre a concentração inicial e seu final em Copacabana.⁷⁰ Em termos visuais, o evento contou com faixas e cartazes com os dizeres: “União dos militares não anistiados/ Prestam apoio total às eleições diretas para presidente da República”,

“Povo exige diretas para presidente”, “Eleições diretas e Constituinte — PCB”, “Procura-se Delfim e sua gang entreguista”, entre outros.⁷¹ Teria havido apenas um incidente, na esquina da rua Farme de Amoedo com a avenida Vieira Souto, quando alguém jogou um ovo, de alguma janela do “luxuoso Edifício Ilhabela”, mas não chegou a atingir nenhum manifestante (*A Tribuna*, 1984e, p. 2).

A mobilização pelas eleições diretas alcançava outros espaços, que não apenas as ruas, em eventos políticos dedicados à Emenda. “Eleições diretas ou indiretas para presidente da República” foi o tema da redação do vestibular unificado realizado por mais de 59 mil candidatos, em sua maioria jovens entre 17 e 18 anos. De acordo com Carlos Alberto Serpa, presidente do Centro de Seleção de Candidatos ao Ensino Superior do Grande Rio (Cesgranrio), instituição que realizou a prova, “o tema da redação foi o mais atual e pertinente ao momento da vida do país e procurou fazer com que o candidato, mesmo o que não tem o hábito da leitura, se posicionasse, sem alegar desconhecimento do assunto” (*Jornal do Brasil*, 1984a, p. 4). O processo de correção da prova foi registrado com frequência nas páginas do *Jornal do Brasil*, que noticiava que a maioria dos candidatos se posicionara a favor das diretas, seguida daqueles que eram neutros ante a questão (*Jornal do Brasil*, 1984b, p. 4). Ao final, o veredito dos vestibulandos foi o seguinte: sete em cada 10 jovens eram a favor das Diretas Já, dois estavam indecisos e um era a favor de eleições indiretas (*Jornal do Brasil*, 1984c, p. 4).

O tema também animou a população durante um protesto organizado pela Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro (Famerj), que reuniu representantes de cerca de 70 associações contra o aumento das passagens de ônibus no estado. No fim da tarde de 10 de janeiro, a mobilização levou cerca de mil pessoas à Central do Brasil, em torno de uma picape de onde saíam os discursos e onde os repentistas Miguel Bezerra de Lima e Zé Duda cantavam e clamavam por eleições diretas (*Jornal do Brasil*, 1984b, p. 6). Ações de caráter visual também marcaram a luta pelas

diretas. Segundo o *Jornal do Brasil*, os muros do Recife e de outras cidades de Pernambuco vinham sendo pichados com os nomes de parlamentares contrários às Diretas Já, prática que, conforme o jornal, já estaria “descendo, rumo a Minas, Rio e São Paulo” (*Jornal do Brasil*, 1984d, p. 6).

A pauta das Diretas Já penetrou também em espaços esportivos, inclusive por meio de simulações eleitorais informais. Em momento de folga, os jogadores do time de futebol do Flamengo resolveram simular eleições para presidente da República, desenhando uma cédula com os nomes de possíveis candidatos. Eles construíram uma urna e indicaram os mesários que controlariam o processo, o jogador Júnior e sua esposa, Heloísa. O resultado final foi um empate entre Aureliano Chaves e Tancredo Neves. Paulo Maluf e Hélio Beltrão receberam quatro votos cada, Mário Andreazza, três, Leonel Brizola e Ulysses Guimarães, dois, e Marco Maciel não recebeu nenhum voto (*Jornal do Brasil*, 1984f, p. 22). Zico também se manifestou favorável às eleições diretas por meio de telegrama que enviou de Udine, na Itália, ao deputado federal Márcio Braga (PMDB-RJ). O telex tinha como objetivo saudar a “Fla-Diretas”, nova torcida organizada do Flamengo, que teria o deputado como patrono, o zagueiro Figueiredo como padrinho e a atriz Christiane Torloni como madrinha, e que faria sua estreia em jogo contra o Palmeiras, no Maracanã (*Jornal do Brasil*, 1984g, p. 24).

O comício previsto para 10 de abril foi objeto de alguns informes do SNI. O primeiro registrava que o governador Leonel Brizola teria ordenado ao tesoureiro do PDT o pagamento de Cr\$ 7,5 milhões para a confecção de bandeiras do partido. Segundo o mesmo documento, o jornal *Espaço Democrático* teria reunido um conjunto de gráficas, sobretudo pertencentes a oficiais militares cassados pelo regime, dispostas a imprimir gratuitamente os panfletos distribuídos no comício. Outro documento do órgão registrava a avaliação de assessores de Brizola de que a divulgação do evento não alcançava suficientemente o público que passava diariamente pela Central do

Brasil e viajava para os subúrbios. O mesmo informe trazia a hipótese, atribuída à fonte não identificada, de sabotagem interna promovida por deputados descontentes com a organização do palanque e que seriam “impedidos de discursar no comício”. O trecho vale como registro de conflitos e rumores na preparação do ato.⁷²

“Dia amanhece com sol e chuva de papel picado.” Esse foi o título da matéria do *Jornal do Brasil* sobre o comício da Candelária. Descrito como ambiente de festa, batuque e confraternização, o evento reuniu estudantes, operários, professores, funcionários de estatais, donas de casa, profissionais liberais e torcidas organizadas de times de futebol (*Jornal do Brasil*, 1984h, p. 4-5). A mobilização foi tamanha que até as jogadoras da seleção feminina de vôlei, então em treinamento no Forte do Leme para as Olimpíadas, foram liberadas para participar do ato no centro da cidade (*Jornal do Brasil*, 1984h, p. 22). Com a presença de Sobral Pinto, Tancredo Neves, Franco Montoro, Ulysses Guimarães, Leonel Brizola e Darcy Ribeiro, o comício reuniu, segundo as estimativas mais recorrentes dos jornais, 1 milhão de pessoas (*Jornal do Brasil*, 1984h, p. 3; “Comício das Diretas...”, 2013).

No Rio de Janeiro, a Candelária funcionou como uma grande demonstração pública de escala nacional do movimento. A multidão reivindicava eleições diretas e, ao mesmo tempo, expunha o grau da perda de legitimidade política do regime. A heterogeneidade social do público nesse ato indica também que a campanha já ultrapassava a esfera partidária e se convertia em uma espécie de “linguagem pública” oposicionista.

No dia da votação da Emenda Dante de Oliveira, em 25 de abril, o Rio de Janeiro também se somou às atividades do “Dia Nacional de Vigília Cívica e Mobilização”. A Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) suspendeu as aulas, cerca de mil pessoas se concentraram na Cinelândia, além da ocorrência de uma vigília na praça Saens Peña, na Tijuca, com aproximadamente 100 pessoas. Em Niterói e em São Gonçalo também aconteceram vigílias menores, com cerca de 50 pessoas em cada uma.⁷³

Em 25 de maio de 1984, um mês após a rejeição da Emenda Dante de Oliveira, foram realizados atos de protesto no país, organizados pelo Comitê Nacional Suprapartidário Pró-Eleições Diretas, para marcar a permanência da mobilização em torno da causa. Na cidade do Rio de Janeiro, ocorreu um ato público na Cinelândia, às 19h, com organização de um “Barulhão” que incluiu queima de fogos de artifício, buzinas e panelaço. Na ocasião, foi instalado um trailer amarelo, onde foi inaugurada a sede móvel do Comitê Pró-Diretas/RJ, que dispunha de materiais para venda de broches, camisetas, entre outros. O evento contou com cerca de 500 pessoas, com a presença de Arlindenor de Souza, do PMDB-RJ, Godofredo Saturnino da Silva Pinto, suplente de deputado estadual (PMDB-RJ) e presidente do Centro Estadual dos Professores (CEP), José Eudes de Freitas, deputado estadual (PT-RJ), Augusto Vilas Boas, da ABL, entre outros. Jorge Ramos, membro do Movimento Negro Unificado (MNU), criticou em seu discurso a política econômica e o FMI. Já a militante do PT-RJ, Lúcia Arruda, teria mencionado a viagem do presidente à China e ao Japão. De acordo com o informe do SNI, foram estendidas faixas e levantados cartazes com os seguintes dizeres: “Diretas Já — Associação do Bairro Madureira”, “Diretas Já — PT”, “Diretas Já — Exigência do povo”, “Fora Figueiredo”, “Greve já, contra fome e pelas Diretas — Convergência Socialista”.⁷⁴

São Paulo

A cidade de São Paulo testemunhou, no dia de seu aniversário oficial, em 25 de janeiro de 1984, um dos maiores comícios realizados na luta por eleições diretas.⁷⁵

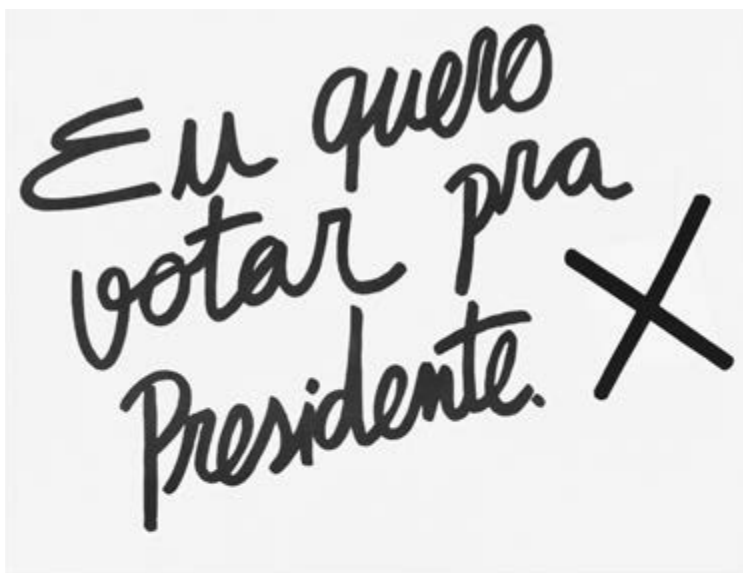
Entretanto, desde o ano anterior, ela já era palco de manifestações públicas ensejando eleições por voto direto para a presidência. Em 26 de novembro de 1983, um conjunto de 10 governadores assinou documento, no Palácio dos Bandeirantes, registrando que “a Nação

brasileira tem o direito de ser ouvida”. Foram signatários os governadores Tancredo Neves (MG), Íris Rezende (GO), Gilberto Mestrinho (AM), José Richa (PR), Jader Barbalho (PA), Franco Montoro (SP), além de representantes dos governos do Rio de Janeiro e do Mato Grosso do Sul. Os governadores Nabor Júnior (AC) e Gerson Camata (ES) não puderam comparecer e pediram que a declaração fosse assinada em seus nomes (*A Tribuna*, 1983a, p. 3). No dia 27 de novembro, dia do falecimento de Teotônio Vilela, ocorreu um ato público em frente ao estádio do Pacaembu mobilizando cerca de 5 mil pessoas. Elas foram ouvir representantes partidários e artistas se manifestarem pela causa das eleições diretas (*A Tribuna*, 1983b, p. 1).

O governo e o governador do estado, Franco Montoro, engajaram-se intensamente na campanha. A coordenação-geral do Movimento Pró-Eleições Diretas para a presidência da República foi desempenhada pelo secretário de Informações e Comunicações Jorge Cunha Lima, que presidiu reuniões de mobilização contando com representantes de outros partidos, de sindicatos e de entidades de bairro.

O tema das diretas atravessava a agenda política nacional e local de diversas formas. Em 14 de janeiro de 1984, durante o encerramento do 8º Encontro Nacional de Presidentes das Câmaras Municipais das Capitais dos estados, organizado pela Câmara Municipal de São Paulo, foi elaborada a “Carta de São Paulo”, documento no qual os presidentes das Câmaras de Vereadores presentes declaravam-se favoráveis às eleições diretas para presidente. No dia seguinte, o Palácio de Convenções do Parque Anhembi sediou um ato da campanha organizado pela Confederação Nacional das Associações de Moradores (Conam), presidida por Almir de Barros, e pelo Conselho Coordenador das Sociedades Amigos de Bairro, Vilas e Cidades de São Paulo (Consabes), contando com representantes de cerca de 400 entidades de todo o estado. Estiveram presentes o vice-governador Orestes Quércia, o prefeito Mário Covas, a vice-presidente do Diretório Regional do PDT, Terezinha Zerbini, entre outras pessoas. Além da reunião, havia sido idealizada outra estratégia de mobilização,

como a elaboração de um abaixo-assinado que deveria colher cerca de 2 milhões de assinaturas a ser entregue ao Congresso Nacional quando da votação da Emenda Constitucional.⁷⁶



VENHA EXIGIR SEU DIREITO NO GRANDE COMÍCIO DAS DIRETAS

DIA 25 - PRAÇA DA SÉ - 16 HORAS

Volante de convocação para o Grande Comício das Diretas, realizado na praça da Sé, em São Paulo, em 25 de janeiro de 1984. Fonte: Arquivo Tancredo Neves, FGV CPDOC, TN foto 0629_3.

A tática de realizar votações simuladas e comícios-relâmpago foi bastante recorrente entre os dias 14 e 15 em algumas cidades do estado, além da capital. No material produzido por agentes do SNI, há registro de destaque para a atuação do PMDB e do PT na campanha pelas Diretas, além de intensa participação da CUT, à época liderada por Jair Meneguelli, da Coordenação Nacional da Classe Trabalhadora (Conclat), liderada por Joaquim dos Santos Andrade, e da UNE, presidida por Clara Araújo, ligada ao PCdoB. Na avaliação do informante da agência de vigilância, a Igreja Católica ainda não participava da campanha com intensidade equivalente à de partidos, sindicatos e entidades estudantis, embora dom Paulo Evaristo Arns, arcebispo de São Paulo, fosse descrito no próprio registro como “adepto entusiasta das diretas”.⁷⁷

Para planejar o comício de 25 de janeiro e ampliar o apoio ao ato, o governo do estado convocou uma reunião com os prefeitos da Baixada Santista. Não houve adesão, pois compareceu somente o chefe municipal do Guarujá, Maurici Mariani (*A Tribuna*, 1984d, p. 7).

Em 25 de janeiro, com um palanque representativo de toda a heterogeneidade partidária do momento, o comício da praça da Sé contou com as presenças do locutor oficial do movimento, Osmar Santos, de Lula, Ulysses Guimarães, Franco Montoro, Brizola, Íris Rezende, José Richa, Nabor Júnior, Mário Covas, José Gregori, Moraes Moreira, cantando o frevo “Eleições Diretas”, e Chico Buarque cantando “Apesar de você”. O ato reuniu também bandeiras do Corinthians e cartazes anunciando um livro *Pelo direito de cidadania dos negros* e palavras-de-ordem como “1, 2, 3 Maluf no xadrez e, para ficar completo, Figueiredo e Delfim Neto” (*A Tribuna*, 1984i, p. 1).

Na esteira das preparações para o comício do dia 25 em São Paulo, o prefeito de São Vicente, Sebastião Ribeiro da Silva, começou uma articulação para a realização de um evento em 22 de janeiro, na praça Matteo Bei, no Jóquei Clube. Contudo, a organização encontrava certa tensão entre políticos do PMDB e do PT (*A Tribuna*, 1984c,



Multidão no comício na praça da Sé em São Paulo em 25 de janeiro de 1984. Fonte: Arquivo Franco Montoro, FGV CPDOC, AFM foto 0602_2.

p. 7). A iniciativa chamou a atenção dos órgãos de segurança, que se mostraram apreensivos com o fato de que a campanha pelas diretas faria parte das comemorações pelos 452 anos da cidade (*A Tribuna*, 1984f, p. 7). A prefeitura mandou confeccionar 3 mil cartazes com a ilustração de uma mão colocando um voto em uma urna e a seguinte



Da esquerda para a direita: Mora Guimarães (1ª); Ulysses Guimarães (2ª); Beth Carvalho (3ª); Fafá de Belém (4ª); Franco Montoro (5ª); Luiz Inácio Lula da Silva (6ª); Lucy Montoro (7ª); Dante de Oliveira (8ª); e Mário Covas (10ª). São Paulo, 1984. Fonte: Arquivo Franco Montoro, FGV CPDOC, AFM foto 0602_4.

frase: “São Vicente, berço da democracia no Brasil, quer eleições diretas” (*A Tribuna*, 1984g, p. 9). O lançamento da campanha acabou não acontecendo por desmobilização popular e ausência de público (*A Tribuna*, 1984h, p. 18).

No dia 26 de janeiro, em Santos, o evento pelas eleições contou com personalidades que haviam prestigiado o ato na capital. Organizado por membros do PMDB, PT e PDT, o comício foi amplamente apoiado por representantes sindicais que convocaram seus associados para prestigiar a manifestação. A direção do Sindicato dos Empregados na Administração Portuária, por exemplo, distribuiu cerca de 4 mil boletins oficiais com matéria convocatória para o ato. O presidente da Unidade Sindical comunicou que todos os sindicatos de trabalhadores deveriam convocar seus associados para o “importante dia” (*A Tribuna*,

1984e, p. 7). O ato reuniu 12 mil pessoas, na praia do Gonzaga, com presença de Osmar Santos, Franco Montoro e Fafá de Belém.

São Paulo seria palco de outro grande evento político, dessa vez de proporções muito maiores, o comício do Vale do Anhangabaú.

Organizado pelo Comitê Suprapartidário, a manifestação pública reuniu cerca de 1,5 milhão de pessoas⁷⁸ e foi registrada pelo fotógrafo Thomaz Farkas.⁷⁹ Com um boneco de três metros de altura representando Teotônio Vilela, o evento se iniciou na praça da Sé, que concentrou cerca de 400 mil pessoas, e se encaminhou para o Vale. Sob o comando do locutor Osmar Santos, apresentaram-se artistas como Milton Nascimento, Beth Carvalho, Martinho da Vila, Fernanda Montenegro, Maitê Proença, Christiane Torloni e Vera Fischer, entre outros. Nele, se pronunciaram governadores de estados, presidentes de partidos, dirigentes da OAB, da ABI, da CUT, Conclat, UNE, Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (Andes) e representantes do Comitê Nacional Suprapartidário. Denominada de “Operação Eleições Diretas Já”, a atuação policial contou com 2 mil militares, 33 policiais femininas, 500 policiais do Batalhão de Trânsito.

São Paulo foi assim o ponto máximo da conversão da campanha em movimento de massas. O Anhangabaú não apenas reuniu a maior multidão, mas se tornou o evento fundante pelo qual o movimento passou a narrar a si mesmo como acontecimento histórico de escala inédita.

O tema das Diretas Já acabou por ser utilizado como estratégia de marketing por algumas empresas, para atrair a atenção do público consumidor. A rede Carrefour em São Paulo, “em anúncio de página inteira nos jornais paulistas, apostou na força da mensagem ‘Diretas 84’ e a usou para vender as ofertas de produtos em seus supermercados”. O Laboratório Sintofarma financiou a confecção de 30 mil adesivos com a frase-símbolo “Eu quero votar para Presidente”, junto com o *slogan* da empresa “100% nacional”. A Loja da China Comércio de Enfeites Ltda, especializada na confecção de camisetas, já havia

recebido a encomenda de 150 mil peças com campanha pelas diretas e se preparava, em meados de janeiro de 1984, para produzir mais 400 mil (*Jornal do Brasil*, 1984e, 13).

A “Democracia Corinthiana” teve uma participação relevante nas mobilizações pelas Diretas Já. Desde o início dos anos 1980, os jogadores lutavam dentro do clube por melhores condições de trabalho e por maior participação nas decisões relativas ao time e às partidas. Quando surgiu a campanha pelas diretas, transferiram essa experiência de organização para a arena política e aderiram à causa, tendo Sócrates e Casagrande como as principais figuras.⁸⁰

A programação do “Dia Nacional de Vigília Cívica e Mobilização”, em 25 de abril, exatamente três meses após o grande comício da praça da Sé, mobilizou diversos grupos sociais na capital e no interior do estado, que marcaram a data em pontos espalhados por São Paulo ao longo do dia. Os estudantes da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) entraram em greve, assim como os alunos da Faculdade de Arquitetura da Universidade Mackenzie e os professores das Faculdades de Ciências Sociais, Economia e Administração da Universidade de São Paulo (USP). Os professores do Instituto de Ciências Biológicas da USP seguiram em vigília. Na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco (USP), das 10h às 12h, a Comissão de Justiça e Paz organizou um debate público pelas Diretas Já, com cerca de 250 participantes.

Fora do meio educacional, as atividades da Di Gesso, Indústria e Comércio foram paralisadas em solidariedade, com pronunciamento do próprio presidente da empresa. Há indícios de mobilizações pró-Diretas promovidas pelos trabalhadores também na Fábrica Lorenzetti e na Indústria Pilares. Na praça da Sé, palco do comício de janeiro, concentraram-se cerca de 1.200 pessoas, com discursos de representantes diversos da sociedade. Em frente ao Hospital das Clínicas de São Paulo, entre 10h e 16h, cerca de 150 funcionários promoveram o “enterro simbólico” do Colégio Eleitoral.

Na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo houve vigília cívica entre 18h e 19h, com cerca de 80 pessoas. No largo 13 de Maio, o PMDB promoveu uma concentração com cerca de 100 pessoas, entre 17h e 18h.

A vigília alcançou o interior e o litoral do estado. Em Campinas, estudantes da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas) e da Universidade de Campinas (Unicamp) entraram em greve, e a concentração nas ruas ocorreu na praça do Rosário, entre o fim da tarde e o início da noite, com cerca de 250 pessoas. Em Piracicaba, a própria reitoria paralisou as atividades da Universidade Metodista de Piracicaba (Unimep). Em Santos, a Unidade Sindical da Baixada Santista organizou uma concentração na praça Mauá, no fim da tarde, com cerca de 250 pessoas. Em Bauru, houve vigília cívica na Câmara Municipal, entre meio-dia e 14h, com cerca de 250 pessoas. Em São Bernardo do Campo, a concentração ocorreu na Câmara Municipal, no meio da tarde, com cerca de 200 pessoas. Em Osasco, na praça Antônio Mench, de manhã e de tarde, com cerca de 300 pessoas.⁸¹

Em 25 de maio, teria ocorrido, na rua Henrique Schaumann, uma passeata noturna na qual os manifestantes conduziram um caixão, alegoria relacionada à derrota da Emenda Dante de Oliveira e à manutenção da eleição presidencial indireta.⁸²

Minas Gerais

Em Minas Gerais, o movimento pró-Diretas foi forte e capilarizado para o interior do estado. No dia 18 de novembro de 1983, o governador do estado, Tancredo Neves, e o governador de São Paulo, Franco Montoro, ambos do PMDB, discursaram em Poços de Caldas (MG), ocasião em que Montoro tocou no tema das eleições diretas e na questão da ampliação da participação política nacional. Desse encontro surgiu a “Declaração de Poços de Caldas”, em que ambos os governadores convocaram uma ação colaborativa com vistas à

realização de uma campanha de abrangência nacional pelas eleições diretas para presidente da República.⁸³

Desde o início do mês de janeiro de 1984, já havia o indicativo de que o Diretório Regional do PMDB-MG estaria encarregado de coordenar as ações pró-Diretas no estado, com a realização de um grande evento de massas em Belo Horizonte, em 24 de fevereiro de 1984. Enquanto isso, as mobilizações para manter o tema na agenda pública e em circulação aconteciam. Em 12 de janeiro, partidos de oposição ao governo federal fizeram um ato, em Juiz de Fora, no Centro Cultural Pró-Música, promovendo um debate sobre eleições diretas. Havia cerca de mil pessoas, incluindo o prefeito da cidade, Raymundo Tarcísio Delgado, o jornalista José Maria Rabelo (PDT), o deputado estadual Clodesmidt Riani (PMDB), o deputado federal José Luiz Moreira Guedes (PMDB), além de prefeitos de cidades próximas, representantes de entidades de classe e da UNE.⁸⁴ Poucos dias depois, em 14 de janeiro, a cidade assistiu a uma passeata organizada pelo PMDB, que contou com a presença do secretário do Interior e Justiça do estado, Silvio Abreu, representando Tancredo Neves. Antes mesmo do início da ação na rua, havia sido aprovado no Diretório do partido um documento registrando que seria importante esclarecer para a população quais seriam os propósitos da campanha, como uma espécie de ação pedagógica. Como estratégia de atuação, foi definido que o PMDB realizaria reuniões diárias, além de disponibilizar um caminhão com alto-falantes que percorreria as ruas da cidade, conclamando a população a participar das atividades previstas (*A Tribuna*, 1984e, p. 2).

Em 22 de janeiro, Lula participou de um comício em Poços de Caldas para cerca de 500 pessoas. No dia 30, aconteceu um encontro acompanhado por aproximadamente 400 pessoas. No mesmo dia foi lançado o Comitê “Minas pelas Diretas”, um Comitê Suprapartidário, com representantes do PMDB, PDT e PTB. No dia 3 de fevereiro, em Belo Horizonte, vereadores do PMDB saíram em passeata, distribuindo panfletos e carregando faixas em prol das Diretas.⁸⁵

A programação mineira de fevereiro mostra uma campanha quase diária, organizada por repertórios complementares: comícios de bairro, panfletagens, comitês de mulheres e jovens, debates sindicais, plebiscitos universitários, atividades culturais e atos no interior. Minas fez uma campanha de preparação contínua para o grande ato de 24 de fevereiro.

No dia 8 de fevereiro, estava previsto um comício na praça Sete, juntamente com o lançamento do Comitê Feminino pró-Diretas e do movimento “Mulher Disque Diretas”, com a vereadora Helena Greco (PT) ligando para Risoleta Neves, esposa do governador do estado, com o objetivo de difundir, via telefone, a mensagem das Diretas Já.⁸⁶ Estava prevista, ainda, panfletagem na praça da Liberdade. No dia seguinte, o comício na praça Sete seria organizado pelo Comitê Suprapartidário dos Jovens. Nos dias 10 e 11, o Sindicato dos Jornalistas promoveria debates com representantes de partidos políticos e entidades da sociedade civil. Já nos dias 11 e 12, seria a vez do Comitê dos Artistas falar na praça da Liberdade. No dia 12, aconteceria uma eleição simulada para presidente no Sindicato dos Metalúrgicos, além de um passeio de motocicletas, saindo da praça da Liberdade. No bairro 1º de Maio, entidades e partidos políticos organizaram um comício. Nos dias 13 e 14, foram realizadas panfletagens em colégios e cursinhos pré-vestibulares. No dia 16, houve comício na praça da Liberdade e show de Moraes Moreira, na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). No dia seguinte, ocorreu uma manifestação na favela do Pai Tomás, além de um comício no bairro de Nova Cintra. No dia 18, houve uma festa na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). No dia 19, comícios nos bairros de Santo Antônio, Barreiro e Pindorama, além de uma palestra com Darcy Ribeiro, no teatro Dom Bosco, como parte do Trote Cultural da Fundação da UFMG e das Faculdades Católicas Unidas. No dia 20, seria a vez de mais um comício na praça Sete, com promoção do Comitê Suprapartidário dos Jovens. No dia 21, houve uma “Caminhada de mulheres e crianças pró-Diretas”. Nos dias 21 e 22, foram realizados vários plebiscitos nas universidades e

comícios-relâmpago nos restaurantes universitários. No dia 23, um debate com os partidos de oposição ao governo, além de um show na praça Afonso Arinos. Toda essa intensa programação antecedeu o grande comício do dia 24 de fevereiro de 1984.

No interior do estado, a mobilização continuou em Juiz de Fora. No dia 8, houve um show no parque Halfeld com a presença de Paula Saldanha, Cristina Buarque de Holanda, entre outros artistas. No dia 17, seria a vez da realização de um comício suprapartidário. No dia 29 de fevereiro, um comício com a presença do governador do estado, Tancredo Neves. Na cidade de Montes Claros, aconteceu um comício em 10 de fevereiro, na periferia da cidade e, no dia 26, um comício organizado pelo PT. Na cidade de Araxá, a realização de um comício suprapartidário foi no dia 15. No dia 16, o evento ocorreu em Viçosa. No dia 17, seria a vez de Contagem receber o comício suprapartidário. Em Nova Lima e em João Monlevade, no dia 18. Em Uberaba, o comício, organizado pela Ala Jovem do PMDB, foi no dia 19. Em Pedro Leopoldo, o comício ocorreu no dia 21. No interior, o Comitê Suprapartidário dos Jovens lançou uma campanha no dia 25, mesmo dia do comício em Uberlândia. No dia 26, o evento teve lugar em Divinópolis.⁸⁷

O comício de Belo Horizonte de 24 de fevereiro reuniu 400 mil pessoas, de acordo com o jornal *Estado de Minas*.⁸⁸ Lotando a praça Rio Branco e a avenida Afonso Pena, a população acompanhou os discursos de Tancredo, Ulysses, Brizola, Montoro e Lula em palanque montado na direção da praça Sete. Cinco dias depois, Juiz de Fora assistiu à realização de um comício que levou cerca de 30 mil pessoas à rua.

No dia da votação da Emenda Dante de Oliveira, as ações programadas para algumas cidades do interior foram organizadas pelo movimento estudantil. Em Viçosa, os estudantes realizaram uma greve parcial na Universidade Federal de Viçosa (UFV), em Juiz de Fora houve greve geral por parte dos alunos da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e em Ouro Preto também ocorreu uma greve geral na Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop).⁸⁹

Quando completou um mês da rejeição da Emenda Dante de Oliveira, Belo Horizonte assistiu, em 25 de maio de 1984, a diversos atos de protesto. Houve comícios-relâmpago perto da Câmara Municipal e uma greve geral dos estudantes universitários. Uma passeata motorizada, com aproximadamente 60 veículos, partiu da Faculdade de Medicina da UFMG, passando pelas ruas do centro da cidade, onde aconteceu queima de fogos de artifício, retornando depois para a UFMG.⁹⁰

Em Minas Gerais, a campanha ganhou densidade pela associação entre mobilização popular e a centralidade de Tancredo Neves na solução política que se desenharia depois da derrota da emenda, com sua eleição pelo Colégio Eleitoral em janeiro de 1985.

O caso mineiro antecipa a ambivalência do desfecho desse processo político: a rua pressionava por eleições diretas, mas a saída institucional indireta acabaria vencendo por uma negociação conduzida pelas elites políticas.

Espírito Santo

No Espírito Santo, a campanha começou a se organizar ainda nos últimos dias de dezembro de 1983, por iniciativa do PMDB estadual, através do Centro Comunitário Teotônio Vilela. Em 30 de dezembro, urnas foram colocadas na principal praça de Vitória para simular um plebiscito sobre as eleições diretas, cuja apuração ficaria a cargo do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do estado. Poucos dias depois, em 6 de janeiro de 1984, o Sindicato dos Médicos do Espírito Santo, dirigido por uma diretoria ligada ao PT, aderiu à campanha com a venda de camisetas das Diretas Já e a leitura, por seu presidente Newton Gomes de Oliveira, de um manifesto contra a política econômica do governo federal e contra a manutenção do Colégio Eleitoral.⁹¹

Em Vila Velha, no bairro de Santa Rita, teve início, em 8 de janeiro, um plebiscito destinado a medir o apoio da população à causa das

Diretas. No dia seguinte, 9 de janeiro, dando continuidade às ações de difusão da luta pelo voto direto, realizou-se uma reunião na Assembleia Legislativa do Espírito Santo, na qual se decidiu organizar um ato público na praia de Camburi no dia 21. Esse foi o primeiro ato de rua de porte na capital, com cerca de 10 mil pessoas. Em 10 de janeiro, Santa Rita recebeu um comício pró-eleições diretas, com cerca de 280 pessoas, entre representantes de partidos políticos e comunidades de bairro. Estiveram presentes o prefeito de Vila Velha, Vasco Alves de Oliveira, os deputados federais Nelson Alves de Aguiar e Myrthes Bevilacqua, do PMDB-ES, o deputado estadual Jasmair Pereira, entre outros.

Em 18 de abril, Vitória sediou o maior ato capixaba da campanha: um comício na praça Oito de Setembro, com cerca de 60 mil pessoas e mais de oito horas de programação. Gerson Camata e Lula estiveram entre os oradores mais aplaudidos, com participação artística de Beth Carvalho, Leci Brandão e Jece Valadão. No “Dia Nacional de Vigília Cívica e Mobilização”, em abril, Vitória registrou uma greve parcial dos estudantes da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) e uma vigília na praça Oito, que reuniu cerca de 100 pessoas, entre elas participantes vinculados aos sindicatos dos Comerciantes e dos Professores.⁹²

Quando se completou um mês da derrota da Emenda Dante de Oliveira, ocorreram mobilizações articuladas em diversas cidades do país, sob coordenação do Comitê Nacional Suprapartidário Pró-Eleições Diretas. Em Vitória, realizou-se uma passeata noturna pelas ruas do centro, com concentração na praça Oito. Segundo informe produzido por agentes do SNI, que monitoravam as manifestações pelas Diretas Já, o ato reuniu cerca de 200 pessoas e contou com a presença de Perly Cipriano, então presidente do PT-ES. Nos discursos, predominaram críticas ao Colégio Eleitoral e a defesa da reativação do movimento pelas eleições diretas.⁹³

O Espírito Santo combinou duas escalas. De um lado, um tecido de pequenos atos e plebiscitos simbólicos ao longo de janeiro e das

vigílias de abril e maio. De outro, um comício de massa em 18 de abril com cerca de 60 mil pessoas. O caso impede tratar o Sudeste como bloco homogêneo, sem reduzir o Espírito Santo a uma mobilização periférica ou secundária.

3.5 Sul: campanha organizada, contínua e de massa

O Sul foi a região que mais claramente enquadrou, do ponto de vista cronológico e simbólico, a fase de massas da campanha das Diretas Já. Curitiba abriu o ano de 1984 com o primeiro grande comício, em 12 de janeiro, e voltou a ocupar essa posição após a derrota parlamentar, com o ato de 25 de junho, menos de seis meses depois. O mesmo local, a Boca Maldita, na região central da cidade, indicava que o movimento não se dissolveria com a derrota da Emenda Dante de Oliveira, mas reorganizaria seus alvos políticos nos meses seguintes.

Os três estados do Sul compartilhavam um traço que os diferenciava de boa parte do país, já que a mobilização de rua não ficou restrita às capitais. No Paraná, Curitiba irradiou a contestação à ditadura para Londrina e outras cidades do interior. No Rio Grande do Sul, Porto Alegre enviou uma caravana para Cachoeira do Sul no mesmo dia do comício realizado na capital. Em Santa Catarina, Balneário Camboriú reuniu caravanas de seis estados, numa lógica de encontro regional articulada ao calendário nacional dos grandes comícios. Essa extensão territorial foi possível porque o Paraná contava com um governo de oposição, chefiado por José Richa, enquanto o Rio Grande do Sul dispunha de uma estrutura sindical e de uma população universitária com capacidade de mobilização autônoma.

Depois da derrota da votação em abril de 1984, o Sul produziu algumas das respostas mais elaboradas do repertório simbólico da campanha. Em Florianópolis, houve um enterro simbólico dos deputados federais contrários à emenda, em Porto Alegre, um enterro das eleições indiretas, e, em Curitiba, a continuidade da mobilização

via encontros políticos e congressos profissionais. Essas iniciativas converteram a agenda das Diretas Já em tema transversal da vida pública regional, mantendo-a ativa por meses depois do encerramento do ciclo dos grandes comícios.

No Sul, portanto, as Diretas Já se apresentaram menos como explosão episódica e mais como campanha sistemática, contínua e territorialmente irradiada. A região mostra que a força do movimento não estava apenas no tamanho dos comícios ou no número absoluto de participantes, mas na capacidade de articular politicamente capitais, cidades médias do interior, universidades, sindicatos e governos estaduais em torno de uma agenda comum de oposição ao regime.

Paraná

Em Curitiba, no dia 12 de janeiro de 1984, era “noite de temperatura agradável”, segundo o informe produzido por agentes do SNI para a Agência Central do órgão.⁹⁴ A observação introduzia a descrição do grande comício realizado na Boca Maldita, considerado o ato oficial de lançamento da campanha nacional pelas eleições diretas para presidente da República. Por isso, na memória das Diretas Já, Curitiba ocupa lugar central na cronologia das mobilizações e na história da ocupação do espaço público pelo voto direto.

Esse comício reuniu 50 mil pessoas.⁹⁵ O acontecimento foi notícia em diversos meios da imprensa do país, que registraram, em tom favorável, o clima do evento. A *Folha de S. Paulo* (2024) trouxe na capa o registro da Boca Maldita. Segundo relato de agente do órgão de informação, o local escolhido era “trânsito obrigatório para os que se dirigem à zona sul da cidade e o horário coincidiu com a saída dos funcionários do comércio, contando como fator favorável à sua realização”.⁹⁶ Mas muito mais do que isso, o ato na capital paranaense contou com pessoas que se deslocaram de outras cidades do interior, especialmente para participar do comício, além



Manifestantes entoam o coro “Um, dois, três, quatro, cinco mil, eu quero votar para presidente do Brasil” durante o primeiro comício da campanha oficial das Diretas Já, realizado em Curitiba. Fonte: Fotografia de Ivan Bueno. Acervo pessoal do fotógrafo.

de membros de associações de moradores de vilas da periferia da grande Curitiba.

O palco reuniu figuras que personificariam nacionalmente a campanha das Diretas Já e vocalizariam a demanda. Da classe política, estiveram presentes Tancredo Neves, Franco Montoro, José Richa, então governador do Paraná, os senadores peemedebistas do estado, Álvaro Dias, Affonso Camargo Netto, Enéas Faria, além de Severo Gomes (PMDB-SP) e Jaison Tupy Barreto (PMDB-SC); os deputados federais Ulysses Guimarães (PMDB-SP), Aloísio Campos (PMDB-PB), Bete Mendes (PT-SP) e Carlos Santana (PMDB-BA); e os deputados estaduais do PMDB do estado, Trajano Bastos, Nestor Baptista, Fiori Luiz, além de Mares Guia (PT-MG). O prefeito de Curitiba, Maurício Fruet, e Terezinha Zerbini, vice-presidente do PDT-SP, também subiram ao palanque. Entre artistas e cantores, participaram Raul Cortez, Dina Sfat, Ruth Escobar, Carmem Costa, Martinho da Vila e Wando.⁹⁷



Fotografia de Ivan Bueno publicada na capa da *Folha de S. Paulo*, com o registro do comício de Curitiba que marcou o lançamento oficial da campanha das Diretas Já. Fonte: acervo pessoal do fotógrafo.



Após o comício em Curitiba em 1984, os governadores Tancredo Neves, de Minas Gerais, José Richa, do Paraná, e Franco Montoro, de São Paulo, reuniram-se com Ulysses Guimarães, deputado federal e presidente nacional do PMDB, no restaurante Iguaçu, localizado na Boca Maldita. Fonte: Fotografia de Ivan Bueno. Acervo pessoal do fotógrafo.

Nas imagens de época é possível ver faixas de caravanas do interior mobilizadas pelos políticos (“PMDB Jovem de Pitanga exige eleições diretas”, “Terezinha de Itaipu é incontestavelmente pelas eleições diretas”) do PMDB Jovem de Toledo, bandeiras da UNE, da Juventude Socialista. A matéria do Canal 2 mencionou a presença de dirigentes de “54 entidades de classe” do estado, entre elas OAB-PR, Comissão de Justiça e Paz do Paraná, Comitê Geral dos Desempregados e diretórios estudantis.⁹⁸

Durante o evento, entre pronunciamentos e apresentações musicais, foram realizadas eleições simuladas para presidente da República, repertório que já vinha sendo utilizado em outras cidades do país como instrumento de mobilização popular. Segundo informe do SNI, parte dos custos do comício (propaganda na televisão, transporte, panfletagem e outros itens de mobilização) teria sido coberta pelo próprio governo estadual e por prefeituras municipais, incluindo a de Curitiba. Por se tratar de informação produzida por um órgão de

vigilância política, essa afirmação deve ser lida como atribuição dos agentes, não como comprovação contábil do financiamento real.

Em 18 de março, ocorreu novo ato público pelas diretas em Curitiba, agora com participação do PCdoB.⁹⁹ A campanha alcançou seu principal momento no interior em 2 de abril de 1984, quando Londrina sediou o comício pelas eleições presidenciais. Estimado em cerca de 50 mil participantes,¹⁰⁰ o ato colocou a cidade no circuito dos grandes comícios realizados nas semanas anteriores à votação da Emenda Dante de Oliveira. Sua dimensão evidencia que a mobilização paranaense não permaneceu concentrada em Curitiba: no norte do estado, a campanha encontrou uma base política própria, constituída por organizações partidárias, estudantis, sindicais e civis.

Como em outras cidades do país, a capital paranaense integrou o “Dia Nacional de Vigília Cívica e Mobilização”, ação decidida em reunião de 4 de abril e coordenada pelo Comitê Nacional Suprapartidário Pró-Eleições Diretas. A vigília foi adotada como alternativa à greve proposta pela CUT. Embora a greve não tenha sido aprovada como orientação geral, há indícios, a partir de informe do SNI, de que estudantes da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná (UFPR) aderiram à paralisação das atividades, assim como estudantes do Centro Politécnico também teriam aderido ao movimento. Entre 18h e 19h, os estudantes realizaram uma passeata entoando palavras de ordem como “Não, não, não à conciliação”, “Chora, Figueiredo, Figueiredo chora, está chegando a tua hora”, “Voto direto derruba Delfim Netto” e “Um, dois, três, quatro, cinco mil, ou eleições diretas ou paramos o Brasil”.

A vigília cívica aconteceu em frente à Assembleia Legislativa reunindo cerca de 50 pessoas. Foi realizado um comício-relâmpago com políticos que emitiram críticas ao governo Figueiredo. Em Londrina, no “Dia Nacional de Vigília Cívica”, os estudantes da Universidade Estadual de Londrina (UEL) organizaram uma passeata pela manhã com quase 250 pessoas percorrendo o centro da cidade, vocalizando

a demanda por eleições diretas também para reitor, um pleito que apareceu na agenda do movimento estudantil em diversas cidades. Além dessa atividade, foi organizada, pelo PT, uma “vigília cívica” em frente ao Banco do Brasil onde compareceram mais ou menos 70 pessoas. Além disso, outra “vigília cívica”, promovida pelo PMDB, foi instalada em frente à Câmara Municipal, com aproximadamente 50 pessoas mobilizadas.

Em fins de maio de 1984, quando se completou um mês da rejeição da Emenda Dante de Oliveira, diversas cidades registraram manifestações organizadas pelo Comitê Nacional Suprapartidário Pró-Eleições Diretas para expressar o descontentamento com o resultado da votação. Em Curitiba, realizou-se no fim da tarde um ato público na Boca Maldita reunindo cerca de 50 pessoas.

A mobilização pelas diretas atingiu o cotidiano de trabalho de muitas formas. Nas empresas e entidades profissionais, disputas laborais passaram a adquirir novas tonalidades, favoráveis ou contrárias às eleições diretas, em função do contexto político mais amplo. É o que se observa em matéria publicada no jornal *Correio de Notícias*, em 18 de maio de 1984. Segundo a reportagem, o presidente da Associação dos Servidores Municipais de Curitiba (Asmuc) teria dado “um golpe” e destituído diretores da entidade, aproveitando-se do dia 25 de abril, quando “toda a comunidade brasileira estava com atenções voltadas para a votação da emenda Dante de Oliveira” (*Correio de Notícias*, 1984a, p. 7). Em reunião na Assembleia Legislativa, o deputado Adhail Sprenger Passos (PMDB) recebeu 17 professores dispensados da Secretaria da Educação sem “qualquer explicação” do governo. Segundo o professor Agnaldo Sheremetta, ex-presidente da Associação dos Servidores da Secretaria, sua demissão teria ocorrido porque ele não “rezava pela mesma cartilha política da Secretaria”. Sheremetta declarava-se favorável a mudanças, mas contrário às eleições diretas, e afirmava já ter sofrido pressões políticas antes de ser demitido (*Correio de Notícias*, 1984b, p. 6).

As eleições diretas também apareceram como elemento explicativo em críticas ao deslocamento da atenção pública para a conjuntura política. Acusada de produzir uma “celeuma da histeria coletiva”, a campanha pelas diretas foi mencionada, por exemplo, como uma das razões para o esquecimento da Associação Paranaense de Reabilitação (APR) por parte das autoridades, da imprensa e da comunidade em geral. Em texto assinado por Renato Requião, publicado no jornal *Correio de Notícias*, o descaso com as pessoas desassistidas atendidas pela entidade era associado também ao cenário de mobilização em torno da luta pelo direito ao voto direto (*Correio de Notícias*, 1984c, p. 2).

O tema das Diretas Já ocupou lugar central no Encontro Nacional de Vereadores Brasileiros, realizado em Curitiba em maio de 1984. Embora a reunião tivesse como objetivo discutir questões relativas à atuação dos representantes do Legislativo municipal, a defesa das diretas tornou-se uma das pautas principais do encontro. A questão também esteve presente na agenda do 2º Congresso Brasileiro de Trabalhadores da Comunicação e Publicidade, indicando que a derrota da Emenda Dante de Oliveira na Câmara dos Deputados não havia, em absoluto, retirado o tema do debate público (*Correio de Notícias*, 1984f, p. 6).

A participação popular pelo voto na escolha presidencial continuou a atravessar a produção cultural e artística mesmo depois da rejeição da Emenda. No teatro Paiol, foi apresentado um musical de Sérgio Ricardo no qual o artista conclamou a plateia a cantar “O elo amarelo”, canção construída como metáfora da união popular em torno da causa.

Nessa mesma conjuntura, no início de junho, o PMDB começou a organizar um novo comício, previsto para o dia 25, com mais de 200 pessoas envolvidas na preparação e a expectativa de reproduzir as características do ato de 12 de janeiro, considerado um grande sucesso (*Correio de Notícias*, 1984d, p. 2). Para isso, as articulações em torno do palanque buscavam reunir figuras que haviam se tornado rostos

nacionais da campanha das Diretas Já. Havia, por exemplo, expectativa quanto à presença de Fafá de Belém, personagem central nos comícios pelo país em razão de sua performance ao entoar o Hino Nacional (*Correio de Notícias*, 1984g, p. 2). A confirmação de Osmar Santos, o “sr. Apresentador das Diretas”, foi celebrada nas páginas dos jornais, assim como a presença das atrizes Bruna Lombardi, Dina Sfat e Ruth Escobar, além de outras personalidades da classe política (*Correio de Notícias*, 1984h, p. 11).

A convocação popular para a retomada das ruas em um novo comício recorreu a estratégias como a distribuição de panfletos durante o jogo Brasil × Uruguai, realizado em Curitiba em 21 de junho (*Correio de Notícias*, 1984e, p. 4). No dia da partida, o estádio estava politizado não apenas em torno das diretas, mas também na crítica à ditadura uruguaia. Na véspera do que se esperava ser um “comício-monstro”, o jornal *Correio de Notícias* rememorava o ato de 12 de janeiro, buscando associar o novo evento ao lançamento bem-sucedido da campanha nacional pelas diretas na cidade, ao mesmo tempo em que registrava expectativas e detalhes de sua organização.

No palco do 25 de junho, estavam os governadores Franco Montoro (São Paulo), José Richa (Paraná), Leonel Brizola (Rio de Janeiro), Íris Rezende (Goiás) e Wilson Martins (Mato Grosso do Sul). Ulysses Guimarães apoiou a manifestação, mas não compareceu desta vez. O ato foi apresentado novamente por Osmar Santos e teve a participação de Vanderléia, Wando e Taiguara. O discurso mais inflamado coube a Lula, que proclamou: “não é o fim dos homens, é o fim do regime”. A *Folha de Londrina* registrou mais de 25 mil participantes.¹⁰¹ O comício buscava renovar a mobilização popular pelas eleições diretas, embora já ocorresse junto com as negociações para a candidatura de Tancredo Neves pelo Colégio Eleitoral.

Santa Catarina

Santa Catarina incorporou o calendário nacional de mobilizações por eleições diretas, integrando o calendário das ações desde janeiro de 1984. Já no dia 3, o grupo “Pró-Diretas”, facção dissidente do PDS favorável ao voto direto, constituído pelos deputados federais Alberico Cordeiro (PDS-AL), Luiz Antônio Fayet (PDS-PR), Lúcio Alcântara (PDS-CE) e o senador João Calmon, iniciou uma articulação com o governador do estado, Esperidião Amin. No dia 14, foi realizado um comício marcando o I Encontro de Âmbito Estadual da Campanha Pró-Eleições Diretas para a presidência da República, na praça Almirante Tamandaré, em Balneário Camboriú, com organização do PMDB e apoio de hotéis e empresas locais. O acontecimento contou com governadores do PMDB, parlamentares de oposição, dirigentes partidários e artistas nacionais como Martinho da Vila e Fafá de Belém.¹⁰² De acordo com Informe do SNI, havia em torno de 5 mil pessoas acompanhando a manifestação, vindas em caravanas de cidades do próprio estado, como de Jaraguá do Sul (*Correio do Povo*, 1984, p. 1), e do Paraná, São Paulo, Goiás, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Rondônia. De acordo com matéria do *Correio do Povo*, Balneário Camboriú havia sido escolhida justamente pelo grande fluxo de turistas que por lá passava.

Em 29 de março, Florianópolis recebeu o maior ato catarinense da campanha: um comício na praça XV de Novembro, nas imediações da Catedral Metropolitana e do Palácio Cruz e Sousa, com cerca de 10 mil pessoas segundo a cobertura de *O Estado*, e a presença de Ulysses Guimarães, Lula e Doutel de Andrade. Listagens nacionais registram até 20 mil; adota-se a cifra menor por estar ancorada na imprensa local. Outro comício estava previsto em Canoinhas, em 7 de abril (*Correio do Norte*, 1984, s.p.). A programação do evento contou com a instalação de uma urna de votação e de um livro de assinaturas em praça pública, apresentação de fanfarra escolar, apuração dos votos e comício no estádio Benedito Theófilo de Carvalho Júnior.¹⁰³

Por ocasião da passagem do primeiro mês da rejeição da Emenda Dante de Oliveira, Santa Catarina também teve atividades de protesto. As aulas na UFSC foram parcialmente suspensas graças à passeata de cerca de 100 estudantes pelo centro da cidade, emitindo frases como “Um, dois, três, quatro, cinco mil, queremos eleger o presidente do Brasil”, “O povo na rua derruba a ditadura”, portando estandartes da “Juventude Viração — Santa Catarina”.¹⁰⁴

Em Florianópolis foi realizado, diante de cerca de 150 pessoas, o enterro simbólico dos deputados federais do estado que votaram contra a Emenda. Foram levados cartazes do PT e distribuídos panfletos que falavam sobre as diretas, mas também sobre a greve dos professores das universidades autárquicas. Nesse evento estiveram o vereador Clair Castilho (PMDB-SC), o presidente do PMDB, Rogério Queiroz, os deputados estaduais Francisco Kuster, Edson Andrino e Roberto Mota (PMDB-SC), o presidente do PDT do estado, Manoel Dias, o vice-presidente da Associação dos Professores da UFSC, Hamilton Carvalho de Abreu, o representante do Diretório Central dos Estudantes da UFSC, Edson Luis Vicentim, Matilde Nascimento, ligada a entidades defensoras da comunidade negra no estado, Manoel Arriaga de Castro, João Carlos Sampaio Torrens e Rachel Mafra Rocha, todos ligados à OSI, Guenter Haman Júnior, da AJS, Ana Maria Taborda, do Grupo Teatral Unidade Móvel, entre outros ativistas.¹⁰⁵

Rio Grande do Sul

No Rio Grande do Sul, estado de forte tradição oposicionista e base de lideranças que atuavam na direção nacional da campanha das Diretas (Pedro Simon, Ibsen Pinheiro, Leonel Brizola), a mobilização política antecedeu o ciclo de comícios de 1984. Em 21 de julho de 1983, o Dia Nacional do Protesto teve forte adesão em Porto Alegre, com cerca de 10 mil pessoas reunidas em frente à prefeitura municipal e uma marcha até o Palácio Piratini, acompanhada por uma coluna de

cerca de 2 mil trabalhadores metalúrgicos de Canoas, liderados por Paulo Paim, então dirigente sindical. O palanque do ato foi então dividido entre Pedro Simon (PMDB), Alceu Collares (PDT) e Olívio Dutra (PT).¹⁰⁶

A fase pública estadual da campanha começou em 13 de janeiro de 1984. Houve comícios-relâmpago e dois atos principais, em Porto Alegre e em Cachoeira do Sul. Na capital, liderado pelo deputado federal José Fogaça (PMDB-RS), coordenador estadual da campanha, o comício aconteceu no centro da cidade, na esquina das ruas Borges de Medeiros e Andradas, a rua da Praia. Com cerca de 5 mil pessoas,¹⁰⁷ o ato teria começado com uma caminhada¹⁰⁸ e “terminado em carnaval”, de acordo com matéria do jornal *O Pioneiro*. Contou com a presença de Ulysses, Tancredo, do senador Pedro Simon, do ex-senador Paulo Brossard, do deputado federal Sinval Guazzelli, da deputada estadual Eclea Guazzelli (todos do PMDB-RS), de Olívio Dutra (PT-RS) e do deputado Odacyr Klein, além de prefeitos do interior e de dirigentes do PT e do PDT.¹⁰⁹ Entre os artistas, apresentaram-se Raul Cortez, Ruth Escobar, Martinho da Vila e a dupla Kleiton e Kledir (Lopes, 2007; *O Pioneiro*, 1984, s.p.). Moradores de prédios na rua da Praia e na avenida Borges de Medeiros jogavam serpentinas na multidão, em tom de festa cívica, sob discreto esquema de segurança da Brigada Militar. Houve ainda uma “charanga” conduzida por Martinho da Vila e por peemedebistas integrantes de escolas de samba da cidade (*O Pioneiro*, 1984, s.p.). De acordo com o informe produzido por agentes do SNI, a campanha no estado já havia obtido o apoio de artistas, intelectuais e dirigentes de classe, como o jornalista Luiz Fernando Veríssimo, o humorista José Evaristo Villalobo Júnior, o escritor Mario Quintana, o jornalista Josué Marques Guimarães e o presidente do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB), Telmo Borba Magadan.¹¹⁰

De Porto Alegre, a caravana organizada pelo PMDB seguiu para Cachoeira do Sul. Chegou à cidade por volta das 17h30 e reuniu 3 mil pessoas.

No dia seguinte, em 15 de janeiro, foi a vez de São Sebastião do Caí, onde se realizou um comício organizado pelos diretórios do PMDB, PT e PDT em salão fechado. Estavam presentes, pelo PDT, Alceu Collares, Octávio Caruso da Rocha e Mario Bernardino Ramos, além do deputado federal Sinval Guazzelli e do deputado estadual Antenor Ferrari do PMDB-RS, o deputado estadual Elio Corbelini (PDT-RS), a deputada federal Rosa Flores (PMDB-RS), o deputado federal José Fogaça (PMDB-RS) e o deputado estadual Ruy Carlos Ostermann (PMDB-RS), entre outros.

Durante o veraneio, a campanha alcançou o litoral. Em 19 de fevereiro, Capão da Canoa sediou uma caminhada com cerca de 50 mil pessoas, entre elas Pedro Simon, Olívio Dutra, o vice-governador de São Paulo, Orestes Quêrcia, os deputados federais Sinval Guazzelli (PMDB) e Airton Soares (PT), o prefeito Egon Birlen (PDT) e um deputado estadual do PDS, Luís Possebon.¹¹¹ Pela ocorrência no litoral e pela presença suprapartidária, a mobilização gaúcha extrapolou o eixo Porto Alegre/interior administrativo antes do pico de abril de 1984.

O maior ato gaúcho da campanha ocorreu em 13 de abril, em Porto Alegre, na praça Montevideu, no largo da Prefeitura. Sob a pressão da mobilização, o governador Jair Soares (PDS) liberou o funcionalismo público estadual para comparecer. No auge do comício, por volta das 20h, o público que avançava pela avenida Borges de Medeiros foi contabilizado por José Fogaça em mais de 200 mil pessoas.¹¹² O ato integrou o adensamento final da campanha, entre os comícios de Goiânia (12 de abril) e do Anhangabaú (16 de abril).¹¹³ A cobertura do *Zero Hora* de 14 de abril deu manchete e fotografia da multidão no largo da Prefeitura, enquanto reconstituições posteriores registram chuva de papel picado, presença de Osmar Santos, mais de 60 discursos e a presença de lideranças como Ulysses Guimarães, Lula e Leonel Brizola.

A mobilização de abril chegou ao interior. Na edição de 12 de abril, o jornal *Zero Hora* publicou, sob o título “As Diretas no Interior” (Lopes, 2007; *Zero Hora*, 1984a), duas chamadas: “Pelotas mobilizada

para comício gigante no sábado” e “Santa Maria espera 15 mil pessoas hoje”. A edição de 13 de abril registrou “O Samba das Diretas veio de São Leopoldo”, chamada que sinaliza a participação da cidade sem confirmar ter havido um comício de grande porte ali.¹¹⁴

Em 25 de abril, dia da votação da Emenda Dante de Oliveira, *Zero Hora* dedicou 10 páginas ao tema, publicou um caderno especial de oito páginas e destacou, nas páginas centrais, as manifestações programadas para ocorrer durante o dia em defesa das diretas. A edição de 26 de abril tratou a rejeição da emenda como manchete e dedicou 17 das 56 páginas à votação e às suas repercussões.

Em 25 de maio de 1984, quando se completou um mês da rejeição da Emenda, Porto Alegre integrou a jornada nacional de protestos com uma passeata pelo centro da cidade, reunindo cerca de 250 pessoas.¹¹⁵ O ato terminou com o enterro simbólico de parlamentares responsabilizados pela derrota da emenda. O episódio deve ser lido menos como medida da força residual da campanha e mais como deslocamento do repertório para a cobrança pública, nominal e retrospectiva dos atores associados à derrota parlamentar.¹¹⁶

3.6 Padrões regionais: uma leitura de conjunto

O percurso pelos atos e fatos dos estados e territórios brasileiros permite formular, em conjunto, o que a crônica isolada de cada unidade da Federação não conseguiria revelar. Uma síntese comparativa das principais evidências, com estimativas de públicos, atores, protagonistas e comentários analíticos por estado, encontra-se no quadro A1, no Apêndice. O que interessa aqui, agora, é refletir sobre o sentido mais global da campanha antiditatorial.

O balanço final da campanha mostra que sua presença nacional não significou distribuição uniforme de força política. Todos os locais tratados registraram alguma forma de mobilização pró-Diretas, do comício de Boa Vista para 1.400 pessoas ao comício de 1,5 milhão de

pessoas em São Paulo. Curitiba ocupa posição singular nesse mapa. Foi lá que o ciclo dos grandes comícios se abriu, em 12 de janeiro de 1984, na Boca Maldita, e foi ao mesmo lugar que a campanha retornou em 25 de junho, quando a derrota parlamentar já havia redirecionado a mobilização para o Colégio Eleitoral. A cidade emoldura, assim, a vida pública da campanha, da abertura do ciclo de massas à sua reativação depois de abril, ainda que o ápice desse ciclo tenha ocorrido no ato do Anhangabaú. Essa amplitude é, por si só, um dado historiográfico relevante, e contraria a imagem de um fenômeno concentrado na região economicamente mais desenvolvida do país. Mas amplitude não é uniformidade. A intensidade tende a ser maior no Sul-Sudeste. Fora desse eixo, comícios de massa ocorreram em Goiás, Pernambuco e Rio Grande do Norte. O próprio Nordeste concentra a variação interna mais acentuada. Por isso a intensidade média de uma região não descreve, por si só, o que ocorreu em cada estado que a compõe.

O perfil dos atores variou na mesma direção. Onde havia governos estaduais de oposição, estrutura sindical consolidada e imprensa regional com capacidade de cobertura, agitação e propaganda, o movimento das Diretas pôde sustentar-se com menor dependência das organizações de esquerda semiclandestinas. Onde essas condições estavam ausentes, o PCdoB e o PCB foram os atores com disciplina organizativa mais constante para manter a campanha em funcionamento e o tema presente no debate público entre um comício e outro. A associação entre condições estruturais e menor dependência das organizações de esquerda é sugerida pelo material, mas não demonstrada caso a caso; é importante enfatizar esse limite. O capítulo 4 retoma essa relação na chave territorial.

O quadro 1 torna visível essa associação e, sobretudo, suas exceções. Ele reúne, para cada unidade da Federação documentada, o pico de público do maior ato, a existência ou não de governo estadual de oposição eleito em 1982, a atuação das organizações de esquerda clandestinas como articuladoras importantes da campanha, não sua simples presença nos atos, e a intensidade da mobilização, resumida

em três faixas, alta, média e baixa, que apenas ordenam os casos entre si sem medir a distância que os separa. A intensidade é resultado do pico, número de atos, continuidade e diversidade de repertório, com a faixa alta reservada aos casos que combinam os três e a baixa aos de ato único ou público sempre pequeno.

Quadro 1
Intensidade da mobilização, governo estadual e articulação da esquerda clandestina, por unidade da Federação

UF	Pico (mil)	Partido	Governador eleito	Oposição	Esquerda clandestina	Intensidade
AC	2	PMDB	Nabor Júnior	sim	sim	baixa
AL	30	PDS	Divaldo Suruagy	não	sim	média
AM	2	PMDB	Gilberto Mestrinho	sim	sim	baixa
BA	15	PDS	João Durval Carneiro	não	sim	média
CE	30	PDS	Gonzaga Mota	não	sim	média
ES	60	PMDB	Gerson Camata	sim	não	alta
GO	400	PMDB	Iris Rezende	sim	não	alta
MA	15	PDS	Luiz Rocha	não	sim	baixa
MG	400	PMDB	Tancredo Neves	sim	não	alta
MS	20-40	PMDB	Wilson Barbosa Martins	sim	não	média
MT	15	PDS	Júlio Campos	não	não	média
PA	15-20	PMDB	Jader Barbalho	sim	sim	média
PB	10-20	PDS	Wilson Braga	não	não	média
PE	50-80	PDS	Roberto Magalhães	não	sim	alta
PI	20+	PDS	Hugo Napoleão	não	sim	média
PR	50	PMDB	José Richa	sim	não	alta
RJ	800-1.000	PDT	Leonel Brizola	sim	não	alta
RN	50-60	PDS	José Agripino Maia	não	sim	alta
RS	200+	PDS	Jair Soares	não	não	alta
SC	10	PDS	Esperidião Amin	não	não	baixa
SE	10-20	PDS	João Alves Filho	não	sim	média
SP	1.500	PMDB	Franco Montoro	sim	não	alta
AP	10	PDS	Aníbal Barcelos	nomeado	sem registro	baixa
RO	2-5	PDS	Jorge Teixeira	nomeado	não	baixa
RR	1,4	PDS	Arídio Martins de Magalhães	nomeado	não	baixa

Fonte: elaboração própria. O Distrito Federal e Fernando de Noronha não figuram por ausência de mobilização documentada. Para o AP, RO e RR, são os governadores nomeados que estavam em exercício em 1984.

O quadro 1 exhibe um padrão e suas exceções, que são o que mais interessa. A regra geral confirma que estados de intensidade de mobilização alta predominam entre os que tiveram governo de oposição, e a dependência das organizações clandestinas cresce onde faltava esse abrigo político-institucional. Contudo, são as exceções que podem iluminar o mecanismo. Pernambuco e Rio Grande do Norte alcançaram intensidade alta sob governos do PDS, e são justamente os dois estados em que a esquerda clandestina operou como articuladora central, ocupando a função de coordenação que não poderia ser exercida pelo Executivo. O Rio Grande do Sul chegou ao mesmo resultado por uma terceira via, a de uma estrutura sindical e universitária com capacidade de mobilização própria, que dispensava tanto o apoio do governo quanto a militância comunista. Inversamente, Acre e Amazonas reuniram governo de oposição e intensidade baixa, e remetem às condições de fronteira e à dificuldade de converter a organização local em público na rua, que nem o apoio político do Executivo superou. A própria intensidade nem sempre acompanha o pico: o Maranhão reúne público de porte médio e intensidade baixa, porque teve um único comício e mobilização contínua escassa, enquanto a Bahia, com pico igual, sobe para a faixa média pela persistência do trabalho de agitação no interior do estado.

Essa relação entre governo estadual, atuação da esquerda e intensidade admite duas explicações e é importante não as misturar.

A primeira diz que governo de oposição e militância clandestina cumpriram o mesmo papel por caminhos diferentes. Onde havia governo de oposição, a máquina estadual dava sustentação à campanha; onde não havia, os partidos clandestinos de esquerda faziam esse trabalho. Um suporte seria “institucional” e o outro, “partidário”, mas os dois produziram o mesmo efeito, manter a mobilização viva e de pé. A segunda explicação é mais comedida. Ela sugere que tanto o suporte quanto a intensidade da mobilização podem ser consequência de uma terceira causa, não explicitada no quadro 1, que seria o grau de urbanização e industrialização do estado. Estados mais urbanizados e

industrializados tendem a ter, ao mesmo tempo, sindicatos mais fortes, partidos mais organizados e cidades grandes o bastante para reunir públicos numerosos. Se isso for verdade, a associação que o quadro mostra seria em parte um efeito dessa causa de fundo, não mensurada.

Os próprios dados dão alguma força à essa segunda explicação. Os três casos que mais chamam atenção, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Rio Grande do Sul, alcançaram intensidade alta mesmo com governos da situação, e são também estados relativamente urbanizados nos seus contextos regionais. Ou seja, a urbanização poderia estar por trás tanto da intensidade quanto da capacidade de coordenação do movimento. Nesse sentido, esses dados mostram uma correspondência entre as variáveis, e não uma relação de causa-efeito comprovada. Ele serve para organizar o material e enunciar a pergunta que fica em aberto: o governo de oposição e a militância clandestina afetam a intensidade por si mesmos, ou tanto eles quanto a intensidade decorrem do grau de urbanização e industrialização do estado? Decidir entre as duas explicações exigiria um estudo comparado que medisse a organização partidária de forma independente e controlasse o efeito da urbanização, tarefa que este livro não resolve.

Para além dessa correspondência entre *estrutura* política e *intensidade*, há dois padrões transversais que atravessam todas as faixas do quadro e merecem registro aqui.

O primeiro é a recorrência, em praticamente todos os estados, em contextos muito distintos, de repertórios políticos idênticos: urnas simbólicas, enterros do Colégio Eleitoral, placares com a posição nominal dos parlamentares diante da emenda etc. Essa convergência de formas, difundida pela circulação de modelos entre as praças e favorecida pela articulação do Comitê Nacional Suprapartidário, foi o mecanismo pelo qual o movimento manteve identidade nacional sem depender de estrutura centralizada nem de liderança única.

O segundo é a persistência da mobilização política mesmo após a derrota de abril de 1984. Em vários estados, a mobilização não se dissolveu de imediato. Na realidade, ela redirecionou seus alvos,

reduziu a escala e prosseguiu nas semanas e meses seguintes. O que explica essa persistência, e o que ela produziu politicamente, é o que veremos a seguir.

Esse percurso pelos estados permite, portanto, corrigir duas imagens igualmente simplificadoras. As Diretas Já não foram uma campanha das grandes capitais do Sul e do Sudeste. E também não foram um movimento nacional homogêneo, com igual força em todos os lugares. Sua unidade veio da demanda que condensava propósitos diversos, a eleição direta para presidente da República, e não da igualdade de seus atores ou das escalas de mobilização. Em termos analíticos, foi uma campanha nacional, mas de realização local desigual. Essa desigualdade não diminui sua importância, nem seu impacto no ciclo final da ditadura. Ao contrário, permite compreender como uma demanda comum foi traduzida, em uma mesma língua, em contextos políticos muito distintos. Essas duas faces do resultado, a língua comum e a desigualdade de sua realização, organizam a análise do capítulo seguinte. A primeira remete à *forma simbólica* que deu ao movimento identidade nacional, a linguagem política reinventada nos comícios, nas canções e nos rituais cívicos. A segunda remete às *condições organizativas* que tornaram essa linguagem realizável em graus tão distintos conforme o local, objeto da seção que examina a geografia dos repertórios e o que ela permite conjecturar sobre a densidade de coordenação em cada estado.

4. Símbolo, cotidiano e contradição: o legado do movimento

Já murcharam tua festa, pá
Mas certamente
esqueceram uma semente
nalgum canto do jardim
“Tanto mar”, Chico Buarque de Hollanda

A memória política das Diretas Já tende à celebração retrospectiva, já que os números da época impressionam: 1,5 milhão de pessoas no Vale do Anhangabaú, em São Paulo, 1 milhão na Candelária, no Rio de Janeiro, 400 mil em Belo Horizonte. A grandiosidade dos comícios produziu imagens que se fixaram no imaginário nacional como prova de uma sociedade civil ativa, politizada e mobilizada por uma causa, concentrada no Sudeste.¹¹⁷ Essa lembrança não é falsa, mas seletiva. Ela privilegia os momentos altos e apaga as tensões, as dificuldades, os fracassos locais e as contradições internas que fazem parte de qualquer movimento político. Um balanço desse movimento exige, portanto, resistir à simplificação comemorativa sem negar o que a campanha efetivamente foi: um grande ponto de inflexão na história política brasileira, cujo legado mais duradouro não foi o institucional (afinal, a emenda foi derrotada no Legislativo), mas *simbólico* e *cultural*. As Diretas produziram efeitos duradouros na linguagem política, nos repertórios de ação coletiva¹¹⁸ e na forma como a sociedade brasileira passou a se relacionar publicamente com a questão da legitimidade e da continuidade da ditadura militar.

4.1 A reinvenção da linguagem política

Uma das realizações mais importantes e menos visíveis das Diretas Já foi a criação de um vocabulário político compartilhado em escala nacional. Antes de 1983, o dialeto da oposição ao regime ditatorial era setorial, dividido por seções. Era ou sindical, ou estudantil, ou eclesiástico ou parlamentar, e circulava em circuitos relativamente fechados uns aos outros. A campanha pelas eleições diretas conseguiu produzir uma linguagem que, por um lado, conectou politicamente esses quatro circuitos e, por outro, chegou a públicos sem vínculos organizativos com nenhum deles. Daí a característica de massa que o movimento assumiu.

O elemento central dessa linguagem foi sua capacidade de articular uma demanda puramente legal, o direito ao voto para presidente, com experiências concretas e sentimentos políticos reais. A palavra de ordem “Diretas Já” não requeria formação política prévia para ser compreendida, nem pressupunha filiação partidária. Podia ser gritada em um estádio, pichada em um muro, estampada numa camiseta. Essa combinação de simplicidade formal, comunicação imediata e alta densidade política foi o que permitiu ao movimento atravessar fronteiras de classe, região e geração que normalmente segmentam mobilizações políticas.

A dimensão visual e sonora foi central nessa construção. As cores amarela e verde, que o regime havia tomado para si desde 1964, foram ressignificadas como emblemas da luta democrática, em especial o amarelo, que marcou a campanha. Essa foi uma operação tão deliberada quanto eficaz: ao enfim devolver ao público as cores nacionais, o movimento produzia uma contestação simbólica que dispensava grande argumentação política. A música desempenhou uma função análoga e até mais poderosa.

A música popular brasileira foi o principal veículo dessa reapropriação simbólica da “Nação” e cumpriu, na campanha, uma função que as estruturas partidárias não conseguiam desempenhar sozinhas.

Sua eficácia esteve justamente em converter a demanda de natureza estritamente jurídica, o direito ao voto direto para presidente, em experiência sensível e compartilhada, acessível a públicos sem qualquer vínculo organizativo com sindicatos, igrejas progressistas ou diretórios políticos. Ao subir aos palanques, os artistas reativavam, em escala de massa, um repertório de canção engajada que a ditadura havia empurrado para as margens desde o fim dos anos 1960,¹¹⁹ e o faziam diante de multidões que a canção de protesto dos anos anteriores jamais alcançara. Quando Chico Buarque cantou “Apesar de você” na praça da Sé, em janeiro de 1984, uma composição censurada em 1970 retornava ao espaço público como hino de circunstância, e o gesto media a distância percorrida entre a repressão cultural do início da década mais “ditatorial” de todas e a mobilização aberta dos anos 1980.

O caso mais eloquente dessa operação é o da própria voz que abria os grandes atos. O Hino Nacional, na performance de Fafá de Belém, deu forma audível à reapropriação dos símbolos nacionais, convertendo um rito marcial do regime militarizado em rito de oposição a ele. A campanha adotou como cânticos duas canções elegíacas saídas do mesmo círculo mineiro de Milton Nascimento. “Menestrel das Alagoas”, de Milton Nascimento e Fernando Brant, gravada por Fafá em 1983 em homenagem a Teotônio Vilela, condensava, num único gesto, luto, biografia e causa. Já “Coração de estudante”, de Wagner Tiso e Milton Nascimento, carregava uma genealogia ainda mais densa, pois nascera como tema instrumental de um documentário sobre o presidente João Goulart, deposto em 1964, e recebera letra construída a partir da memória de um estudante morto pela repressão em 1968, antes de se tornar, em 1984, o hino da juventude nos comícios e, no ano seguinte, a elegia de Tancredo Neves.¹²⁰ Belchior, no Ceará, oferece a variação complementar dessa lógica, a de um compositor identificado ao estado que percorreu palanques por todo o país e verteu a pauta constitucional em registro sensível, mostrando que a mesma economia de circulação nacional

que revezava lideranças políticas entre as capitais operava também com artistas. Cada apresentação local ganhava, assim, ressonância nacional, e o rosto do cantor funcionava como emblema portátil da campanha de palanque em palanque.

Sob esse circuito nacional de ídolos culturais operava uma camada regional muito mais densa. Em Campo Grande, o comício reuniu uma extensa lista de músicos sul-mato-grossenses ao lado dos nomes nacionais; no Acre, o showmício da esplanada foi sustentado por cantores regionais; em Feira de Santana, Edil Pacheco, Maurício Tapajós e João do Vale dividiram o ato com os políticos; no Rio, repentistas clamaram por diretas sobre uma picafe na Central do Brasil; e fan-farras, charangas e bandas escolares executaram do frevo ao Hino Nacional em praças. Essa estrutura dupla, isto é, um elenco itinerante de artistas nacionais sobreposto a um tecido musical enraizado em cada território estadual, reproduz, no plano sonoro, a mesma capilaridade que a campanha teve no plano organizativo. O showmício foi a forma institucional que costurou os dois registros, e sua novidade naquele momento esteve em reduzir a barreira de entrada na campanha, já que se podia chegar pelo show e permanecer pela política, de modo que todo o evento poderia produzir pertencimento antes mesmo de exigir adesão consciente à causa.

Mas há um outro lado dessa ressonância emocional garantida pela MPB. O poder de mobilização popular da música, que convertia a demanda cívica em festa, podia também diluir seu conteúdo, e não por acaso a documentação registra comícios que “terminaram em carnaval” e atos em que a ligação emotiva com artistas e com canções parecia sobrepor-se à compreensão política da pauta constitucional em jogo. A lógica de estrelato da campanha concentrou visibilidade num punhado de figuras nacionais e reproduziu no campo da cultura o mesmo gradiente centro-periferia que o mapeamento estadual documenta, dado que os grandes nomes traziam público, e sua ausência media a fragilidade das mobilizações do Norte e de parte do Centro-Oeste. A consagração de massa da MPB em 1984 foi, nesse

sentido, ambivalente, porque deu escala inédita a uma contracultura de oposição ao mesmo tempo em que transformava o palanque em espetáculo.¹²¹ Ainda assim, foi também no terreno musical que o movimento sobreviveu à própria derrota. Quando Sérgio Ricardo conclamou a plateia do Teatro Paiol em Curitiba a cantar “O elo amarelo” depois de 25 de abril, a canção já não pressionava o Congresso, mas seguia sustentando, como experiência coletiva, uma causa.

Por sua vez, os rituais públicos inventados pela campanha criaram uma cerimônia cívica própria. As eleições simuladas com urnas instaladas nas praças das cidades encenavam o exercício do direito negado e produziam dados de adesão que a imprensa repercutia como pressão política sobre os representantes. Os enterros simbólicos do Colégio Eleitoral transformavam em celebração a rejeição ao principal mecanismo que mantinha os generais no poder. Os placares das Diretas, inaugurados em capitais como Aracaju, convertiam a pressão popular em forma de *accountability* antes mesmo do voto parlamentar.

A diversidade desses repertórios ajuda a explicar por que as Diretas Já ultrapassaram a forma básica do comício político convencional. O movimento soube produzir uma nova gramática pública, composta por atos de massa, caravanas, murais, pichações e vigílias, cada uma cumprindo uma função expressiva própria, isto é, tornar visível a maioria social pró-diretas, simular o direito de voto, produzir pertencimento coletivo e manter a mobilização ativa no intervalo entre os grandes comícios. É essa gramática, e não apenas a canção e a cor, que fez da demanda constitucional uma experiência social e politicamente partilhável.

Esse conjunto de símbolos, rituais e sons produziu o que nenhuma campanha política anterior havia conseguido em escala equivalente desde o início da ditadura: uma identidade democrática partilhada que atravessava fronteiras tanto partidárias como regionais. O movimento criou, assim, um público que se reconhecia como “democrata” (isto é, favorável ao direito básico de voto) antes de se reconhecer como eleitor de um partido ou adepto de um líder político específico.

4.2 Repertório e território

As formas de ação não se distribuíram de modo uniforme pelo território. A mesma gramática pública que dava unidade nacional ao movimento realizava-se, em cada estado do país, com uma combinação específica de repertórios e essa combinação é muito informativa. A figura 2 “territorializa” a tipologia proposta no capítulo 2 (ver figura 1), preenchendo cada quadrante com a incidência estadual documentada para cada forma de protesto.

Figura 2
Distribuição territorial dos tipos da figura 1:
incidência estadual por quadrante

		presença de massas	
		baixa	alta
institucionalização	alta	Pequenos comícios (21): AL, BA, CE, MA, PB, PE, PI, SE; AP, AM, PA, RO, RR; GO, MT, MS; ES, MG, SP; SC, RS. Atos em arenas legislativas (11): PE, SE; AM, PA, RO; GO, MT, MS; ES, SP; PR.	Grandes comícios* (9): PE (Recife), RN (Natal); GO (Goiânia); ES (Vitória), MG (Belo Horizonte), RJ (Candelária), SP (Anhangabaú); PR (Curitiba), RS (Porto Alegre).
	baixa	Plebiscitos simbólicos (9): CE, PE, RN; ES, MG, RJ, SP; PR, SC. Enterros simbólicos (7): PE; AC, AM; MT; SP; SC, RS. Comícios-relâmpago (7): BA, PE; AM; MG, SP; PR, RS.	Passeatas (16): AL, BA, MA, PE, PI; AM, RO; MT, MS; ES, MG, RJ, SP; PR, SC, RS. Vigílias cívicas (9): CE, PI; AC, AM; MS; ES, RJ, SP; PR. Showmícios** (2): PE (Olinda); AC (Rio Branco).

Fonte: elaboração do autor a partir do Capítulo 3 e do Quadro A1.

* Comício com público estimado igual ou superior a 50 mil; pequenos comícios, abaixo disso. ** BA, MS, PR, RN e SP tiveram participação artística nos palanques, mas nela a música amplificou comícios já organizados, tratados aqui como grandes comícios ou comícios pequenos, não como showmícios.

Cada sigla assinala ao menos uma ocorrência identificável da modalidade no capítulo 3 ou no quadro A1. A mesma unidade da Federação pode aparecer em mais de uma modalidade, pois os repertórios se combinaram no interior de uma mesma campanha estadual.

Foram excluídos atos apenas programados e referências genéricas sem evento reconhecível. A ausência de uma sigla em determinada célula indica, portanto, falta de registro no inventário utilizado, não inexistência do fenômeno, com risco de subestimação maior no Norte e nos antigos territórios federais. A categoria foi reservada aos eventos assim denominados no livro. A simples presença de artistas num comício não foi considerada suficiente para classificar o evento como um showmício. Caravanas, buzinaços, murais e pichações integram o repertório documentado, mas permanecem fora da tipologia porque não correspondem aos dois atributos lógicos da matriz.

Lida por quadrantes, a distribuição confirma que a força simbólica da campanha não veio apenas da concentração de multidões. A participação artística atravessou os comícios de todas as escalas, do Acre ao Anhangabaú, e cumpriu duas funções distintas. No showmício em sentido estrito, o show constituía o próprio ato, reduzindo a barreira de entrada na campanha. Já nos grandes comícios, a música amplificava um ato que existiria sem ela. A força de cada praça resultou, assim da combinação entre a recorrência dos repertórios, a tradução local da demanda e a circulação nacional de lideranças e de artistas. Cada forma do repertório tinha uma função política própria: os comícios produziam demonstração pública de força, os plebiscitos simbólicos dramatizavam o direito de voto, as vigílias convertiam a votação parlamentar em experiência coletiva, os comícios-relâmpago e as passeatas levavam a pauta ao cotidiano e os rituais de responsabilização, placares de votos e enterros simbólicos elevavam o custo político da resistência à emenda. Nenhum tipo isolado sustentou a campanha. Foi o encaixe entre essas formas que converteu uma proposta legislativa em mobilização nacional.

A distribuição dos tipos permite ainda uma leitura que vai além do mero inventário.

O repertório predominante em cada estado acompanha em termos gerais a densidade organizativa local, entendida aqui como o aparato de coordenação instalado no território.¹²² Os atos ancorados em

arenas institucionais, como assembleias estaduais e câmaras municipais, concentram-se nos estados onde a mobilização de rua foi mais escassa. Ao contrário, as séries mais densas e variadas de atos de rua aparecem onde havia militância permanente. Essa correspondência, porém, não prova a relação, por uma razão que é anterior à discussão sobre suas causas. O repertório é ao mesmo tempo aquilo que se quer explicar e o único sinal disponível daquilo que o explicaria, e os dois vêm da mesma fonte, quase sempre os informes do SNI. Onde o serviço de vigilância registrou mais atos, registrou também mais sinais de organização, e não há como separar a densidade organizativa que de fato existia no local da densidade do próprio registro que o órgão produziu.

Ainda que esse problema de fonte pudesse ser bem contornado, com o acesso a mais documentos, restaria uma segunda dúvida, agora sobre a causa. A predominância de atos em arenas institucionais nos estados de rua mais fraca admite pelo menos duas leituras, que não se excluem. A primeira é a de *substituição de repertório* em um contexto de escassez de recursos: recorria-se à assembleia ou à câmara onde faltava capacidade de ocupar a praça. A segunda é a de que tanto o repertório quanto a densidade organizativa dependem, na verdade, de uma terceira condição, o *grau de urbanização e industrialização* do estado, de modo que a ligação entre tipo de ato e capacidade de organização seria aparente, e não real. Essa segunda leitura é a mais difícil de negar, porque o próprio gradiente centro-periferia que parece confirmar a inferência é o que essa terceira condição explicaria. Por isso trato a associação como hipótese plausível e não como resultado demonstrado: ela orienta a leitura do material, mas não se sustenta, sozinha, como relação provada.

Mesmo assim atenuada, essa leitura tem consequência para o argumento do livro. Se o tipo de repertório é indício de aparato, então a capilaridade da campanha, documentada no capítulo 3, não foi apenas geográfica, mas organizativa: o movimento chegou a praticamente todas as unidades da Federação, porém com densidades

de coordenação muito desiguais, e é essa desigualdade, mais do que a simples presença ou ausência de atos, que a geografia dos repertórios torna visível.

4.3 A política fora dos comícios

Uma das evidências mais reveladoras da amplitude do movimento é a extensão com que o tema das eleições diretas penetrou em espaços não politizados convencionalmente. O que o capítulo anterior documenta para cada estado revela, em conjunto, um fenômeno que vai muito além da ocupação dos espaços públicos politicamente tradicionais.

No campo esportivo, no educacional e no comercial, o tema do direito às eleições diretas apareceu onde nenhuma campanha política anterior havia chegado: na redação de um vestibular unificado com 59 mil candidatos, em estratégias de marketing do varejo, em eleições simuladas entre jogadores de futebol durante folga de treino, em colunas de crônica sobre o impacto do estado de emergência no movimento dos motéis na beira de estrada. Esses episódios são comuns, heterogêneos, mas também analiticamente decisivos.

O que eles revelam não é apenas a popularidade do movimento, mas sua capacidade de saturar o espaço público além da política institucional. Quando o tema das eleições diretas para presidente da República chegava ao vestibular e ao marketing, ele já havia deixado de ser apenas uma campanha política para tornar-se um referente cultural de alcance bem mais amplo. Isso explica, em parte, por que a derrota parlamentar de 25 de abril acabou com a campanha, mas não sepultou nem a demanda, nem o *movimento*: o que havia sido construído não era apenas um grande grupo de pressão sobre o Legislativo, mas o embrião de uma nova “cultura política” democrática compartilhada, forjada pela campanha a favor do voto eleitoral e que sobreviveria a ela nos anos seguintes. Esse repertório reapareceu de

forma mais nítida em 1992, quando a mobilização pelo *impeachment* de Collor levou os “caras-pintadas” às ruas e retomou a gramática de comícios, passeatas e ocupação do espaço público que as Diretas Já haviam inaugurado.

4.4 Tensões, resistências, limites

Por outro lado, a narrativa comemorativa das Diretas Já tende a amortecer o que o movimento teve de difícil, conflituoso e, em vários contextos, fracassado. A documentação do SNI, sintomaticamente a fonte mais detalhada sobre o movimento, corrige com toda a antipatia dos agentes do regime, a memória celebratória.¹²³

Como mostraram em detalhe os casos do Acre, de Rondônia e do Amazonas, comícios organizados sob a expectativa de reunir dezenas de milhares de pessoas atraíram apenas algumas centenas, desfiles de carros limitaram-se a três veículos, atos encerraram-se com público reduzido e, nas palavras dos próprios organizadores, com “desmotivação para futuras manifestações”. Em São Vicente, o lançamento da campanha não chegou a acontecer por um conflito aberto entre PMDB e PT e ausência de público. Em Rio Branco, o ato organizado para coincidir com o aniversário do golpe de 1964 não teve repercussão entre a população.

Essas dificuldades não invalidam o argumento sobre a penetração do movimento, mas o complexificam. A capilaridade existiu de fato, afinal o movimento chegou ao Acre, ao Amapá, a Roraima, a Sergipe, mas chegou com intensidade desigual, e em vários contextos chegou como iniciativa de pequenos grupos mobilizados que não conseguiram converter a demanda nacional em mobilização de massa. Logo, o mapa do movimento das Diretas Já é um mapa de gradações.

Essas gradações têm também uma explicação organizacional que atravessa todo o mapeamento regional. Nos estados de menor mobilização, sobretudo no Norte e em parte do Nordeste, a estrutura

que sustentava os atos era, com frequência, a das organizações de esquerda ainda na ilegalidade, com destaque para o PCdoB, o PCB e o MR-8. Foram elas que montaram comícios-relâmpago, imprimiram e distribuíram material e mantiveram o assunto ativo onde os partidos legais tinham pouca implantação. A militância comunista sustentou a capilarização da campanha, com resultados que variaram conforme o contexto. Onde havia coalizão ampla e densidade urbana, como em Pernambuco e no Rio Grande do Norte, essa militância coordenou mobilizações que chegaram à escala de massa. Já onde a sociedade civil era “gelatinosa” e havia poucos quadros, como no Norte, a militância ajudou a continuidade dos atos sem convertê-los em grande público. A conversão em massa dependeu da coalizão e dos recursos locais mais do que da militância clandestina tomada isoladamente. Esse dado qualifica a imagem da campanha como um “despertar espontâneo da sociedade civil” e mostra que parte de sua organização foi trabalho militante.

As tensões internas ao campo das oposições (no plural) também fazem parte desse quadro complexo. Partidos que compartilhavam a demanda pelas eleições diretas divergiam em muitos outros pontos da agenda política e disputavam o protagonismo nos palanques, na organização dos comícios e até na ordem das falas. A cobertura da mídia foi ela mesma um grande objeto de disputa política.

Uma dessas tensões internas foi a de gênero. O capítulo anterior documenta mulheres como base operativa da mobilização em vários estados. Elas aparecem na Caminhada das Mulheres que abriu o Dia Internacional da Mulher de 1984 em Manaus, no Comitê Feminino e no “Mulher Disque Diretas” de Belo Horizonte, no Comitê da Mulher que divulgou o comício de Campo Grande, no grupo Mulheres pelas Diretas que levava carros de som aos bairros de Natal e no Centro Popular de Mulheres que distribuiu 30 mil panfletos para a passeata de 24 de abril no Piauí. Esse trabalho de organização cotidiana, panfletagem e construção de público raramente rendia a visibilidade política das falas em palanque. O contraste já se lê no primeiro comício

nacional da campanha, em Goiânia, em junho de 1983, quando a única mulher a discursar foi a deputada federal Cristina Tavares, ao lado de uma dúzia de homens ao microfone. O próprio SNI, ao descrever a passeata piauiense, anotou que as mulheres “tiveram pouco espaço para se pronunciar publicamente”. A campanha reproduziu, assim, a divisão sexual do trabalho militante em que a organização de base recaía sobretudo sobre as mulheres e a palavra pública permanecia majoritariamente masculina.

A fronteira entre um lado e outro acompanhava o privilégio de cargo ou de projeção nacional mais do que o gênero em si. Onde havia mandato ou fama, mulheres chegavam à coordenação e ao palanque. Elizabeth Azize, deputada estadual pelo PMDB amazonense, propôs e conduziu a vigília de 25 de abril em Manaus, Helena Greco, vereadora do PT em Belo Horizonte, esteve à frente do “Mulher Disque Diretas”, Clara Araújo, presidente da UNE, e Gilse Cosenza, do Comitê Central do PCdoB, circularam como quadros partidários por seminários e comitês, Yolanda Fleming era vice-governadora do Acre e atrizes com mandato, como Bete Mendes e Ruth Escobar, subiam aos palanques dos maiores atos. A fala pública, vedada à maioria das militantes sem cargo, era franqueada a esse pequeno número de mulheres com posição institucional, ainda que em proporção muito inferior à dos homens em situação equivalente. Cabe aqui a mesma ressalva de fonte que atravessa o livro. A própria visibilidade documental do trabalho feminino de base é em parte efeito das informações do SNI, que registrava com minúcia panfletagens e caminhadas, e a observação sobre o “pouco espaço” é percepção dos agentes, não aferição neutra. O padrão que emerge, ainda assim, é analiticamente relevante, porque espelha, em menor escala, a assimetria que organiza este livro, entre o pico visível dos grandes comícios, com seus oradores de projeção nacional, e a infraestrutura militante que os sustentava. A atenção historiográfica ao palanque tende a herdar a seleção que os próprios oradores impunham à cena e a deixar na sombra a militância cotidiana que tornava os atos possíveis.

Esse conjunto de tensões e fracassos locais é parte constitutiva do fenômeno. Um movimento político que sustentou a mobilização durante meses, em dezenas de estados, com coordenação nacional do calendário e dos grandes atos, porém sem um comando único nem subordinação a uma organização exclusiva, deveria mesmo esperar desempenho desigual. A grandiosidade dos comícios de massa e a modéstia de muitos atos locais são as duas faces de um mesmo processo que contribuiu para a aceleração da transição da ditadura militar para a democracia no pós-1985 nas dimensões continentais do território.

4.5 Um legado ambivalente

A Emenda Dante de Oliveira foi derrotada por apenas 22 votos. Do ponto de vista de seu objetivo imediato, o movimento fracassou. E, no entanto, não é trivial encontrar na história política brasileira um fracasso que tenha tido implicações tão profundas quanto esse.

A derrota da emenda não restaurou o *status quo* anterior à campanha, pois todo o campo político foi reorganizado de forma irreversível. A legitimidade do regime passou a ser medida pela distância entre o que ele havia pretendido — uma transição “lenta, gradual e segura”, controlada pelos generais — e o que a sociedade havia demonstrado querer: uma democratização imediata e integral. Um regime que havia assistido à mobilização de milhões de pessoas contra a fórmula da sucessão indireta já não podia apresentar a saída controlada do autoritarismo como uma mera concessão de generais. Precisava, antes de tudo, negociá-la com as forças políticas em presença.

O Colégio Eleitoral, criado para manter a alternância no poder sob a tutela do regime, tornou-se, depois de abril de 1984, o terreno em que essa negociação se deu. A candidatura de Tancredo e sua vitória parlamentar em janeiro de 1985 tornaram-se uma saída, senão legítima, aceitável politicamente porque as Diretas Já haviam criado as condições para que a oposição apresentasse uma candidatura dentro

de um mecanismo politicamente ilegítimo. O movimento que exigia a abolição do mecanismo do Colégio Eleitoral acabou sendo um dos fatores que tornaram possível usá-lo contra o regime para “civilizar” a sucessão.

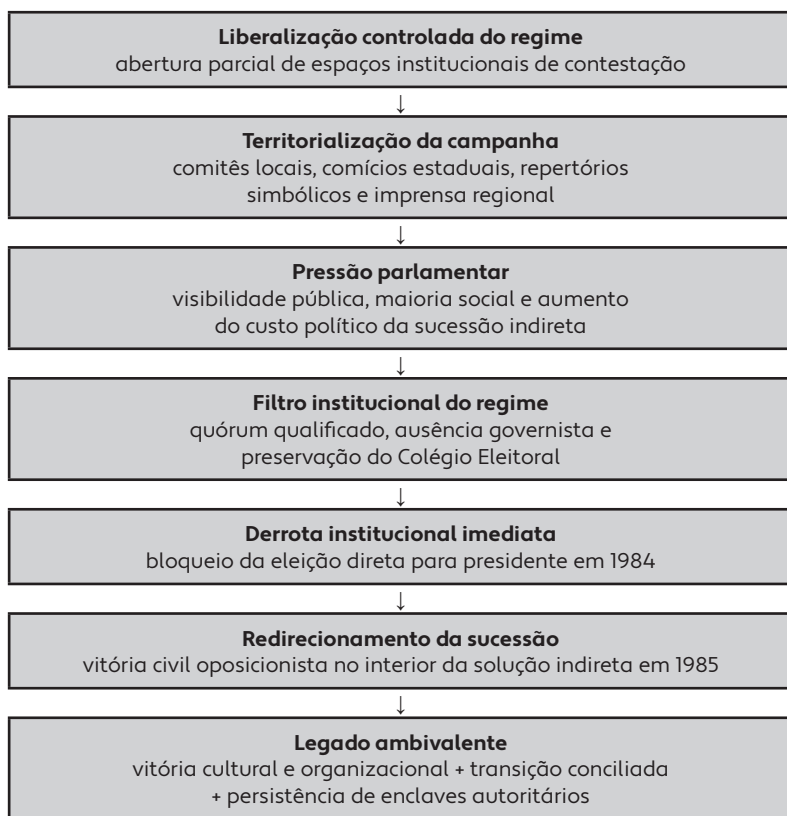
O resultado global do movimento de massas foi paradoxal. A agitação que pôs em circulação uma nova simbologia nacional, politizou a linguagem democrática e fomentou uma cultura cívica de participação social assistiu a uma transição negociada que preservou elementos importantes da ordem autoritária. A Constituição de 1988 avançou decisivamente em algumas áreas, só que as prerrogativas *políticas* dos militares sobreviveram ao governo dos militares. A eleição direta para presidente voltou em 1989 à custa de alguns “enclaves autoritários”¹²⁴ que persistiram para além dela.

O diagrama a seguir sintetiza esse encadeamento interpretativo. Ele não pretende reduzir a campanha das Diretas a uma sequência linear de causas e efeitos, mas tornar visível a ideia central: a conversão territorial de uma demanda democrática em pressão parlamentar, seu bloqueio no interior das instituições controladas pelo regime ditatorial e o deslocamento de seus efeitos para o plano político, cultural e organizacional da transição.

O balanço final do movimento exige manter juntos seus dois resultados: a ampliação da imaginação democrática e a preservação de filtros institucionais que limitaram essa energia política. Se essa solução ficou aquém do que a mobilização exigia, seu legado, em todo caso, é uma democratização que avançou mais do que o regime pretendia, ainda que bem menos do que o movimento demandava.

Foi nesse espaço, entre o que a rua exigiu e o que as instituições políticas entregaram, que a Nova República se constituiu. O país que emerge desse momento/movimento histórico é um país que deseja ser governado democraticamente. Essa democracia realizou em 1989 a primeira eleição direta para presidente desde 1960 sem desmontar inteiramente o Estado burocrático herdado da ditadura. Uma democracia que precisou de um mecanismo autoritário, o Colégio

Figura 3
Da territorialização da campanha ao legado
ambivalente das Diretas Já



Fonte: elaboração do autor.

Eleitoral, para depor o regime que o havia criado carregará, portanto, a marca dessa ambivalência. Compreendê-la não é diminuir o que as Diretas Já conquistaram, mas levar a sério as tarefas políticas que o movimento de massas não pôde completar.

O significado dessa distância entre a mobilização de 1984 e o novo regime de 1985 é o problema que trataremos em detalhe na Conclusão.

Conclusão: as Diretas Já e o problema da representação democrática

A viagem pela política dos estados documentou a extensão territorial e a heterogeneidade organizativa da campanha das Diretas Já. Mas esse episódio histórico específico coloca também, ao lado de todas as questões empíricas aqui tratadas, uma questão mais teórica: o que acontece quando a vontade popular, expressa em grandes mobilizações de massa, encontra instituições políticas deliberadamente construídas para neutralizá-la?

O caso brasileiro expõe a duplicidade constitutiva de toda forma de representação democrática. De um lado, a *dimensão expressiva*, em que a presença física da maioria na rua funciona como forma, concreta e simbólica, de manifestação da “vontade geral”. De outro, a *dimensão institucional*, em que essa vontade só se converte em decisão por meio de regras políticas procedimentais de agregação de votos e quórum mínimo. As Diretas Já levaram a primeira dimensão ao limite, mas foram derrotadas na segunda. O instrumento dessa passagem de uma dimensão à outra foi a quantificação, a tecnologia política examinada no capítulo 2, que oferecia a maioria contada nas ruas como antecipação da maioria exigida no plenário. O problema da representação, que a campanha expôs sem poder resolver, está na distância persistente, durante todo o processo, entre a legitimidade que a mobilização produziu e a tradução institucional que o sistema autoritário lhe concedeu. A derrota da Proposta de Emenda Constitucional do deputado Dante de Oliveira resultou da ausência calculada dos deputados governistas na votação. A legalidade formal do procedimento e a legitimidade política do resultado coexistiram sem qualquer contradição. Esse arranjo revela, justamente, como ins-

tituições políticas autoritárias são operadas para produzir resultados contramajoritários sem violar formalmente suas próprias regras.

O desfecho da transição política no Brasil aprofundou esse cenário. O mecanismo que o movimento das Diretas Já rejeitava como ilegítimo, o Colégio Eleitoral, tornou-se, na sequência, o instrumento pelo qual uma parte dos adversários (e dos aliados) do regime ditatorial chegou ao novo governo. A pressão de massas tornou admissível a vitória da candidatura de um político, civil e de oposição, dentro de um dispositivo pensado, justamente, para preservar o controle militar sobre a sucessão.

É certo que a campanha de 1984 deslocou os termos da sucessão presidencial de 1985, mas esse deslocamento operou, ao final, dentro dos limites estritos definidos pela elite militar, muito aquém, portanto, do que o movimento de massas havia pretendido. Trata-se, na realidade, de um padrão típico das “transições por transação”. A pressão das oposições restringe as opções políticas dos detentores do poder de Estado sem que os desafiantes consigam determinar, por si mesmos, o desenho institucional do regime subsequente.

As Diretas Já não foram causa suficiente da democratização, porque não controlaram o desenho institucional da sucessão. Também não foram mero sintoma da crise do regime, porque alteraram qualitativamente a coordenação das oposições, aumentaram os custos políticos de permanência da solução autoritária e redefiniram substancialmente a gramática da linguagem política. Desse ponto de vista, o movimento foi mais uma causa interveniente: um mecanismo de aceleração do processo político em curso cujo comando permaneceu com os militares que puderam negociar os termos de sua saída de cena com parceiros civis “moderados”.

A matriz a seguir explicita esse ponto. Adaptando a lógica dos cenários de Schwartz, ela cruza duas dimensões analíticas: (a) a intensidade da mobilização social (*o processo de pressão*); e (b) a densidade de enclaves autoritários que o regime emergente conserva (*o resultado da transição*); em um polo estão muitos enclaves (*regime tutelado*) e em outro polo, poucos (*democratização efetiva*).

A matriz de Schwartz é uma tabela 2×2 de cenários, construída a partir de duas incertezas críticas.¹²⁵ Cada eixo representa uma dimensão decisiva do modelo, mas incerta. O cruzamento dos dois atributos distingue quatro tipos de cenários plausíveis teoricamente: (a) baixa mobilização e muitos enclaves, ou *continuidade do autoritarismo*; (b) baixa mobilização e poucos enclaves, *reforma pactuada pelo alto*, conduzida sem pressão das massas populares; (c) alta mobilização e muitos enclaves, *abertura controlada sob pressão social*; e (d) alta mobilização e poucos enclaves, *ruptura democratizante*, em que a pressão popular é capaz de desmontar os controles autoritários. Os dois primeiros tipos descrevem transições sem protagonismo das ruas, os dois últimos, transições sob pressão social, que se distinguem pelo formato do regime político resultante.

Figura 4
Grau de mobilização social e tipo de regime político resultante



Fonte: elaboração do autor.

Na figura 4, o eixo vertical mede a *amplitude da mobilização social* e o horizontal, a *densidade de enclaves autoritários* no regime político emergente. O ponto cheio marca o desfecho observado (real) da campanha das Diretas e o círculo, a ruptura democratizante tomada como referência ideal-típica, representando o polo de desmonte da ditadura. O vetor tracejado representa a distância entre os dois, isto é, o controle da transição exercido pelos militares. A figura não afirma que a mobilização alta produza, sozinha, o fim do autoritarismo. Só mostra onde o caso está, tipologicamente, e o quanto a alternativa ficou distante da ruptura plena.

O Brasil ocupa a posição no alto à esquerda na matriz de Schwartz. As Diretas Já combinaram alta mobilização com a permanência de dispositivos autoritários pesados. As cúpulas das Forças Armadas conservaram o comando sobre o calendário, as regras, o ritmo e o mecanismo sucessório, de modo que a transformação efetiva do regime ficou aquém do que a intensidade da mobilização pelo país poderia prever. Por outro lado, a política de abertura passou a operar em um novo ambiente público, reconfigurado por grandes comícios, vigílias, passeatas e uma mobilização cultural em escala nacional.

A especificidade brasileira, portanto, não está em uma democratização comandada diretamente pelas ruas, nem em uma liberalização exclusivamente administrada pelo alto. Está, paradoxalmente, em uma abertura controlada ainda que *sob pressão popular*. A campanha não anulou a capacidade de veto dos militares, mas tornou mais custosa a preservação da solução autoritária original e enfraqueceu a legitimidade da sucessão indireta. As Diretas Já não decidiram institucionalmente a transição, mas alteraram as condições políticas sob as quais a mudança de regime foi negociada. A distância entre o polo da *ruptura democratizante* (acima, à direita) e o desfecho observado, a *abertura controlada* (acima, à esquerda), indica o grau de manipulação sobre o processo político retido pelo regime ditatorial. O regime civil pós-1985 conservou enclaves autoritários não porque a mobilização

tenha sido fraca, e sim porque o governo Tancredo-Sarney foi tributário dos termos negociados da abertura.

Há, portanto, uma ligação plausível, ainda que não demonstrável a partir de um só evento, entre a derrota de abril e o formato que a transição brasileira acabou assumindo. O raciocínio contrafactual seria: “se a emenda constitucional tivesse passado, a eleição de 1985 teria dado ao país um presidente com mandato popular, livre do acordo entre elites que então se costurava”, ou melhor, daquele acordo entre aquelas elites. A objeção seria: “o desfecho já estava dado pela composição do Colégio Eleitoral”, e a derrota da Emenda foi consequência da mesma correlação de forças, e não sua causa. A documentação, porém, matiza essa objeção: os 298 votos favoráveis existiram e apenas foram neutralizados por uma manobra de procedimento, a ausência combinada da bancada governista, e não por falta de apoio. A via da eleição direta não estava fechada de antemão, mas foi fechada por decisão explícita. Não afirmo, portanto, que abril tenha criado a transição por transação, mas sim que ali ela se confirmou contra uma alternativa possível que a mobilização manteve viva até a véspera da votação. No momento em que se fechou a via institucional para a manifestação da autoridade popular sobre a sucessão presidencial, tornou-se patente a distância que havia entre a maioria mobilizada nas ruas e os agentes que retinham o controle do parlamento e da caserna, distância que a transição por transação administraria até 1989.

Essa assimetria permitiu a sobrevivência de uma série de “enclaves autoritários” no regime pós-1985. Em primeiro plano, altas prerrogativas militares constitucionalizadas, mecanismos de *accountability* seletivamente desativados e regras eleitorais negociadas com *veto players* do regime ditatorial compuseram uma arquitetura institucional em que as preferências agregadas pelo sufrágio universal encontrariam vários pontos de bloqueio. Por outro lado, a Constituição de 1988 registrou tanto avanços obtidos pela pressão social quanto limites que a barganha intraelites impôs a esses avanços. Déficits de representação

e enclaves autoritários são as propriedades constitutivas do pacto que encerrou a ditadura militar no Brasil. Tomá-los por “anomalias” do regime democrático nacional obscurece sua origem histórica e sua persistência política.

O exemplo mais sensível dessa continuidade está nas prerrogativas conferidas às Forças Armadas. O artigo 142 da Carta de 1988 estabeleceu que elas se destinam à “garantia dos poderes constitucionais, da lei e da ordem” interna. Essa fórmula deliberadamente ambígua preservou o *lugar político* dos militares após a ditadura. Numa leitura menos ortodoxa do dispositivo, as Forças Armadas poderiam ser interpretadas não como instituições subordinadas à autoridade civil, mas como uma espécie de Poder Moderado, situado acima de Executivo, Legislativo e Judiciário, destinado a arbitrar seus conflitos e a tutelá-los. A disputa hermenêutica em torno desse artigo revela, precisamente, a natureza dos enclaves autoritários: eles não restauram automaticamente o regime ditatorial anterior, mas mantêm, dentro da própria democracia, um vocabulário e uma prerrogativa capazes de limitar a soberania popular e reabrir, a cada crise política, a questão sobre quem, ao final, decide.

Ao mesmo tempo, deve-se considerar que o movimento de massas pelas Diretas produziu efeitos políticos que escapam à lógica pura do resultado parlamentar e do projeto militar.

A reativação de setores socialmente heterogêneos e até então pouco articulados entre si (movimento estudantil, sindicalismo, Igreja, classe política e entidades profissionais), a imaginação de novas formas de ação (vigílias cívicas, plebiscitos simbólicos, showmícios) e a formação da identidade democrática sustentada por uma linguagem política suprapartidária e transclassista geraram uma capacidade social, organizativa e simbólica, que não se dissolveu com o fracasso da Emenda Constitucional. Na realidade, influenciou os termos do debate nacional nos anos seguintes. Bloqueada a via institucional do voto direto, parte dessa energia se deslocou para outro plano e se firmou como cultura política democrática. O legado das Diretas não nasceu da derrota,

mas, ao contrário, sobreviveu a ela: as redes e os quadros políticos encontraram continuidade fora do circuito parlamentar, seja na reconversão dos comitês em bases de filiação partidária, seja na presença dessas redes na mobilização antes e durante a Constituinte. Bloqueada a via do voto direto em abril de 1984, os repertórios e a identidade antiditatorial formados na campanha permaneceram disponíveis e voltariam a operar nos ciclos de mobilização das décadas seguintes.

Apêndice: Cronologia política (1979-1985)

Esta cronologia reúne os principais marcos da política de abertura da ditadura, da reorganização partidária, da mobilização pelas eleições diretas e do desfecho institucional da transição entre 1979 e 1985. Ela deve oferecer uma visão sintética da sequência dos principais acontecimentos do período.

1979

1º de janeiro

Entra em vigor a Emenda Constitucional nº 11/1978, promulgada em 13 de outubro de 1978, que revoga os Atos Institucionais e Complementares no que contrariassem a Constituição Federal. A medida encerra formalmente a vigência do AI-5, mas preserva os efeitos dos atos já praticados com base na legislação excepcional da ditadura.

15 de março, Brasília (DF)

João Baptista Figueiredo toma posse como presidente da República, com o compromisso de continuar a política de abertura e atenuar os controles autoritários sobre o sistema político.

28 de agosto, Brasília (DF)

Figueiredo sanciona a Lei nº 6.683/1979, a Lei da Anistia, que concede anistia a perseguidos políticos, permite o retorno de exilados e abre caminho para a restituição de direitos políticos e funcionais de parte dos atingidos por punições da ditadura. A medida, porém, não foi ampla, geral e irrestrita: excluiu determinados condenados por ações armadas e, ao incluir os chamados “crimes conexos”, criou a base jurídica para a posterior interpretação de que agentes do Estado

envolvidos em graves violações de direitos humanos também estariam protegidos pela anistia.

20 de dezembro, Brasília (DF)

Figueiredo sanciona a Lei nº 6.767/1979, que modifica a Lei Orgânica dos Partidos Políticos e extingue os partidos criados no bipartidarismo da ditadura, Arena e MDB. A medida restabelece o pluripartidarismo e permite a reorganização do sistema partidário, mas sob regras restritivas de criação, funcionamento e representação. Politicamente, a reforma buscava fragmentar a oposição reunida em torno do MDB e reorganizar a base governista em novas legendas.

1980

10 de fevereiro, São Paulo (SP)

O Movimento Pró-PT aprova o Manifesto de Fundação do Partido dos Trabalhadores. O surgimento do PT expressa a entrada organizada de sindicalistas, militantes de esquerda, intelectuais e setores católicos progressistas no novo jogo político.

Abril-maio, ABC paulista (SP)

A greve dos metalúrgicos do ABC mobiliza centenas de milhares de trabalhadores, sofre repressão estatal, intervenção sindical e prisão de lideranças, entre elas Luiz Inácio Lula da Silva. O episódio confirma que a abertura política convivia com repressão aos movimentos sociais.

9 de setembro, Brasília (DF)

A Emenda Constitucional nº 14 prorroga até 31 de janeiro de 1983 os mandatos de prefeitos, vice-prefeitos, vereadores e suplentes então em exercício, com exceção dos prefeitos nomeados, e adia as eleições municipais previstas para 1980, unificando-as com as eleições gerais de 1982.

1981

30 de abril, Rio de Janeiro (RJ)

O atentado do Riocentro expõe a atuação de setores militares contrários à abertura. A explosão acidental de uma bomba dentro de um

carro ocupado por militares impede que o atentado seja atribuído à esquerda e torna visível a resistência, no interior das Forças Armadas, ao processo de distensão política.

Novembro, Brasília (DF)

O governo Figueiredo lança o chamado “Pacote de Novembro”, conjunto de mudanças casuísticas nas regras das eleições de 1982. As medidas, posteriormente consolidadas na Lei nº 6.978/1982, impuseram o voto vinculado, exigiram chapas completas, restringiram coligações e preservaram mecanismos como as sublegendas para o Senado. O desenho institucional favorecia o PDS, ao explorar sua maior capilaridade municipal e dificultar a coordenação eleitoral das oposições.

20 de dezembro

Em resposta ao Pacote de Novembro, o PMDB, sucessor do MDB, aprova a incorporação do Partido Popular (PP), legenda liderada por Tancredo Neves e formada por dissidentes moderados do MDB e da Arena. A decisão, confirmada pelo PP em convenção nacional extraordinária e formalizada em convenção conjunta em fevereiro de 1982, reduziu o efeito fragmentador da reforma partidária de 1979 sobre as oposições. Politicamente, a incorporação fortaleceu o PMDB para as eleições de 1982 ao recompor parte da frente oposicionista que o regime havia tentado dividir.

1982

19 de janeiro, Brasília (DF)

Figueiredo sanciona a Lei nº 6.978/1982, que estabelece as normas para as eleições de 15 de novembro de 1982. A lei determina a realização simultânea das eleições para governador, vice-governador, senador e suplentes, deputados federais e estaduais, prefeitos, vice-prefeitos e vereadores. Também impõe o voto vinculado, obrigando o eleitor a escolher candidatos do mesmo partido para todos os cargos, sob pena de nulidade dos votos, e exige chapas completas, mecanismos que reforçavam o controle estratégico da competição eleitoral pelo regime.

15 de novembro

Realizam-se as primeiras eleições diretas para governador desde 1965, encerrando o ciclo de escolha indireta dos executivos estaduais imposto pelo AI-3 em 1966. Também são eleitos vice-governadores, senadores e suplentes, deputados federais e estaduais, além de prefeitos, vice-prefeitos e vereadores. O pleito, contudo, ocorreu sob fortes restrições institucionais, como o voto vinculado e a exigência de chapas completas, e manteve exceções relevantes no plano municipal: capitais, estâncias hidrominerais, municípios considerados de interesse da segurança nacional e municípios de territórios não elegeram diretamente seus prefeitos e vice-prefeitos em 1982.

15 de novembro

Nas eleições gerais de 1982, as oposições obtêm vitórias expressivas nos governos estaduais. O PMDB elege Franco Montoro em São Paulo, Tancredo Neves em Minas Gerais e José Richa no Paraná, além de conquistar outros estados importantes. No Rio de Janeiro, Leonel Brizola vence pelo PDT, tornando-se o único governador eleito pelo partido naquele pleito. O resultado enfraquece politicamente o regime, embora o PDS ainda mantenha posições relevantes no Senado e no futuro Colégio Eleitoral de 1985. A posse desses governadores em 1983 daria uma base institucional e uma força política decisiva para a campanha das Diretas Já.

1983

2 de março de 1983

Apresentação da PEC nº 5 pelo deputado Dante de Oliveira (PMDB-MT)

31 de março, Abreu e Lima (PE)

Primeiro ato público pelas eleições diretas em Pernambuco, com participação de vereadores locais.

15 de junho, Goiânia (GO)

Primeiro comício da campanha nacional organizada, com cerca de 10 mil pessoas, Ulysses Guimarães e Fafá de Belém.

21 de julho, Porto Alegre (RS)

No Dia Nacional do Protesto, cerca de 10 mil pessoas manifestaram-se em frente à prefeitura e marcharam ao Palácio Piratini, acompanhadas por cerca de 2 mil trabalhadores metalúrgicos de Canoas, liderados por Paulo Paim, então dirigente sindical. Palanque dividido entre Pedro Simon (PMDB), Alceu Collares (PDT) e Olívio Dutra (PT).

18 de novembro, Poços de Caldas (MG)

Tancredo Neves e Franco Montoro assinam a Declaração de Poços de Caldas, convocando campanha nacional pelas eleições diretas.

26 de novembro, São Paulo (SP)

Dez governadores assinam, no Palácio dos Bandeirantes, declaração em defesa do direito da população de escolher o presidente da República.

27 de novembro, São Paulo (SP)

Ato público diante do estádio do Pacaembu reúne cerca de 5 mil pessoas. Na mesma data, morre o ex-senador Teotônio Vilela (PMDB-AL).

6 de dezembro, Recife (PE)

Lançamento formal da campanha pelas Diretas Já em Pernambuco, no Clube da Engenharia.

1984**4 de janeiro, Olinda (PE)**

Lançamento do Movimento Teotônio Vilela por Eleições Diretas.

12 de janeiro, Curitiba (PR)

Grande comício na Boca Maldita, com cerca de 50 mil pessoas. Lançamento nacional do ciclo de mobilizações de 1984.

13 de janeiro, Porto Alegre (RS)

Comício no centro da cidade, com cerca de 5 mil pessoas, coordenado por José Fogaça. Presença de Ulysses Guimarães, Tancredo Neves, Pedro Simon e Olívio Dutra; artistas Raul Cortez, Ruth Escobar, Martinho da Vila e a dupla Kleiton e Kledir. À tarde, a caravana seguiu para Cachoeira do Sul (aproximadamente 3 mil).

14 de janeiro, Balneário Camboriú (SC)

Encontro estadual da campanha pró-eleições diretas, com caravanas de diversos estados.

14 de janeiro, Rio de Janeiro (RJ)

Passeata da praça Nossa Senhora da Paz, em Ipanema, até Copacabana.

20 de janeiro, Salvador (BA)

Comício das Diretas, promovido pelo PMDB, com cerca de 15 mil pessoas. Presença de Ulysses Guimarães, Tancredo Neves e Caetano Veloso.

21 de janeiro, Vitória (ES)

Manifestação pelas eleições diretas, com cerca de 10 mil pessoas.

25 de janeiro, São Paulo (SP)

Comício da praça da Sé, no aniversário da cidade, com público estimado entre 180 mil e 300 mil pessoas.

26 de janeiro, Santos (SP)

Comício na praia do Gonzaga, com cerca de 12 mil pessoas.

26 de janeiro, João Pessoa (PB)

Comício no parque Sólon de Lucena, com estimativas entre 10 mil e 20 mil pessoas. Presença de Ulysses Guimarães, Lula e Miguel Arraes.

27 de janeiro, Olinda (PE)

Comício no largo do Amparo, com estimativas entre 15 mil e 30 mil pessoas. Presença de Lula, Ulysses Guimarães, Miguel Arraes, Franco Montoro e Marcos Freire.

28 de janeiro, Fortaleza (CE)

Comício na praça José de Alencar, com cerca de 30 mil pessoas.

29 de janeiro, Maceió (AL)

Comício na praia da Pajuçara, com cerca de 30 mil pessoas.

13 de fevereiro, Teresina (PI)

Comício na praça Marquês de Paranaguá, com mais de 20 mil pessoas.

14 de fevereiro, São Luís (MA)

Comício com cerca de 15 mil pessoas, com a presença dos presidentes nacionais do PDT, do PMDB e do PT.

16 de fevereiro, Macapá (AP)

Manifestação com cerca de 10 mil pessoas.

16 de fevereiro, Belém (PA)

Comício com público estimado entre 15 mil e 20 mil pessoas.

18 de fevereiro, Manaus (AM)

Comício na praça do Congresso, com cerca de 2 mil pessoas.

19 de fevereiro, Rio Branco (AC)

Showmício na Esplanada do Palácio do Governo.

19 de fevereiro, Juazeiro (BA)

Comício na praça 28 de Setembro, com cerca de 2 mil pessoas. Presença de Waldir Pires e Mansueto de Lavor.

19 de fevereiro, Capão da Canoa (RS)

Caminhada pelas eleições diretas no litoral, durante o veraneio, com cerca de 50 mil pessoas. Presença de Pedro Simon, Olívio Dutra e do vice-governador paulista Orestes Quércia, entre outros.

20 de fevereiro, Cuiabá (MT)

Comício com cerca de 15 mil pessoas.

24 de fevereiro, Belo Horizonte (MG)

Grande comício na praça Rio Branco e na avenida Afonso Pena, com cerca de 400 mil pessoas.

26 de fevereiro, Aracaju (SE)

Manifestação na praça Fausto Cardoso, com público estimado entre 10 mil e 20 mil pessoas.

24 de março, Campo Grande (MS)

Comício com estimativas entre 20 mil e 40 mil pessoas.

25 de março, Porto Velho (RO)

Comício na praça da Igreja da Sagrada Família, com estimativas entre 2 mil e 5 mil pessoas. Presença de Ulysses Guimarães, Mário Juruna e Doutel de Andrade.

25 de março, Campina Grande (PB)

Comício no parque do Açude Novo, com cerca de 10 mil pessoas.

29 de março, Florianópolis (SC)

Comício na praça XV de Novembro, com cerca de 10 mil pessoas. Presença de Ulysses Guimarães, Lula e Doutel de Andrade.

30 de março, Feira de Santana (BA)

Comício com público não inferior a 14 mil pessoas. Presença de Ulysses Guimarães, Orestes Quércia, Miguel Arraes e Waldir Pires; Fafá de Belém e João do Vale.

5 de abril, Recife (PE)

Comício no largo de Santo Amaro, o maior ato pernambucano da campanha, com estimativas entre 50 mil e 80 mil pessoas. Presença de Ulysses Guimarães, Miguel Arraes, Jarbas Vasconcelos e José Richa; Alceu Valença e Fafá de Belém.

6 de abril, Natal (RN)

Manifestação na praça Gentil Ferreira, com estimativas entre 50 mil e 60 mil pessoas.

7 de abril, Petrolina (PE)

Comício pró-eleições diretas, com cerca de 15 mil participantes.

10 de abril, Rio de Janeiro (RJ)

Comício da Candelária, com estimativas entre 800 mil e 1 milhão de pessoas.

12 de abril, Goiânia (GO)

Comício na praça Pedro Ludovico, com mais de 400 mil pessoas.

12 de abril, Santa Maria (RS)

Comício pelas diretas na praça Saldanha Marinho, com expectativa de 15 mil pessoas segundo o *Zero Hora* e participação destacada do movimento estudantil da UFSM; registros posteriores estimam cerca de 20 mil participantes.

13 de abril, Porto Alegre (RS)

Comício na praça Montevideu, no largo da Prefeitura, o maior ato gaúcho da campanha, com mais de 200 mil pessoas segundo a contagem de José Fogaça. O governador Jair Soares (PDS) liberou o funcionalismo estadual para comparecer.

13 de abril, São Leopoldo/Vale dos Sinos (RS)

Registro cultural da campanha no *Zero Hora*: “O Samba das Diretas veio de São Leopoldo”.

14 de abril, Pelotas (RS)

Comício anunciado pelo *Zero Hora* como “Pelotas mobilizada para comício gigante no sábado”, sob a cartola “As Diretas no Interior”.

16 de abril, São Paulo (SP)

Comício no Vale do Anhangabaú, com estimativas entre 1 milhão e 1,7 milhão de pessoas. A cifra mais recorrente nas fontes é de 1,5 milhão.

18 de abril, Vitória (ES)

Comício na praça Oito de Setembro, com cerca de 60 mil pessoas. Gerson Camata e Lula entre os oradores mais aplaudidos; Beth Carvalho, Leci Brandão e Jece Valadão.

18 de abril, Boa Vista (RR)

Manifestação com cerca de 1.400 pessoas.

25 de abril

No contexto de uma jornada nacional de vigília cívica e mobilização pelas Diretas Já, a Câmara dos Deputados vota a PEC nº 5/1983, conhecida como Emenda Dante de Oliveira, que restabelecia eleições diretas para presidente da República. A proposta recebe 298 votos favoráveis, 65 contrários e 3 abstenções, com 113 ausências. Como eram necessários 320 votos para sua aprovação, a emenda é rejeitada por falta de 22 votos e não segue para apreciação do Senado.

25 de maio

Atos em diversas cidades marcam um mês da rejeição da emenda, com passeatas, enterros simbólicos e manifestações contra o Colégio Eleitoral.

25 de junho, Curitiba (PR)

Novo comício na Boca Maldita, já no contexto de redirecionamento da mobilização para o Colégio Eleitoral e para a candidatura de Tancredo Neves.

1985**15 de janeiro, Brasília (DF)**

Tancredo Neves, candidato do PMDB pela Aliança Democrática, é eleito presidente da República pelo Colégio Eleitoral, derrotando Paulo Maluf, do PDS, por 480 votos a 180. José Sarney, indicado pela Frente Liberal, dissidência do PDS, é eleito vice-presidente na mesma chapa. A eleição indireta marca a derrota política do regime no processo sucessório e escolhe o primeiro presidente civil após 21 anos de governos militares, embora a transferência formal do poder só ocorresse em 15 de março de 1985, com a posse de Sarney como presidente em exercício.

14 de março, Brasília (DF)

Na véspera da posse presidencial, Tancredo Neves é internado às pressas no Hospital de Base do Distrito Federal, após agravamento de seu quadro de saúde. A internação impede sua posse no dia seguinte e desencadeia uma crise sucessória.

15 de março, Brasília (DF)

José Sarney, vice-presidente eleito, toma posse como presidente em exercício. Sua posse marca a passagem formal do poder a um governo civil.

21 de abril, São Paulo (SP)

Tancredo Neves morre sem tomar posse. Sarney deixa a condição de presidente em exercício e torna-se presidente da República. O desfecho reforça a ambiguidade da transição: a Nova República nascia de uma combinação entre mobilização popular, negociação de elites e solução institucional indireta.

Quadro A1

Síntese das mobilizações pelas Diretas Já por unidade da Federação

Unidade da Federação	Principal ato, data e local	Público estimado	Atores protagonistas	Observações
NORDESTE				
Alagoas	Maceió, praia da Pajuçara, 29 jan. 1984	aproximadamente 30 mil	Ulysses Guimarães; PCdoB e PCB	Passeata anterior (25 jan.) com cerca de 400 pessoas; presença destacada dos partidos comunistas.
Bahia	Salvador, 20 jan. 1984 (capital; local provável: praça Tomé de Souza); Feira de Santana, 30 mar. 1984 (maior ato do interior)	Salvador: aproximadamente 15 mil (FPA). Feira de Santana: não inferior a 14 mil (informe SSP/BA)	Salvador: Ulysses Guimarães, Tancredo Neves, Caetano Veloso; PCdoB, PCB, AJS (cômiço do PMDB). Feira de Santana: Ulysses Guimarães, Orestes Quêrcia, Miguel Arraes, Waldir Pires, Teotônio Vilela Filho, Mário Kertész, Colbert Martins, Virgildásio Sena, entre outros; artistas como Fafá de Belém, João do Vale, Edil Pacheco e Maurício Tapajós	Mobilização interiorizada. Além da capital, atos em Juazeiro (19 fev., aproximadamente 2 mil, praça 28 de Setembro; discursos de Haroldo Lima e Moanilton Mesquita Lopes; presença de Waldir Pires e Mansueto de Lavor), Ilhéus, Vitória da Conquista e Itapetinga (mar.) e Feira de Santana (30 mar.). Estimativa alternativa de 50 mil para Salvador não confirmada em fonte de imprensa e não adotada. As cifras de Salvador (FPA) e Feira (SSP/BA) provêm de fontes de imprensa retrospectiva e de informação, com enquadramento próprio.
Ceará	Fortaleza, praça José de Alencar, 28 jan. 1984	aproximadamente 30 mil	Ulysses Guimarães, Franco Montoro, Tancredo Neves, Lula; Belchior	Plebiscito simbólico com urnas em quatro praças (Ferreira, Estação, José de Alencar, Coração de Jesus); vigília cívica em 25 abr.
Maranhão	São Luís, 14 fev. 1984	aproximadamente 15 mil (FPA)	Presidentes nacionais do PDT, PMDB e PT (nominata não especificada na fonte); Comitê Maranhense Pró-Diretas; PCB, PCdoB	Cômiço tardio e único de grande porte, precedido por atos menores em jan. (passeata em 26 jan.; lançamento do Comitê em 27 jan.). Sem confirmação independente da cronologia da Fundação Perseu Abramo.
Paraíba	João Pessoa, parque Sólon de Lucena, 26 jan. 1984; Campina Grande, parque do Açude Novo, 25 mar. 1984	João Pessoa: 10-20 mil. Campina Grande: aproximadamente 10 mil	Ulysses Guimarães, Lula, Miguel Arraes, Franco Montoro, Celso Furtado, Ronaldo Cunha Lima	Comitê Teotônio Vilela suprapartidário; movimento feminista organizado.

Unidade da Federação	Principal ato, data e local	Público estimado	Atores protagonistas	Observações
Pernambuco	Recife, largo de Santo Amaro, 5 abr. 1984 (culminância); Olinda, largo do Amparo, 27 jan. 1984 (nacionalização do palanque)	Recife (5 abr.): 50-80 mil. Olinda (27 jan.): 15-30 mil conforme a fonte (7 mil no Dops)	Recife: Ulysses Guimarães, Miguel Arraes, Jarbas Vasconcelos, Cristina Tavares, José Richa, Celso Furtado; Alceu Valença, Fafá de Belém. Olinda: Lula, Ulysses, Arraes, Montoro, Marcos Freire	Ato precursor no país: Abreu e Lima, 31 mar. 1983. Showmício de Olinda, 5 jan. (mosteiro de São Bento, 15 mil). Série quase ininterrupta de pequenos atos entre dez. 1983 e abr. 1984, sustentada por PCdoB, MR-8, PCB e AJS articulados a PMDB, PT, movimento estudantil e entidades. Interiorização: Abreu e Lima, Caruaru, Cabrobó, Cabo, Garanhuns e Petrolina.
Piauí	Teresina, praça Marquês de Paranaguá, 13 fev. 1984	mais de 20 mil	Comitê Estadual Pró-Diretas; OAB-PI (Reginaldo Furtado), Sindicato dos Jornalistas	Centro Popular de Mulheres distribuiu cerca de 30 mil panfletos para a passeata de 24 abr. Prisões de militantes do PCdoB após a votação.
Rio Grande do Norte	Natal, praça Gentil Ferreira, 6 abr. 1984	50-60 mil	Ulysses Guimarães, Tancredo Neves, Fafá de Belém, Fagner, Chico Buarque, Aluizio Alves, Raul Cortez	Maior ato político da história do RN; fontes escassas sobre os demais eventos.
Sergipe	Aracaju, praça Fausto Cardoso, 26 fev. 1984	10-20 mil	Ulysses Guimarães, Lula, Agnaldo Timóteo, Beth Mendes, Freitas Nobre	Placar das Diretas inaugurado em 6 abr.; participação da CNBB local.
NORTE				
Acre	Rio Branco, Esplanada do Palácio do Governo, 19 fev. 1984	aproximadamente 2 mil no início; aproximadamente 250 ao final (informe do SNI)	Comitê Pró-Diretas do Acre; PCdoB, PMDB, PT	Segundo o informe do SNI, mobilização modesta e público decrescente; a caracterização da população como "indiferente" é categoria do próprio informe dos espíões. Atos subsequentes com participação reduzida.
Amapá (território federal)	Macapá, 15 fev. 1984	aproximadamente 10 mil (cerca de 10% da população de Macapá)	Comitê local	Dado mais expressivo em termos proporcionais, mas fontes primárias escassas.
Amazonas	Manaus, praça do Congresso, 18 fev. 1984	aproximadamente 2 mil, segundo informe (ante aproximadamente 20 mil esperados pela organização)	PMDB, PCdoB, PCB, CUT, OAB/AM; governo Gilberto Mestrinho	Baixa adesão, segundo a fonte de vigilância. Espectadores teriam classificado o ato como "coisa de comunistas", juízo registrado pelo informe do SNI. Caminhada das Mulheres em 8 mar.
Pará	Belém, avenida 19 de Dezembro, 16 fev. 1984	15-20 mil	Ulysses Guimarães, Tancredo Neves, Lula, Doutel de Andrade; governador Jader Barbalho	Fafá de Belém como símbolo nacional do movimento.

Unidade da Federação	Principal ato, data e local	Público estimado	Atores protagonistas	Observações
Rondônia	Porto Velho, praça da Igreja da Sagrada Família, 25 mar. 1984	aproximadamente 2 mil (informe do SNI); aproximadamente 5 mil (tese)	Ulysses Guimarães, Mário Juruna, Doutel de Andrade; lideranças do PMDB e do PDT	Passeata de carros (11 mar.) com apenas três veículos. Comitês também em Ji-Paraná e Ariquemes.
Roraima (território federal)	Boa Vista, 18 abr. 1984	aproximadamente 1.400	Comitê Teotônio Vilela; PDT, PMDB	Apenas dois eventos documentados no território.
CENTRO-OESTE				
Goiás	Goiânia, praça Pedro Ludovico, 12 abr. 1984	mais de 400 mil	Lideranças do PMDB; imprensa local	Sede do primeiro comício nacional organizado (15 jun. 1983, aproximadamente 10 mil). Caravana dos caminheiros até Brasília (fev. 1984).
Mato Grosso	Cuiabá, 20 fev. 1984	aproximadamente 15 mil	Ulysses Guimarães, Lula, Dante de Oliveira, Christiane Torloni, Ruth Escobar	Estado do autor da emenda. Prisão de ativista coletando assinaturas em jan. 1984.
Mato Grosso do Sul	Campo Grande, 24 mar. 1984	20-40 mil (varia conforme a fonte)	Fafá de Belém, Belchior, Almir Sater, Ruth Escobar, Christiane Torloni	200 ônibus mobilizados nos bairros. Comitê da Mulher ativo na divulgação.
SUDESTE				
Espirito Santo	Vitória, praça Oito de Setembro, 18 abr. 1984 (comício de massa); Vitória, 21 jan. 1984	18 abr.: 60 mil (A Gazeta). 21 jan.: 10 mil (FPA)	Gerson Camata e Lula (oradores mais aplaudidos, 18 abr.); artistas Beth Carvalho, Leci Brandão, Jece Valadão	Duas escalas coexistentes: atos pequenos e plebiscitos simbólicos (Vitória e Vila Velha, dez. 1983/jan. 1984; vigília de aproximadamente 100 pessoas em 25 abr.) e comício monumental de 18 abr., com mais de oito horas de programação.
Minas Gerais	Belo Horizonte, praça Rio Branco / avenida Afonso Pena, 24 fev. 1984	aproximadamente 400 mil	Tancredo Neves, Ulysses Guimarães, Leonel Brizola, Franco Montoro, Lula	Estado natal de Tancredo. Mobilização capilarizada no interior (Juiz de Fora, Poços de Caldas, Uberlândia, entre outras).
Rio de Janeiro	Rio de Janeiro, Candelária, 10 abr. 1984	800 mil a 1 milhão	Sobral Pinto, Tancredo Neves, Franco Montoro, Ulysses Guimarães, Leonel Brizola, Darcy Ribeiro	Omissão do <i>Jornal Nacional</i> tornou-se fato político. Tema das Diretas no vestibular da Cesgranrio.
São Paulo	São Paulo, Vale do Anhangabaú, 16 abr. 1984	aproximadamente 1,5 milhão	Milton Nascimento, Beth Carvalho, Martinho da Vila; governadores e líderes partidários	Maior ato político da história brasileira até então. Praça da Sé (25 jan.): aproximadamente 180 a 300 mil pessoas.

Unidade da Federação	Principal ato, data e local	Público estimado	Atores protagonistas	Observações
SUL				
Paraná	Curitiba, Boca Maldita, 12 jan. 1984; Curitiba, Boca Maldita, 25 jun. 1984	aproximadamente 50 mil (jan.); 25 mil segundo estimativas (jun.)	Tancredo, Montoro, Richa, Ulysses (jan.); Montoro, Richa, Brizola, Íris Rezende, Wilson Martins, Lula (jun.)	Balizou cronologicamente a campanha nacional: abertura do ciclo dos grandes comícios (jan.) e sua inflexão para a disputa no Colégio Eleitoral (jun.).
Santa Catarina	Florianópolis, praça XV de Novembro, 29 mar. 1984 (maior ato); Balneário Camboriú, 14 jan. 1984	Florianópolis: aproximadamente 10 mil (O Estado; 20 mil em listagens nacionais). Balneário Camboriú: aproximadamente 5 mil	Florianópolis: Ulysses Guimarães, Lula, Doutel de Andrade. Balneário Camboriú: Tancredo, Íris Rezende, Richa, Ulysses, Martinho da Vila, Fafá de Belém	Balneário Camboriú abrigou o I Encontro de Âmbito Estadual (14 jan.), com caravanas de vários estados. Florianópolis concentrou o maior comício estadual (29 mar.) e o enterro simbólico de deputados (mai. 1984).
Rio Grande do Sul	Porto Alegre, praça Montevideu (Largo da Prefeitura), 13 abr. 1984 (maior ato); Porto Alegre, centro (esquina Borges de Medeiros com Andradás), 13 jan. 1984 (lançamento estadual)	13 abr.: mais de 200 mil (Leonelli e Oliveira, 2004; contagem de José Fogaça; Zero Hora). 13 jan.: aproximadamente 5 mil (4 mil no informe do SNI)	José Fogaça (coordenador estadual), Pedro Simon, Alceu Collares, Olívio Dutra; Ulysses Guimarães e Tancredo Neves (13 jan.); governador Jair Soares (PDS), que liberou o funcionalismo estadual para o ato de 13 abr.; artistas Raul Cortez, Ruth Escobar, Martinho da Vila, Kleiton e Kledir	Precedente: Dia Nacional do Protesto em Porto Alegre (21 jul. 1983, aproximadamente 10 mil, marcha ao Palácio Piratini, com coluna de trabalhadores metalúrgicos de Canoas liderados por Paulo Paim, então dirigente sindical). Interiorização da campanha e presença no litoral. Passeata do mês da derrota (25 maio) com enterro simbólico de parlamentares responsabilizados pela derrota.

Fontes: Arquivo do SNI (Sian/Arquivo Nacional); informes da Secretaria de Segurança Pública da Bahia; Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional; acervos do CPDOC/FGV e do Instituto Moreira Salles; cronologia da Fundação Perseu Abramo (FPA). Estimativas de público variam conforme a fonte; registra-se a amplitude quando há divergência significativa. Informes de inteligência e de polícia política são documentos situados, com viés de vigilância: suas cifras e juízos de adesão figuram aqui como registro da fonte, não como medida neutra do fenômeno. Estimativas provenientes apenas da cronologia da Fundação Perseu Abramo (caso de Vitória, Salvador e São Luís) foram mantidas como registro, sem confirmação independente. Onde houve divergência entre a FPA e a imprensa local contemporânea, adotou-se a cifra desta última (caso de Florianópolis). Registro secundário indica um primeiro comício no sul da Bahia em Uruguá (22 jan. 1984), sem público nem oradores localizados; mantido apenas como menção, à margem da série documentada. Amapá e Roraima eram territórios federais em 1984. A ausência de entrada para o Distrito Federal e para as demais unidades da Federação reflete o estado da documentação disponível, não a inexistência de mobilização.

Notas metodológicas

Procedimentos da pesquisa e a natureza da documentação

A pesquisa que deu origem a este livro foi conduzida entre setembro e outubro de 2024 por duas equipes regionais com atribuições distintas.

A primeira, composta pelas pesquisadoras Cibele Alexandre Uchoa (Universidade de Fortaleza) e Willaine Araújo Silva (Universidade Católica de Pernambuco), sob coordenação do professor João Paulo Allain Teixeira (Universidade Federal e Universidade Católica de Pernambuco), respondeu pelo levantamento nas regiões Norte e Nordeste. Coube a Cibele Alexandre Uchoa os estados do Acre, Amazonas, Rondônia, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Piauí; a Willaine Araújo Silva, Roraima, Amapá, Pará, Maranhão, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia. O levantamento das regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul ficou a cargo de Angela Moreira, que coordenou toda a parte de coleta empírica, organizou sistematicamente as informações estado por estado e foi a responsável pelo cruzamento de informações entre diferentes conjuntos arquivísticos.

As fontes consultadas são de quatro tipos.

O arquivo do SNI, acessado via Sistema de Informações do Arquivo Nacional (Sian), constituiu a base documental mais densa do livro. Criado em 1964 com a atribuição legal de “superintender e coordenar, em todo o território nacional, as atividades de informação e contrainformação”, o SNI produziu, como subproduto de sua função repressiva, registros meticulosos sobre o preparo do movimento pelas

Diretas Já em capitais e no interior: estimativas de público, nomes de participantes, textos de faixas e cartazes, íntegras de discursos, endereços precisos de praças e avenidas onde os atos foram realizados etc. A lógica de vigilância resultou, paradoxalmente, numa das documentações mais detalhadas sobre o movimento das Diretas Já disponíveis em arquivo público.

A centralidade desse tipo de documento na economia do livro não significa adesão ao ponto de vista da fonte. Os registros do SNI foram produzidos por um aparato estatal de vigilância, controle e repressão com um viés claro. Sua utilidade decorre de outro atributo, de sua *capilaridade burocrática*: o órgão acompanhava reuniões, comícios, passeatas, vigílias, anotava e transcrevia discursos, recolhia panfletos e seguia militantes. E, exatamente por isso, a documentação deve ser lida a contrapelo, contra o seu próprio viés institucional. O SNI registrava os fatos a partir de uma gramática da suspeição, classificando os atores segundo suas categorias de segurança interna. Por vezes, superestimava a centralidade de organizações comunistas ou “subversivas” e tendia a interpretar conflitos e reivindicações como meras ameaças à ordem interna. Por essa razão, seus informes foram utilizados para identificar eventos, datas, lugares, atores, repertórios e vocabulários políticos, mas suas interpretações, classificações e juízos foram tratados como indícios da lógica do Estado ditatorial, não como descrições fiéis do movimento das Diretas.

O segundo conjunto de fontes é composto por periódicos, acessados principalmente pela Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Os jornais locais foram especialmente relevantes para os estados da periferia do sistema midiático nacional, onde a imprensa regional registrou eventos que a grande imprensa do Sudeste simplesmente ignorou. Além das coberturas de comícios, esses periódicos documentaram a invenção e circulação do vocabulário das Diretas Já no cotidiano, seja na publicidade, em cartas de leitores, colunas de opinião, seja em charges de humor, permitindo reconstituir a penetração do movimento em ambientes não convencionalmente politizados.

O terceiro conjunto reúne documentação iconográfica e audiovisual: fotografias, panfletos, cartazes e materiais de campanha, acessados sobretudo no acervo do Instituto Moreira Salles.

O quarto conjunto abrange arquivos pessoais de políticos e ativistas e os fundos do Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas (FGV CPDOC/FGV),¹²⁶ que oferecem perspectivas complementares sobre a organização interna do movimento e sobre a atuação das lideranças partidárias centrais.

O material coletado foi sistematizado por conjunto documental e arquivístico, produzindo uma cronologia extensa da organização e realização das ações em praticamente cada unidade da Federação envolvendo mobilizações, comícios, passeatas, vigílias e todo tipo de atos, simbólicos e concretos. Essa base documental é a que sustenta o argumento central do livro: o de que o movimento pelas Diretas Já teve um alcance geográfico que a literatura, concentrada nos grandes atos do Sudeste, ainda não havia nem cartografado, nem analisado sistematicamente.

História política e ciência política: o estatuto da demonstração

Este é, no essencial, um livro de história política que recorre a conceitos da ciência política. Noções como *transição pela transação*, *enclaves autoritários*, *veto players* e *repertórios de ação coletiva* provêm de tradições teóricas já consolidadas nos estudos de democratização, regimes autoritários e movimentos sociais. Reunir documentação histórica e o vocabulário analítico da ciência política tem uma consequência que convém explicitar. As duas áreas entendem por demonstração coisas distintas, e um trabalho que transita entre elas precisa dizer qual regra de prova de fato pratica. É isso que esta nota faz. Ela fixa o padrão de evidência que governa as afirmações do livro e mostra até onde as fontes reunidas autorizam ir, separando o que elas permitem descrever daquilo que não permitem explicar.

A diferença entre essas duas disciplinas não se reduz ao vocabulário nem ao tipo de fonte. Historiadores e politólogos podem sim trabalhar com os mesmos documentos, sejam jornais diários, arquivos pessoais, informes oficiais, fotografias, registros parlamentares etc. A disputa decisiva está no tipo de inferência que cada operação pretende produzir. A história política reconstitui, a partir de vestígios documentais, o que ocorreu, em que sequência e sob quais condições, preservando a *singularidade contextual* do caso estudado. A ciência política, por sua vez, quando busca explicações causais através de estudos comparados, pergunta que *mecanismo* produz determinado resultado e filia o caso a uma classe mais ampla de fenômenos, como transições pactuadas, liberalização autoritária, competição intraelites, mobilização de massas ou capacidade de movimentos sociais. A fronteira não é rígida e abordagens como o institucionalismo histórico e o *process tracing* também trabalham com documentos e sequência temporal, embora submetam a narrativa a uma arquitetura causal previamente controlada. O que importa aqui é a relação estabelecida entre documentação, inferência e generalização.

Neste livro, uma afirmação se sustenta quando uma ou mais fontes documentam que determinado fato político ocorreu. Para registrar um comício de cerca de 30 mil pessoas em Fortaleza, em 28 de janeiro de 1984, é preciso apresentar um vestígio que atesta o evento, seja um informe do SNI, uma reportagem, uma fotografia ou um depoimento, e submetê-lo à crítica das fontes, avaliando quem o produziu, com que finalidade e sob quais vieses. O tipo de prova é documental, e o alcance da afirmação não deve exceder o alcance do evento documentado. Apenas isso.

Já um estudo de ciência política sobre as Diretas Já procederia de outro modo. Organizaria os estados em uma *matriz comparativa*, mediria a intensidade da mobilização social em cada um deles e verificaria com quais fatores essa intensidade variou (presença ou não de governador de oposição, densidade sindical, força política do movimento estudantil ou grau de urbanização) partindo de algumas

hipóteses formuladas previamente e confrontadas com explicações rivais.

Este livro não realiza teste de hipóteses típicos. Hipóteses poderiam ser enunciadas tanto em termos muito gerais (“quanto maior a intensidade da mobilização social, maior a probabilidade de uma transição de regime mais próxima da ruptura política”) quanto em termos específicos (por exemplo: “a eleição de governadores de oposição em certos estados elevou a intensidade da mobilização ao oferecer abrigo institucional e reduzir o custo local da repressão”; ou “a densidade organizativa prévia da sociedade civil nos estados tendeu a favorecer campanhas democráticas mais intensas e contínuas”). A contribuição principal do livro e da grande pesquisa empírica que está na sua origem é ter feito o registro documentado da extensão territorial da campanha, isto é, a reconstituição de *onde, quando, como e por quem* a mobilização das Diretas foi organizada, inclusive em estados que a narrativa historiográfica consagrada deixou em segundo plano. Os conceitos de ciência política aqui mobilizados iluminam a documentação e situam os acontecimentos em debates mais amplos, mas não organizam a pesquisa como uma comparação sistemática entre casos estaduais a fim de pôr à prova uma teoria.

Dois recursos presentes no livro fazem mais do que organizar a leitura do material e podem, por isso, ser confundidos com uma “prova comparativa”. Convém esclarecer o que cada um efetivamente demonstra e como eles estão, metodológica e empiricamente, ligados a essa discussão.

A matriz da Conclusão (figura 4) cruza duas dimensões: a intensidade da mobilização social e a quantidade de heranças autoritárias que sobreviveram no regime saído da transição. Cruzar duas dimensões desse modo produz uma tabela de tipos possíveis, uma classificação, e não uma medida de causa e efeito. É o que Lazarsfeld chamou de *espaço de propriedades*.¹²⁷ Cada quadrante da matriz descreve uma combinação imaginável. No canto onde há muita mobilização e poucas heranças autoritárias fica a *ruptura democrática*, uma transição que

abole as estruturas do regime anterior. No canto de muita mobilização social e muitas heranças fica a *abertura controlada*, em que a sociedade se mobiliza intensamente e, ainda assim, o regime preserva boa parte dos dispositivos autoritários. Ao situar o Brasil na figura, vê-se em qual desses tipos ele se enquadra e a que distância fica da ruptura democratizante. Isso descreve, portanto, a posição do caso brasileiro nesse espaço de propriedades políticas, mas não prova que o tamanho da mobilização pública tenha produzido esse desfecho, afirmação que exigiria comparar casos semelhantes mantendo constantes os demais fatores. A figura lida apenas com possibilidades lógicas derivadas das múltiplas combinações (alto/alto, baixo/baixo, baixo/alto, alto/baixo). A seta na figura que representa o controle militar da transição mede exatamente a distância, isto é, o quanto o desfecho brasileiro ficou aquém da ruptura com as instituições do regime ditatorial. Ela não estima quanto uma coisa teria causado a outra, portanto.

O segundo recurso é o raciocínio contrafactual feito sobre a votação de abril de 1984. Contrafactual quer dizer que se imagina um curso alternativo dos fatos, contrário ao que de fato aconteceu, para avaliar o peso de uma causa. Na Conclusão, a pergunta é: “se a bancada governista não tivesse se ausentado, e a emenda tivesse sido aprovada, a eleição de 1985 teria produzido um presidente com mandato popular, fora do acordo entre elites?”. Esse tipo de raciocínio trabalha com um caso só, a votação daquele dia, daquele mês, daquele ano, e não com muitos casos comparados entre si. O que se faz é levantar a explicação rival mais forte, aquela que credita a derrota à mesma correlação de forças que controlava o Colégio Eleitoral e à disciplina da base governista, que se ausentou da votação na Câmara, e mostrar que ela não dá conta de tudo. Isso enfraquece a explicação rival, embora não a elimine, porque um único caso não permite o mesmo grau de certeza que se obteria comparando muitas votações semelhantes em contextos distintos.

A matriz de desfechos políticos possíveis e o contrafactual de abril são, portanto, *instrumentos heurísticos* que servem para organizar e

localizar o argumento, para ajudar a pensar e a situar o caso brasileiro, e não para provar uma relação de determinação.

A variação da intensidade da mobilização entre os estados mostra bem onde está esse limite. A campanha foi muito mais forte em alguns estados do que em outros. Em São Paulo e no Rio de Janeiro, houve comícios de centenas de milhares de pessoas e em estados das regiões Norte e Centro-Oeste a mobilização foi menor. O livro mapeia essa diferença estado por estado e a interpreta *caso a caso*. O que ele não faz, absolutamente, é demonstrar, por comparação controlada entre os casos, que fatores, tomados isoladamente, causaram a diferença. Comparação controlada significa examinar os estados mantendo constantes os demais fatores, de modo a isolar o efeito de um deles, por exemplo, o de haver ou não um governador de oposição. Esse procedimento exigiria um desenho de pesquisa que o livro não adota.

Um exemplo concreto ajuda a ver por que a cautela é necessária. Uma interpretação plausível sugere que, em áreas periféricas do país, a campanha das Diretas Já se apoiou na presença das organizações clandestinas de esquerda, sobretudo o PCdoB e o PCB. O material reunido dá força a essa leitura. Em vários estados, foram essas organizações, mais do que os grandes partidos legais como o PMDB, que sustentaram o trabalho cotidiano da campanha entre um grande comício e outro.

O problema em transformar essa interpretação plausível em explicação comprovada não é apenas a falta de comparação sistemática entre os estados. Ele é anterior e mais básico, e diz respeito à medida, isto é, à forma como se mede aquilo que se quer explicar. As duas coisas que se deseja relacionar, o volume de atividades da campanha e a presença organizada dos partidos de esquerda, vêm em geral da mesma fonte, os informes do SNI. O SNI era o serviço de informações e vigilância política da ditadura, e seus agentes registravam com muitos detalhes o que conseguiam vigiar. Onde a vigilância foi mais intensa, há mais atos de campanha e mais indícios de atuação partidária. Isso cria uma armadilha. Não há como saber se, num dado

estado, havia de fato mais militância organizada, ou se havia apenas mais vigilância produzindo mais registros. A correlação entre campanha ativa e presença partidária pode ser, em parte, um efeito da fonte, e não um retrato fiel da realidade. Em linguagem de método, essa distorção introduzida pelo instrumento de registro chama-se “artefato da fonte”.

Para testar a relação de verdade seria preciso medir a implantação dos partidos por um caminho independente da campanha de 1984, por exemplo, o número de filiados, a quantidade de diretórios instalados ou a data de fundação dos comitês em cada estado, dados que não dependessem dos mesmos informes. Reunir mais casos, sozinho, não resolveria o problema, porque a distorção está na medida, e não no número de estados examinados. A interpretação continua histórica e plausível. Ela não alcança, com as fontes de que dispomos, o estatuto de uma explicação causal demonstrada.

O material aqui reunido pode, por isso, servir de base para outra investigação. Um estudo comparado transformaria o mapeamento estado a estado em banco de dados, tomaria a intensidade da mobilização como *variável dependente* e a associaria a fatores medidos independentemente do repertório, entre eles, por exemplo, o envolvimento da elite política local, a densidade sindical, a implantação partidária aferida por filiação ou número de comitês e o grau de urbanização. Esse estudo responderia a perguntas distintas das que orientaram este livro e adotaria outro método de demonstração. Antes de explicar por que a mobilização foi mais intensa em alguns estados, foi necessário estabelecer onde a campanha chegou, que formas assumiu e que evidências sustentam a reconstrução dos acontecimentos. Este livro pertence predominantemente a essa primeira família, e recorre a instrumentos comparativos apenas como heurística interpretativa.

Posfácio

A vantagem de um posfácio em relação ao prefácio está no fato de que a leitura já aconteceu. Ao final desta rememoração eletrizante, todos sabem ou lembram o quanto a saga representada pelo movimento Diretas Já retrata um Brasil que saía das trevas para a luz democrática. Uma luz que, décadas mais tarde, ainda não podemos considerar como opção definitiva do Brasil.

Este livro já começa bem, com dois carimbos de elevada credibilidade. Um deles é o prefácio de Dulce Pandolfi, mulher que simboliza como ninguém a garra da resistência contra a ditadura e, hoje, uma grande historiadora. Outro timbre de autoridade é o selo do Instituto Declatra.

A pesquisa conduzida pela historiadora Angela Moreira e pelo cientista político Adriano Codato levada com afincos e rigor ofereceu ao Brasil uma leitura inédita: a saga das Diretas não se limitou à Boca Maldita, à Candelária e ao Anhangabaú, com os números gigantescos das multidões em marcha, que a imprensa da época estampava.

A campanha se capilarizou, espalhando-se pelo Brasil mais profundo, dos grotões, o país dos territórios, do chão diário das jornadas estafantes de trabalho. Palco também das celebrações culturais da alegria na diversidade, ali onde uma nação realmente acontece, como sempre ensinou Milton Santos.

Quando nossa posição foi derrotada em 25 de abril de 1984, Tancredo já trabalhava com as elites econômicas e com os chefes militares para a viabilização de sua vitória no Colégio Eleitoral em 15 de janeiro do ano seguinte. Não escondeu isso quando foi procurado

por dirigentes petistas com a proposta de insistirmos nas Diretas Já através da Emenda Teodoro Mendes. Confessou que achava muito oportuno manter esse movimento, porque ajudaria seu esforço para quebrar resistências que vinha encontrando em sua costura rumo ao Colégio Eleitoral. Ou seja: quanto mais povo nas ruas, mais chances para se dobrarem os segmentos à direita, que tinham pavor das diretas.

Hoje, as lideranças partidárias que discursaram sob a batuta de Osmar Santos já partiram, em grande parte. Outras seguem avançando por distintas trilhas que buscam a democracia. Outras ainda, tornaram-se bolsonaristas. A grande questão a decifrar na contemporaneidade é a fragilização do vigor democrático que unificou posições e forças tão diferentes naquele momento.

A busca de respostas para isso equivale à ameaça tirânica sempre repetida pela esfinge de Tebas: decifra-me ou devoro-te. A releitura de algumas passagens deste livro pode ser útil nessa busca, refletindo sobre os diferentes momentos da saga e sobre os anos posteriores. Sem aquela mobilização histórica, é seguro dizer que o Brasil não teria trilhado avanços institucionais notáveis, como os garantidos na Constituição de 1988.

Aproveito a chance de terminar puxando a brasa para a afirmação dos direitos humanos, pela ligação indissolúvel que a ideia democrática mantém com eles. Aquelas multidões mobilizadas em 1983 e 1984 pouco sabiam que seu protesto exigia o respeito ao artigo 21 da Declaração Universal, de 1948, que afirma com todas as letras: “A vontade do povo é o fundamento da autoridade dos poderes públicos e deve exprimir-se através de eleições honestas e realizadas periodicamente, por sufrágio universal e igual, com voto secreto ou segundo processo equivalente que salvaguarde a liberdade do povo”.

Paulo Vannuchi

Jornalista, membro fundador da Comissão Arns,
integrante do Comitê sobre Desaparecimentos Forçados
da ONU, ex-ministro da Secretaria de Direitos Humanos

Notas

1. AS DIRETAS JÁ NO CONTEXTO DA TRANSIÇÃO POLÍTICA

1. Linz e Stepan (1996); Huntington (1991); O'Donnell e Schmitter (1986, v. 4).
2. A expressão “democracia relativa” não consta do vocabulário programático com que Geisel inaugurou seu governo. O discurso de posse, em 15 de março de 1974, formulava o objetivo como “aperfeiçoamento democrático” dentro de um processo “lento, gradual e seguro”, tópica que se repetiria nos meses seguintes. A locução “democracia relativa” aparece apenas em maio de 1977, em entrevistas concedidas a jornalistas franceses, um mês após o fechamento do Congresso e a decretação do Pacote de Abril: “Todas as coisas no mundo, exceto Deus, são relativas. Então, a democracia que se pratica no Brasil não pode ser a mesma que se pratica nos Estados Unidos da América, na França ou na Grã-Bretanha”. Na semana seguinte, à Antenne 2, Geisel reiterou: “O Brasil vive um sistema democrático dentro de sua relatividade”. Trata-se, portanto, de justificativa produzida *ex post*, para audiência estrangeira, no momento de maior retração autoritária do próprio governo (e não de conceito que orientava o projeto desde sua origem).

2. ORGANIZAÇÃO, REPERTÓRIO E ESCALA DO MOVIMENTO

3. Sobre a oposição parlamentar como origem da demanda por diretas, ver Kinzo (1988).
4. Sobre a apresentação e a tramitação da emenda, ver Leonelli e Oliveira (2004).
5. Institucionalização é distinta de “densidade organizativa”, que mede o volume de coordenação, recursos e aparato requerido para montar o ato. As duas dimensões são independentes como se pode ver nessa invenção, o showmício: ele é uma forma de ação política de baixa institucionalização sustentada por

densidade organizativa elevada. A matriz cruza apenas institucionalização e presença de massas; a densidade organizativa é retomada adiante como plano de leitura sobre a tipologia, não como um eixo da tipologia.

6. Para a forma comício, a presença opera com um corte de magnitude absoluta. Considero “grande comício” o ato com público estimado igual ou superior a 50 mil pessoas e pequeno comício o que fica abaixo desse patamar. Por medir magnitude em vez de proporção, ele deixa fora mobilizações proporcionalmente altas em cidades pequenas, como os cerca de 10 mil participantes de Macapá, que o capítulo 3 discute à parte. Para as formas menos institucionalizadas, como passeatas, vigílias cívicas e show-mícios, a posição no eixo acompanha a mobilização típica dessas formas de mobilização em vez da contagem pontual, já que esses atos raramente alcançam um patamar de massa mesmo quando são o principal recurso local. O cruzamento das duas dimensões define quatro tipos de manifestação política do período. A classificação de um ato como *showmício* obedece a um critério preciso. São comícios em que o show musical foi o elemento organizador do ato. Quando músicos participaram de grandes comícios já estruturados, a música entra como componente do evento e a forma permanece a de comício.
7. Supor que o tipo de ato predominante revela a densidade organizativa, ou seja, o tamanho da estrutura por trás dele, é uma hipótese razoável, não um fato comprovado. O risco é raciocinar em círculo, medindo a organização pelo próprio ato que ela deveria explicar. A seção 4.2 e as Notas metodológicas discutem esse limite e o estudo, diferente deste, que poderia testá-lo.
8. Ver “Em Curitiba...” (1984, p. 1). A autoria da fotografia é de Ivan Bueno, diretor de Fotografia, Cinema e Vídeo do Palácio Iguaçu na gestão de José Richa, que a produziu do alto do edifício Tijucas. Segundo Bueno, a tomada foi feita por volta das 17h quando a multidão ainda chegava à rua XV. Depoimento escrito concedido a Kelen Vanzin em 14 de julho de 2026, acervo de pesquisa dos autores.
9. Para a narrativa da campanha e a sequência dos grandes comícios de 1984, ver Rodrigues (2003).
10. Texto da PEC nº 5, de 1983, publicado no *Diário do Congresso Nacional*, n. 028, p. 468, de 19 de abril de 1983. A redação proposta pela PEC nº 5 substituiu o *caput* do art. 74 da Emenda Constitucional nº 1, de 1969, que estabelecia: “O Presidente e o Vice-presidente da República serão eleitos simultaneamente, em todo o País, por sufrágio de um Colégio Eleitoral, em sessão pública e mediante votação nominal”. A proposta de Dante de

Oliveira suprimia a referência ao Colégio Eleitoral e restabelecia o sufrágio universal e direto para os dois cargos.

11. Resultado registrado no *Diário do Congresso Nacional*, Seção I, referente à sessão de 25 de abril de 1984 (publicado em 26 de abril de 1984); ver também Leonelli e Oliveira (2004).
12. Pesquisas de opinião realizadas em 1984 confirmavam o apoio amplamente majoritário às eleições diretas. Levantamento nacional do Gallup, divulgado em janeiro, registrou 81% de adesão, e nas pesquisas mensais do instituto o percentual oscilou entre 78% e 81%. Em abril, pesquisa com 1.012 entrevistados apontou 84% de apoio na Grande São Paulo e 80% no Grande Rio. Em Recife, o Ibope registrou 91,2%. Diversas retrospectivas atribuem ainda ao Ibope um levantamento nacional com 84% de apoio à Emenda Dante de Oliveira, mas não informam sua ficha técnica, razão pela qual o dado deve ser usado com reserva. Ver: “Nove...” (1984); “Na Sé...” (1984, p. 12-19); “Gallup...” (1984, p. 6); “Gallup revela...” (1984, p. 4); Fundação Perseu Abramo (2011); Câmara dos Deputados (2026).
13. Ver Giugni (1998) e Amenta et al. (2010), para a literatura sobre resultados de movimentos sociais. A conversão de presença física em magnitude contável, voltada para a votação no Legislativo, aproxima-se do “modelo de mediação política” de Amenta (2006), para quem o efeito de um movimento sobre decisões estatais depende de como sua ação é traduzida no cálculo dos atores institucionais.

3. AS DIRETAS JÁ NOS ESTADOS: ATORES, CAPILARIDADE E INTENSIDADE

14. A compilação e a sistematização do material empírico deste capítulo são de Angela Moreira. A pesquisa de campo que lhe deu origem, distribuída por região, está creditada na abertura do livro e na Nota metodológica.
15. Arquivo FGV CPDOC. *DHBB*. Verbete de Teotônio Vilela: www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/teotonio-brandao-vilela. Acesso em: 12 maio 2026. Ele foi vice-governador de Alagoas de 1961 a 1966. Eleito senador pela Arena em 1966, cumpriu seu primeiro mandato no Senado entre 1967 e 1974. Reeleito em 1974, permaneceu no Senado no mandato de 1975 a 1983. Foi nesse segundo mandato que se afastou progressivamente da Arena, aderiu ao MDB em 1979 e se tornou uma das vozes centrais da luta pela anistia, pela redemocratização e pelas eleições diretas.

16. Arquivo Nacional. Fundo do SNI.
17. Arquivo Nacional. Fundo do SNI.
18. Arquivo Nacional. Fundo do SNI.
19. Arquivo Nacional. Fundo do SNI.
20. Uma estimativa alternativa de 50 mil pessoas no evento, mencionada em levantamento preliminar, não se sustentou em fonte aberta e não é aqui adotada.
21. Sonsol e Castro (2024). Ver também “As Diretas...” (2014).
22. Arquivo Nacional. Arquivo do SNI.
23. Arquivo Nacional. Arquivo do SNI.
24. Arquivo Nacional. Arquivo do SNI.
25. Cavalcanti (2016); Fundação Perseu Abramo (2011). As fontes divergem quanto à data exata do comício de Campina Grande, situando-o em 25 ou em 26 de março de 1984.
26. CBN Recife (2023). O objetivo da comemoração foi reconhecer a relevância da data para as lutas democráticas no Brasil e estimular o desenvolvimento e a consolidação dos valores democráticos entre a população.
27. Lima (2017). O grupo surgiu a partir do Nuvem Verde, um coletivo de teatro, e carregava em sua essência a proposta de questionamento e resistência às formas tradicionais de arte e cultura. Assim como outros movimentos contraculturais que floresceram durante o processo de redemocratização, o Gato Lúdico se apropriava da arte como ferramenta de contestação política, especialmente contra os resquícios da ditadura militar que ainda pesavam sobre o Brasil. Sua performance artística e música experimental criavam um espaço de subversão que, ao mesmo tempo em que criticava as estruturas culturais, alinhava-se com o espírito de luta pelas liberdades democráticas.
28. Arquivo Nacional. Fundo do SNI.
29. Arquivo Nacional. Fundo do SNI.
30. Arquivo Nacional. Fundo do SNI.
31. Arquivo Nacional. Fundo do SNI.
32. Arquivo Nacional. Fundo do SNI.
33. Arquivo Nacional. Fundo do SNI.
34. Arquivo Nacional. Fundo do SNI.
35. Arquivo Nacional. Fundo do SNI.
36. Arquivo Nacional. Fundo do SNI.
37. Arquivo Nacional. Fundo do SNI.
38. Arquivo Nacional. Fundo do SNI.
39. Arquivo Nacional. Fundo do SNI.

40. Arquivo Nacional. Fundo do SNI. AMA ACE 4544/84. Informação nº 25/15/AMA./84. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/III/84004544/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_III_84004544_d0001de0001.pdf. Acesso em: 27 maio 2026.
41. Arquivo Nacional. Fundo do SNI. AMA ACE 4556/84. Informação nº 30/15AMA./84 — 01.02. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/III/84004556/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_III_84004556_d0001de0001.pdf. Acesso em: 28 maio 2026.
42. Arquivo Nacional. Fundo do SNI. AMA ACE 4833/84. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/III/84004833/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_III_84004833_d0001de0001.pdf. Acesso em: 28 maio 2026.
43. Arquivo Nacional. Fundo do SNI. AMA ACE 4696/84. Informação nº 28/19/AMA/84. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/III/84004696/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_III_84004696_d0001de0001.pdf. Acesso em: 28 maio 2026.
44. Arquivo Nacional. Fundo do SNI. AMA ACE 5255/85. RB — Geraldo Reis Fleming. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/brdfanbsbv8/mic/gnc/III/85005255/brdfanbsbv8micgncIII85005255_d0001de0001. Acesso em: 28 maio 2026. O deputado estadual Raimundo Sales Costa participou do mesmo showmício e de comício posterior em Mâncio Lima, em abril, além de evento do PMDB, em agosto, em que foram defendidos o fim do Colégio Eleitoral e a convocação de Assembleia Nacional Constituinte. O monitoramento nominal desses dois parlamentares ilustra como a vigilância do regime operava em escala individual mesmo em estados onde a mobilização de rua permaneceu modesta. Arquivo Nacional. Fundo do SNI. AMA ACE 5369/85. RB — Raimundo Sales Costa. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/III/85005369/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_III_85005369_d0001de0001.pdf.
45. Arquivo Nacional. Fundo do SNI. AMA ACE 4535/84. Informação nº 7/16/AMA/84-01.11.
46. Arquivo Nacional. Fundo do SNI. AMA ACE 4535/84. Informação nº 7/16/AMA/84-01.11.
47. Arquivo Nacional. Fundo do SNI. AMA ACE 4535/84. Informação nº 7/16/AMA/84-01.11.
48. Arquivo Nacional. Fundo do SNI. AMA ACE 7134/87.
49. Arquivo Nacional. Fundo do SNI. AC ACE 43170/84. Informação nº 691S/102-A4-CIE, de 14 de junho de 1984. Trata-se do único informe

- desta seção produzido pelo Centro de Informações do Exército (CIE), e não pela agência regional do SNI no Amazonas. O escalonamento da vigilância militar sobre um ato estudantil, com emissão quase quatro meses após o evento, sugere monitoramento acima da rotina da agência local.
50. Arquivo Nacional. Fundo do SNI. AMA ACE 4635/84. Informação nº 47/15/AMA./84.
 51. Entrevista com o prof. dr. Ricardo José Batista Nogueira, 2016.
 52. A leitura do caso como *descompasso* entre organização e adesão supõe que os indicadores disponíveis, a amplitude da coalizão que integrava o Comitê e o volume de apoio institucional recebido do governo estadual meçam densidade organizativa no sentido de capacidade instalada de mobilização. Não necessariamente o fazem. Um comitê que agrega muitas siglas partidárias e dispõe de transporte cedido pelo Executivo pode combinar amplitude institucional com baixa densidade organizativa de base, caso em que a fraca adesão de público não indicaria descompasso entre organização e resultado, e sim uma organização institucionalmente ampla, porém organizativamente rasa. As duas interpretações são observacionalmente equivalentes com o material aqui reunido, e o caso amazonense é, nesse sentido, o melhor contraexemplo à conjectura, discutida no capítulo 4, que trata o repertório predominante como indício de densidade organizativa. A distinção só se resolveria com indicadores de aparato independentes da própria coalizão e do próprio repertório.
 53. Arquivo Nacional, Fundo do SNI.
 54. Arquivo Nacional. Fundo do SNI.
 55. Arquivo Nacional. Fundo do SNI.
 56. Arquivo Nacional. Fundo do SNI.
 57. Arquivo Nacional. Fundo do SNI.
 58. Arquivo Nacional. Fundo do SNI, AMA ACE 4526/84. Informação nº 24/15/AMA/84-01.02. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/III/84004526/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_III_84004526_d0001de0001.pdf. Acesso em: 4 jun. 2026.
 59. Arquivo Nacional. Fundo do SNI, AMA ACE 4553/84 CNF MF ALT I. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/III/84004553/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_III_84004553_d0002de0002.pdf. Acesso em: 4 jun. 2026.
 60. Arquivo Nacional. Fundo do SNI, AMA ACE 4547/84. Informação nº 28/15/AMA./84. Serviço Nacional de Informações, Manaus, mar. 1984. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/III/84004547/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_III_84004547_d0001de0001.pdf. Acesso em: 4 jun. 2026.

61. Arquivo Nacional. Fundo do SNI, AMA ACE 4606/84. Informação nº 42/15/AMA./84. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/III/84004606/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_III_84004606_d0001de0001.pdf. Acesso em: 4 jun. 2026.
62. Neves (2009). Essas comunidades estavam localizadas em áreas que foram fortemente impactadas pelos projetos de desenvolvimento impulsionados pelo regime, como a construção da BR-364 e a expansão agrícola e pecuária.
63. Arquivo Nacional. Fundo do SNI, AMA ACE 4606/84. Informação nº 42/15/AMA./84. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/III/84004606/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_III_84004606_d0001de0001.pdf. Acesso em: 5 jun. 2026.
64. Segundo o Censo Demográfico de 1980, Goiânia tinha 738.117 habitantes. Logo, esse número é sintomaticamente bastante exagerado.
65. Arquivo Nacional. Fundo “Conselho de Segurança Nacional”, BR DFANBSB N8.0.PSN, EST.424, p. 58.
66. Arquivo Nacional. Fundo “Conselho de Segurança Nacional”, BR DFANBSB N8.0.PSN, EST.424, p. 59.
67. Arquivo Nacional. Fundo “Conselho de Segurança Nacional”, BR DFANBSB N8.0.PSN, EST.424, p. 31.
68. Arquivo Nacional. Fundo “Conselho de Segurança Nacional”, BR DFANBSB N8.0.PSN, EST.424, p. 95.
69. Arquivo Nacional. Fundo “Conselho de Segurança Nacional”, BR DFANBSB N8.0.PSN, EST.424, p. 95.
70. Arquivo Nacional. Fundo do “Conselho de Segurança Nacional”. BR DFANBSB N8.0.PSN, EST.424, p. 48, 49.
71. Arquivo Nacional. Fundo do “Conselho de Segurança Nacional”. BR DFANBSB N8.0.PSN, EST.424, p. 49-50.
72. Arquivo Nacional. Fundo do “Conselho de Segurança Nacional”, BR DFANBSB N8.0.PSN, EST.424, p. 80, 83.
73. Arquivo Nacional. Fundo do “Conselho de Segurança Nacional”. BR DFANBSB N8.0.PSN, EST.424, p. 98.
74. Arquivo Nacional. Fundo do “Conselho de Segurança Nacional”. BR DFANBSB N8.0.PSN, EST.424, p. 32, 36, 38, 40.
75. Conforme estimativas, o comício da praça da Sé reuniu 300 mil pessoas segundo números divulgados pela imprensa e reproduzidos pelas reconstituições históricas posteriores. Ver *Folha de S.Paulo* (1984b); “Diretas Já” (Fundação Getúlio Vargas, s.d.). Disponível em: www18.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/diretas-ja. Acesso em: 12 jul. 2026. Trezentos mil não corresponde a uma contagem auditada, mas a uma

- estimativa jornalística posteriormente estabilizada como cifra histórica. Não encontrei uma estimativa policial alternativa, acompanhada de método rigoroso ou cálculo por delimitação espacial.
76. Arquivo Nacional. Fundo do “Conselho de Segurança Nacional”. BR DFANBSB N8.0.PSN, EST.424, p. 51, 53.
 77. Arquivo Nacional. Fundo do “Conselho de Segurança Nacional”. BR DFANBSB N8.0.PSN, EST.424, p. 51, 53.
 78. As estimativas de público variaram entre 1,3 milhão e 1,5 milhão de participantes. O *Jornal do Brasil* registrou 1,3 milhão, enquanto a *Folha de S.Paulo* difundiu a estimativa de 1,5 milhão. Ver *Jornal do Brasil* (1984i) e *Folha de S.Paulo* (1984e).
 79. Sua coleção de fotos cobrindo os movimentos pelas Diretas Já se encontra em seu arquivo pessoal no Instituto Moreira Salles. Disponível em: <https://ims.com.br/titular-colecao/thomaz-farkas/>. Acesso em: 12 jul. 2026.
 80. Sobre a Democracia Corinthiana, sua organização interna e o engajamento político de Sócrates, Wladimir, Casagrande e outros jogadores, ver a cobertura da *Folha de S.Paulo*, entre 1982 e 1984, disponível no Acervo Folha: <https://acervo.folha.com.br/>. Para uma avaliação crítica retrospectiva, ver “Ex-goleiro...” (2006). A “Democracia Corinthiana” não designava somente militância contra a ditadura. Ela combinava autogestão parcial do departamento de futebol, flexibilização das relações de trabalho e intervenção pública em favor da democratização política do país.
 81. Arquivo Nacional. Fundo do “Conselho de Segurança Nacional”. BR DFANBSB N8.0.PSN, EST.424, p. 101.
 82. Arquivo Nacional. Fundo do “Conselho de Segurança Nacional”. BR DFANBSB N8.0.PSN, EST.424, p. 33. Não localizei, nos resultados abertos e indexados dos jornais da época, a confirmação desse episódio.
 83. FGV CPDOC. Arquivo de Franco Montoro. AFM pi Montoro, A. F. 1983.11.19. Assinada em 18 de novembro de 1983, a “Declaração de Poços de Caldas” reúne quatro pontos. O primeiro propõe “empenhar-se juntamente com os governadores de todos os estados, numa campanha nacional pela eleição direta do presidente da República”. O segundo pede que, além dos governadores, “se engajem nessa campanha, assinando manifesto à nação, todos os congressistas, deputados estaduais, prefeitos, vereadores e representantes dos diferentes segmentos da sociedade civil”. O terceiro prevê que a campanha “tenha caráter suprapartidário”. Ver “PSDB comemora...” (2013).
 84. Arquivo Nacional. Fundo do “Conselho de Segurança Nacional”. BR DFANBSB N8.0.PSN, EST.424, p. 57.

85. Arquivo Nacional. Fundo do SNI, BR DFANBSB V8.MIC, GNC. AAA.84041380_2, p. 3.
86. Arquivo Nacional. Fundo do SNI, BR DFANBSB V8.MIC, GNC. AAA.84041380_2, p. 58.
87. Arquivo Nacional. Fundo do SNI, BR DFANBSB V8.MIC, GNC. AAA.84041380_2, p. 24-26.
88. O *Estado de Minas* estimou em aproximadamente 400 mil pessoas o público do comício realizado em 24 de fevereiro na praça Rio Branco, conhecida como praça da Rodoviária, no início da avenida Afonso Pena. Outras reconstituições registram cerca de 300 mil participantes. *Estado de Minas* (1984). Ver também *Folha de S.Paulo* (1984c).
89. Arquivo Nacional. Fundo do “Conselho de Segurança Nacional”. BR DFANBSB N8.0.PSN, EST.424, p. 96.
90. Arquivo Nacional. Fundo do “Conselho de Segurança Nacional”. BR DFANBSB N8.0.PSN, EST.424, p. 31.
91. Arquivo Nacional. Fundo do “Conselho de Segurança Nacional”. BR DFANBSB N8.0.PSN, EST.424, p. 46-48.
92. Arquivo Nacional. Fundo do “Conselho de Segurança Nacional”. BR DFANBSB N8.0.PSN, EST.424, p. 94-95.
93. Arquivo Nacional. Fundo do “Conselho de Segurança Nacional”. BR DFANBSB N8.0.PSN, EST.424, p. 38.
94. Arquivo Nacional. Fundo “Conselho de Segurança Nacional”, BR DFANBSB N8.0.PSN, EST.424, p. 53.
95. Sobre o comício de Curitiba de 12 de janeiro, ver *Folha de S.Paulo* (1984a); *Gazeta do Povo* (1984); *O Estado do Paraná* (1984).
96. Arquivo Nacional. Fundo do SNI, Fundo “Conselho de Segurança Nacional”, BR DFANBSB N8.0.PSN, EST.424, p. 53.
97. Álvaro Dias atribui a si mesmo a ideia de realizar um comício e organizar o evento: “O dr. Ulysses Guimarães queria que alguém organizasse o primeiro grande comício pela eleição direta. Eu, como presidente do partido no Paraná, me dispus a organizar o evento em Curitiba [...] Organizamos o comício em 12 dias e o resultado surpreendeu. Conseguimos reunir 60 mil pessoas na Boca Maldita. [...] O [governador José] Richa nos desaconselhou porque não havia uma tradição na cidade de grandes comícios e por ser um período de férias, em que muita gente estava na praia. Mesmo assim, eu assumi a responsabilidade”. Olinda (2009).
98. Comício das Diretas em 1984: Canal 2 de Curitiba, com a reportagem de Narciso Assunção [vídeo]. *YouTube*, 21 jul. 2013. Disponível em: www.youtube.com/watch?v=qnBfBA_HBE8. Acesso em: 18 jun. 2026.

99. Arquivo Nacional. Fundo do SNI, Fundo “Conselho de Segurança Nacional”, BR DFANBSB N8.0.PSN, EST.424, p. 256.
100. *Folha de Londrina* (1984). Acervo do jornal e Centro de Documentação e Pesquisa Histórica da Universidade Estadual de Londrina; *Folha de S. Paulo* (1984d).
101. *Folha de Londrina*, 26 jun. 1984, p. 1 apud Silva (2024, p. 224, n. 94).
102. *Correio do Povo* (1984, p. 5). Os governadores eram: Tancredo Neves (MG), Íris Rezende (GO) e José Richa (PR). Além deles, compareceram o senador Álvaro Dias (PMDB-PR), os deputados federais Ulysses Guimarães (PMDB-SP), João Gilberto (PMDB-RS), a deputada estadual Ruth Escobar (PMDB-SP), Doutel de Andrade, vice-presidente do PDT, o prefeito de Curitiba, Maurício Fruet, o ex-deputado federal Pedro Ivo (PMDB-SC) e Olívio Dutra, candidato derrotado ao governo do Rio Grande do Sul.
103. *Correio do Norte*, ed. 1760, 17 mar. 1984, ed. 1763, 7 abr. 1984, s.p.
104. Arquivo Nacional. Fundo do “Conselho de Segurança Nacional”, BR DFANBSB N8.0.PSN, EST.424, p. 99, 118.
105. Arquivo Nacional. Fundo do “Conselho de Segurança Nacional”, BR DFANBSB N8.0.PSN, EST.424, p. 37.
106. Leonelli e Oliveira (2004) e Lopes (2007). Sobre Paulo Paim, ver seu perfil institucional do Senado Federal, que registra sua atuação sindical antes do primeiro mandato federal constituinte.
107. Esses números divergem conforme a fonte consultada. No informe do SNI aparece o número de 4 mil pessoas. Arquivo Nacional. Fundo do “Conselho de Segurança Nacional”, BR DFANBSB N8.0.PSN, EST.424, p. 56.
108. Arquivo Nacional. Fundo do “Conselho de Segurança Nacional”, BR DFANBSB N8.0.PSN, EST.424, p. 56.
109. Arquivo Nacional. Fundo do “Conselho de Segurança Nacional”, BR DFANBSB N8.0.PSN, EST.424, p. 56.
110. Arquivo Nacional. Fundo do “Conselho de Segurança Nacional”, BR DFANBSB N8.0.PSN, EST.424, p. 56.
111. Fundação Perseu Abramo (2011, entrada de 19 fev. 1984); Acervo Digital Fundação Ulysses Guimarães, Caminhada em Capão da Canoa pelas Diretas Já, 19 fev. 1984; Rodrigues (2023, p. 37).
112. Leonelli e Oliveira (2004) e Lopes (2007). Ver também *Zero Hora* (1984b, capa).
113. Lopes (2007, p. 44-60); Rodrigues (2023, p. 37); *Jornal do Comércio* (2014).
114. Lopes (2007, p. 49-55). Sobre Pelotas, ver Pohndorf (2013a). Sobre Santa Maria, ver também material jornalístico da Universidade Federal

de Santa Maria (UFSM) sobre a mobilização estudantil e o comício de 12 abr. 1984.

115. Arquivo Nacional. Fundo do “Conselho de Segurança Nacional”, BR DFANBSB N8.0.PSN, EST.424, p. 32.
116. A lista nominal da votação indica votos favoráveis dos deputados federais gaúchos do PDT e votos contrários de deputados do PDS.

4. SÍMBOLO, COTIDIANO E CONTRADIÇÃO: O LEGADO DO MOVIMENTO

117. A síntese de referência sobre a campanha, que a trata em chave nacional e que este livro complementa com o mapeamento estado a estado, é Rodrigues (2003). Ver também o balanço de Delgado (2007); e, na perspectiva de dois protagonistas, Leonelli e Oliveira (2004).
118. Sobre a noção de repertório de ação coletiva, ver Tilly (1978) e Tarrow (2022), que a situa nos ciclos de confronto.
119. Ver, sobre esse ponto, Napolitano (2001).
120. Sobre a gênese e a trajetória de ambas as canções, ver Severiano e Homem de Mello (1998).
121. Para a caracterização da resistência cultural como fenômeno ambivalente, entrelaçada com o mercado da audiência e com o mecenato estatal, ver Napolitano (2017).
122. O caso do Amazonas, no capítulo 3, ilustra o obstáculo sobre a fonte documental discutido anteriormente. Ali, um comitê formado por ampla coalizão de partidos e entidades, mas com pouca militância de base, produziu ao mesmo tempo repertório institucional e baixa presença de público. Vista só pela documentação do SNI, essa combinação é indistinguível de outra, a de um estado que simplesmente tivesse pouca organização para sustentar a campanha das Diretas Já. Em outras palavras, os papéis consultados não permitem separar a organização que existia e mobilizou pouco da organização que de fato não havia.
123. Essa correção, porém, precisa ela mesma ser lida com cautela. O SNI era um aparato de vigilância com interesse em minimizar a força das oposições, longe de qualquer neutralidade de observador, o que o capítulo anterior já evidencia quando registra agentes classificando atos como “coisa de comunistas” ou atribuindo financiamentos sem comprovação. Tomar seus números baixos como antídoto contra a euforia comemorativa corre o risco de reproduzir a ótica deflacionária do próprio regime. A documentação do

órgão é indispensável pela riqueza de detalhe, mas seus dados de público e suas avaliações de fracasso carregam o viés de quem tinha razões para subestimar a capacidade política das oposições.

124. O conceito de *enclaves autoritários* é de Garretón (2003).

CONCLUSÃO: AS DIRETAS JÁ E O PROBLEMA DA REPRESENTAÇÃO DEMOCRÁTICA

125. Schwartz (1996). Para uma aplicação à matriz 2×2 , ver Ramirez e Wilkinson (2014).

NOTAS METODOLÓGICAS

126. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/arquivo>. Acesso em: 26 jun. 2026.

127. Sobre o espaço de propriedades como procedimento de tipologização, ver Lazarsfeld (1955). A matriz de cenários corresponde formalmente ao espaço de propriedades.

Sobre o autor

Adriano Codato é professor titular de ciência política na UFPR. Doutor em ciência política pela Unicamp, sua pesquisa concentra-se em elites políticas e burocráticas, instituições estatais e processos decisórios. É pesquisador PQ-A do CNPq e coordena o INCT Representação e Legitimidade Democrática (ReDem).

É editor-chefe da *Revista de Sociologia e Política*. Foi presidente da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs) (2023-2024) e coordenador acadêmico da Área de Ciência Política e Relações Internacionais da Capes (2018-2022). Em 2023, publicou *Ditadura militar: nove ensaios sobre a política brasileira*, síntese de três décadas de pesquisa sobre o regime ditatorial brasileiro.

Lista de siglas e abreviaturas

ABC	Região do ABC paulista (Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul)
ABI	Associação Brasileira de Imprensa
AC	Acre
ADUFG	Associação de Docentes da Universidade Federal de Goiás
AI-5	Ato Institucional nº 5
AJS	Ação da Juventude Socialista
AL	Alagoas
Alece	Assembleia Legislativa do Estado do Ceará
Alepe	Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco
AM	Amazonas
AN	Arquivo Nacional
Andes	Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior
Anpocs	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais
AP	Amapá
Apas	Associação dos Profissionais em Assistência Social
Apep	Associação dos Professores do Estado do Piauí
APML	Ação Popular Marxista-Leninista
APR	Associação Paranaense de Reabilitação
Arena	Aliança Renovadora Nacional
Asmuc	Associação dos Servidores Municipais de Curitiba
BA	Bahia
BH	Belo Horizonte
BNH	Banco Nacional da Habitação
Capes	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
Capemi	Caixa de Pecúlios, Pensões e Montepios Beneficente
CBN	Central Brasileira de Notícias
CE	Ceará
Ceeder	Comitê Estadual de Entidades em Defesa das Eleições Diretas (Pará)
CEP	Centro Estadual dos Professores
CIE	Centro de Informações do Exército

Cimi	Conselho Indigenista Missionário
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Conam	Confederação Nacional das Associações de Moradores
Conclat	Coordenação Nacional da Classe Trabalhadora
Consabes	Conselho Coordenador das Sociedades Amigos de Bairro, Vilas e Cidades de São Paulo
CPT-AC	Comissão Pastoral da Terra – Acre
CSN	Conselho de Segurança Nacional
CUT	Central Única dos Trabalhadores
CUT-GO	Central Única dos Trabalhadores – Goiás
DCE	Diretório Central dos Estudantes
DCE-Ufse	Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal de Sergipe
DF	Distrito Federal
DHBB	Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro
Dops	Departamento de Ordem Política e Social
DPF	Departamento de Polícia Federal
ES	Espírito Santo
Famerj	Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FGV CPDOC	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil / Fundação Getúlio Vargas
FMI	Fundo Monetário Internacional
FUFMT	Fundação Universidade Federal de Mato Grosso
GO	Goiás
Inbra	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INCT	Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia
MA	Maranhão
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MG	Minas Gerais
MNU	Movimento Negro Unificado
MR-8	Movimento Revolucionário 8 de Outubro
MS	Mato Grosso do Sul
MT	Mato Grosso
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OAB-AM / OAB/AM	Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Amazonas
OAB-PI	Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Piauí
OAB/RO	Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Rondônia
ORM-DS	Organização Revolucionária Marxista – Democracia Socialista

OSI	Organização Socialista Internacional
PA	Pará
PB	Paraíba
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PCR	Partido Comunista Revolucionário
PDS	Partido Democrático Social
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PE	Pernambuco
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PI	Piauí
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PP	Partido Popular
PR	Paraná
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PUC	Pontifícia Universidade Católica
PUC-SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
RJ	Rio de Janeiro
RN	Rio Grande do Norte
RO	Rondônia
RR	Roraima
RS	Rio Grande do Sul
SC	Santa Catarina
SE	Sergipe
Sian	Sistema de Informações do Arquivo Nacional
SNI	Serviço Nacional de Informações
SP	São Paulo
SSP	Secretaria de Segurança Pública
UEB	União dos Estudantes da Bahia
Uerj	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Uesa	União dos Estudantes Secundaristas do Amazonas
Ufac	Universidade Federal do Acre
Ufes	Universidade Federal do Espírito Santo
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFG	Universidade Federal de Goiás
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFMS	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
UFMT	Universidade Federal de Mato Grosso
Ufop	Universidade Federal de Ouro Preto

Ufpi	Universidade Federal do Piauí
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UFV	Universidade Federal de Viçosa
Umes	União Municipal dos Estudantes Secundaristas (Salvador, BA)
UNE	União Nacional dos Estudantes
Unicamp	Universidade Estadual de Campinas
Unimep	Universidade Metodista de Piracicaba
USP	Universidade de São Paulo

Referências e fontes

Livros, artigos e capítulos

- ament a, E. *When movements matter: the Townsend Plan and the rise of social security*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2006.
- ____; car en, N.; chiar ello, E.; su, Y. The political consequences of social movements. *Annual Review of Sociology*, v. 36, p. 287-307, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1146/annurev-soc-070308-120029>.
- ara újo, A. R. A. O Maranhão na redemocratização: uma análise histórica a partir das categorias de Gramsci. In: simpósio int er nacional brasil e it ália: cruzament os, t ransatl ânt icos e quest ões int er disciplinares, i, 2015, São Luís. *Anais...* p. 174-184.
- bart on, A. H. The concept of property-space in social research. In: laz arsf el d, P. F.; rosenber g, M. (Ed.). *The language of social research: a reader in the methodology of social research*. Free Press, 1955. p. 40-53.
- bezer ra , F. C. As Diretas Já na historiografia didática: considerações preliminares. In: encont ro cearense de história da educação e ii encont ro nacional do núcleo de história e memória da educação, xii, 2013, Ceará. *Anais...*
- bezer ra , M. V. S. de S. Pixação em Maceió-AL: a cena atual do pixo e as impressões de uma pixadora mulher dentro do movimento. *Pixo: Revista de Arquitetura, Cidade e Contemporaneidade*, v. 3, n. 10, p. 200-209, 2020. DOI: <https://doi.org/10.15210/pixo.v3i10.16841>.
- bit tar , M. *Estado, educação e transição democrática em Mato Grosso do Sul*. Campo Grande: Editora UFMS, 1998.
- ca valca nt i, J. L. M. Um grande comício pelas Diretas Já em Campina Grande: o contrateatro e a resistência de esquerda à ditadura militar. In: en co nt r o estadual de his t ó r i a, xvii, 2016, Guaratiba. *Anais...*
- co dato , A. N. Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia. *Revista de Sociologia e Política*, v. 25, p. 83-106, 2005. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-44782005000200008>.

- delgado, L. de A. N. Diretas já: vozes das cidades. In: Ferreira, J.; Reis, D. A. (Org.). *As esquerdas no Brasil: Revolução e democracia (1964-...)*. Civilização Brasileira, 2007. v. 3, p. 409-428.
- Fernandes, F. *Nova república?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.
- Garréto, M. A. *Incomplete democracy: political democratization in Chile and Latin America*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2003.
- Guigni, M. G. Was it worth the effort? The outcomes and consequences of social movements. *Annual Review of Sociology*, v. 24, p. 371-393, 1998. DOI: <https://doi.org/10.1146/annurev.soc.24.1.371>.
- Huntington, S. P. *The third wave: democratization in the late twentieth century*. University of Norman: Oklahoma Press, 1991.
- Kinzo, M. D. G. *Oposição e autoritarismo: gênese e trajetória do MDB (1966-1979)*. São Paulo: Vértice; Editora Revista dos Tribunais, 1988.
- Lazarsfeld, P. F. Some remarks on the typological procedures in social research. *Zeitschrift für Sozialforschung*, v. 6, n. 1, p. 119-139, 1937.
- Leonelli, D.; Oliveira, D. *Diretas Já: 15 meses que abalaram a ditadura*. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- Linz, J. J., & Stepan, A. *Problems of democratic transition and consolidation: Southern Europe, South America, and post-communist Europe*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1996.
- Macêdo, J. E. T. de. O governante Figueiredo e o movimento “Diretas Já” nas charges do jornal *Diário da Borborema*. In: Colóquio inter nacional de história: fontes históricas, ensino e história da educação, ii, 2010, Campina Grande. *Anais...*
- Martins Filho, J. R. *O palácio e a caserna: a dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969)*. São Carlos: EDUFSCar, 1995.
- Medeiros, J. *Belchior: apenas um rapaz latino-americano*. São Paulo: Todavia, 2017.
- Motta, M. Teotônio das Alagoas: o menestrel da abertura. *Revista Maracanan*, v. 8, n. 8, p. 259-282, 2012. DOI: <https://doi.org/10.12957/revmar.2012.12782>.
- Napolitano, M. *Seguindo a canção: engajamento político e indústria cultural na MPB (1959-1969)*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2001.
- _____. *Coração civil: a vida cultural brasileira sob o regime militar (1964-1985)*. São Paulo: Intermeios, 2017.
- Nogueira, R. J. B. Entrevista com o prof. dr. Ricardo José Batista Nogueira [Entrevista concedida a M. L. Mondardo e A. Lucas]. *Entre-Lugar*, v. 6, n. 12, p. 208-215, 2016.
- O'Donnell, G.; Schmitter, P. C. *Transitions from authoritarian rule: tentative conclusions about uncertain democracies*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1986. v. 4.

- oliveira, E. R. de. *De Geisel a Collor: Forças Armadas, transição e democracia*. Campinas: Papirus: 1994.
- pinheiro, R. G.; lucas, M. R. de L. As Diretas Já e a Praça do Ferreira. In: encontro de pesquisa e pós-graduação, xi, 2019, Sobral. *Anais...*
- ramirez, R.; wilkinson, A. Rethinking the 2 × 2 scenario method: grid or frames? *Technological Forecasting and Social Change*, v. 86, p. 254-264, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.techfore.2013.10.020>.
- rodrigues, A. T. *Diretas Já: o grito preso na garganta*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.
- scharpf, F. W. *Governing in Europe: effective and democratic?* Oxford: Oxford University Press, 1999.
- schwartz, P. *The art of the long view: paths to strategic insight for yourself and your company*. Nova York: Currency Doubleday, 1996.
- severiano, J.; homem de melo, Z. *A canção no tempo: 85 anos de músicas brasileiras: vol. 2. 1958-1985*. São Paulo: Ed. 34, 1998.
- share, D.; mainwaring, S. Transitions through transaction: democratization in Brazil and Spain. In: selcher W. A. (Ed.). *Political liberalization in Brazil: dynamics, dilemmas, and future prospects*. Boulder: Westview Press, 1986. p. 175-215.
- silva, G. C. da. Festa cívica: A espetacularização da mídia na cobertura das Diretas Já no *Diário da Borborema*. In: seminário nacional fontes documentais e pesquisa histórica: diálogos interdisciplinares, i, Campina Grande. *Anais...*
- silva júnior, S. F. da; fernandez, J. C. O “povo” vai às ruas: o movimento Diretas Já em Campo Grande-MS (1984). In: simpósio nacional de história cultural, vii, 2014, São Paulo. *Anais...*
- soares, M. T. D. B. O movimento Diretas Já na Paraíba: lutas políticas no processo de transição autocrática (1983-1984). In: encontro estadual de história, xvii, 2016, Guarabira. *Anais...*
- stevan, A. C. *Rethinking military politics: Brazil and the Southern Cone*. Princeton: Princeton University Press, 1988.
- tarrow, S. G. *Power in movement: social movements and contentious politics*. 4. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2022.
- tilly, C. *From mobilization to revolution*. Reading: Addison-Wesley, 1978.

Dissertações, teses e trabalhos acadêmicos não publicados

- diegu ez, G. S. *Anais... Construção do imaginário sobre Belchior: uma leitura contracultural de Belchior: Apenas um coração selvagem*. Monografia (graduação) — Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2023.
- lima, A. A. de. *Escaladas da contracultura: Natal, década de 1980*. Tese (doutorado) — Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017.
- lopes, P. *O Movimento Diretas Já e a cobertura do jornal Zero Hora: uma análise a partir da agenda-setting*. Monografia (especialização) — Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação, Campus II, Universidade Feevale, Novo Hamburgo, 2007.
- lopes, W. R. *Os primeiros anos do PT em Alagoas (1979-1989)*. Dissertação (mestrado) — Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2016.
- macêdo, J. E. T. de. *A linguagem humorística das charges e as “Diretas Já” no traço dos chargistas dos jornais: Diário da Borborema e Jornal da Paraíba*. Dissertação (mestrado) — Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2012.
- maciel, J. de S. *A campanha das “Diretas Já” na perspectiva dos jornais O Estado e O Dia em Teresina (1983-1984)*. Dissertação (mestrado) — Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2018.
- maia, M. P. *Juventude universitária e os anos de chumbo: memórias de resistência política na UFRN (1977-1984)*. Dissertação (mestrado) — Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2009.
- na scimento, A. C. do. *A reconstrução do PCdoB no Rio Grande do Norte: 1979-1985*. Monografia — Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2003.
- neves, J. G. *Cultura escrita em contextos indígenas*. Tese (doutorado) — Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 2009.
- pohndorf, M. *Entre a abertura política e a redemocratização: o processo de transição no município de Pelotas (1974-1985)*. Dissertação (mestrado) — Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2013a.
- _____. *O movimento estudantil universitário em Pelotas durante a redemocratização do Brasil (1978-1985): memórias de atuações contra a ditadura*. Dissertação (mestrado) — Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2013b.
- queira, F. J. C. de. *Padres, coronéis e ativistas sociais: o Cariri à época da usurpação militarista, 1964-1985*. Tese (doutorado) — Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.
- rodrigues, M. *A campanha das Diretas Já em São Sepé-RS através do jornal A Palavra*. Trabalho de conclusão de curso — Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2023.

- santos, M. R. dos. “*Coisas da democracia e do autoritarismo*”: a campanha das “Diretas Já” em São Sepé-RS através do jornal *A Palavra*. Monografia (conclusão de curso de graduação) — Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2023.
- santos, Q. B. dos. *Movimento estudantil na Universidade Federal do Acre: práticas e representações sobre a Amazônia (1977-1990)*. Dissertação (mestrado) — Universidade Federal do Acre, Rio Branco, 2018.
- silva, F. B. da. *Da democracia proscrita à democracia prescrita: a ditadura e a transição política de 1982 no Acre*. Monografia (bacharelado) — Universidade Federal do Acre, Rio Branco, 1998.
- silva, L. A. da. “*Conciliação rima com traição*”: relações políticas no estado do Paraná e os limites regionais da transição para a Nova República (1979-1985). Tese (doutorado) — Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2024.
- soares, M. G. A. de. *Cobertura do movimento pelas “Diretas Já” nos jornais piauienses O Dia e O Estado (1980-1984)*. Dissertação (mestrado) — Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2020.

Fontes primárias

Arquivos e fundos documentais

- Conselho de Segurança Nacional. [Documentação informativa sobre manifestações públicas em favor das eleições diretas]. Fundo Conselho de Segurança Nacional. Arquivo Nacional, Brasília, DF, 1984.
- Fundação Getúlio Vargas. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC/FGV). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro (DHBB)*. [S.d.]. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo>.
- Serviço Nacional de Informações. Fundo Serviço Nacional de Informações (SNI); Arquivo Nacional, Brasília, DF, 1984.

Periódicos

- a classe operária, São Paulo (SP).
a gazeta, Vitória (ES).

a palavra, São Sepé (RS).
 a tribuna, Santos (SP).
 brasil de fato, Natal (RN).
 brecha ndo, Natal (RN).
 campo grande news, Campo Grande (MS).
 cbn recife, Recife (PE).
 correio de notícias, Curitiba (PR).
 correio do norte, Canoinhas (SC).
 correio do povo, Porto Alegre (RS).
 diário da borborema, Campina Grande (PB).
 diário do congresso nacional, Brasília (DF).
 espaço democrático, Rio de Janeiro (RJ).
 estado de minas, Belo Horizonte (MG).
 folha de londrina, Londrina (PR).
 folha de s.paulo, São Paulo (SP).
 hora do povo, Rio de Janeiro (RJ).
 jornal da paraíba, Campina Grande (PB).
 jornal do brasil, Rio de Janeiro (RJ).
 jornal do comércio, Porto Alegre (RS).
 jornal do dia, Cuiabá (MT).
 o estado, Florianópolis (SC).
 o pioneiro, Caxias do Sul (RS).
 o povo, Fortaleza (CE).
 tribuna da bahia, Salvador (BA).
 tribuna da luta operária, São Paulo (SP).
 tribuna do norte, Natal (RN).
 veja, São Paulo (SP).
 veja rio, Rio de Janeiro (RJ).
 voz de luziânia, Luziânia (GO).
 zero hora, Porto Alegre (RS).

a tribuna, ed. 247, 27 nov. 1983a. p. 3.
 —, ed. 248, 28 nov. 1983b. p. 1.
 —, ed. 290, 11 jan. 1984c. p. 7.
 —, ed. 291, 12 jan. 1984d. p. 7.
 —, ed. 294, 15 jan. 1984e. p. 2.
 —, ed. 298, 19 jan. 1984f. p. 7.
 —, ed. 299, 20 jan. 1984g. p. 9.
 —, ed. 301, 22 jan. 1984h. p. 18.
 —, ed. 305, 26 jan. 1984i. p. 1.

- ar ru da, Josemil. Campo Grande reuniu na Afonso Pena 40 mil pelas “Diretas Já” há 30 anos. *Campo Grande News*, Campo Grande, 25 abr. 2014. Disponível em: www.campograndenews.com.br/politica/campo-grande-reuniu-na-afonso-pena-40-mil-pelas-diretas-ja-ha-30-anos. Acesso em: 9 jun. 2026.
- as dir et as passaram por Fortaleza. *O Povo*, Fortaleza, 26 jan. 2014.
- ol ind a, Caroline. Curitiba foi pioneira na campanha, *Gazeta do Povo*, 24 jan. 2009. Disponível em: www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/curitiba-foi-pioneira-na-campanha-bdzz1yc2vvn0dlfk33y08r4e/. Acesso em: 14 jul. 2026.
- comício das Diretas leva um milhão de pessoas à Candelária. *O Globo*, 2 jul. 2013. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/rio-de-historias/comicio-das-diretas-leva-um-milhao-de-pessoas-candelaria-8883947>. Acesso em: 12 jul. 2026.
- comício levou 60 mil à praça Gentil Ferreira. *Tribuna do Norte*, Natal, 25 abr. 2014. p. 1.
- cor re io de not ícia s, ed. 868, 18 maio 1984a. p. 7.
- _____, ed. 873, 24 maio 1984b. p. 6.
- _____, ed. 874, 25 maio 1984c. p. 2.
- _____, ed. 887, 9 jun. 1984d. p. 2.
- _____, ed. 892, 15 jun. 1984e. p. 4.
- _____, ed. 895, 19 jun. 1984f. p. 6.
- _____, ed. 896, 20 jun. 1984g. p. 2.
- _____, ed. 897, 21 jun. 1984h. p. 11.
- _____, ed. 1.760, 17 mar. 1984. s.p.
- cor re io do norte, ed. 1.760, 17 mar. 1984. s.p.
- cor re io do norte, ed. 1.763, 7 abr. 1984, s.p.
- cor re io do povo, ed. 3.270, 14-20 jan. 1984. p. 1.
- em cur it iba, 50 mil pedem diretas. *Folha de S.Paulo*, 13 jan. 1984. p. 1. *Estado de Minas*, 25 fev. 1984.
- ex-gol eir o do clube, Leão não encampou “Democracia Corinthians”. *Folha de S.Paulo*, 10 ago. 2006. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/>. Acesso em: 12 jul. 2026.
- fol ha de l ondr ina, 3 abr. 1984.
- fol ha de s. paul o. *Comício na Sé, que completa 40 anos, selou frente ampla nas Diretas Já*. 20 jan. 2024. Disponível em: www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2024/01/comicio-na-se-que-completa-40-anos-selou-frente-amplanas-diretas-ja.shtml. Acesso em: 17 jun. 2026.
- _____, 13 jan. 1984a, Acervo Folha. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/>. Acesso em: 5 maio 2026.
- _____, 26 jan. 1984b. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/>. Acesso em: 5 maio 2026.

- _____, 25 fev. 1984c. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/>. Acesso em: 12 jul. 2026.
- _____, 3 abr. 1984d. Acervo Folha. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/>. Acesso em: 12 jul. 2026.
- _____. *Comício das Diretas-Já*. 17 abr. 1984e. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/folha/almanaque/brasil_17abr1984.htm. Acesso em: 12 jul. 2026.
- gallup revela: 84% em SP preferem diretas já. *O Estado de S. Paulo*, 25 abr. 1984. p. 6. Disponível em: www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/932124. Acesso em: 14 maio 2026.
- gallup revela: O país insiste nas diretas. *O Estado de S. Paulo*, 1 set. 1984. p. 4. Disponível em: www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/871119. Acesso em: 14 maio 2026.
- gazeta do povo, 13 jan. 1984.
- jornal do brasil, ed. 274, 9 jan. 1984a. p. 4.
- _____, ed. 276, 11 jan. 1984b. p. 6.
- _____, ed. 279, 14 jan. 1984c. p. 4.
- _____, ed. 280, 15 jan. 1984d. p. 6.
- _____, ed. 281, 16 jan. 1984e. 13.
- _____, ed. 291, 26 jan. 1984f. p. 22.
- _____, ed. 292, 27 jan. 1984g. p. 24.
- _____, ed. 3, 11 abr. 1984h. p. 3. “Comício das Diretas leva um milhão de pessoas à Candelária”.
- _____. “Diretas Já” reúne 1 milhão e 300 mil pessoas no Anhangabaú, em São Paulo. 17 abr. 1984i. Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/>. Acesso em: 23 jun. 2026.
- jornal do comércio. *Diretas Já em Porto Alegre completa 30 anos*. 11 abr. 2014.
- jornal do dia, ed. 1.097, 13 jan. 1984a. p. 5.
- _____, ed. 1.103, 20 jan. 1984b. p. 5.
- _____, ed. 1.123, 14 fev. 1984c. p. 18.
- _____, ed. 1.124, 15 fev. 1984d. p. 18.
- _____, ed. 1.127, 18 fev. 1984e. p. 1, 5 e 18.
- _____, ed. 1.129, 21 fev. 1984f. p. 1, 5.
- na sé, em São Paulo, a maior manifestação política dos últimos vinte anos pede o voto. *Veja*, n. 804, p. 12-19, 1 fev. 1984. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/wp-content/uploads/2023/09/VEJA-ED-804.pdf>. Acesso em: 18 maio 2026.
- nov e em cada dez brasileiros apoiam a direta, diz Gallup. *Folha de S. Paulo*, 24 jan. 1984.

- o estado do paraná, 13 jan. 1984.
- o pioneir o, Caxias do Sul, ed. 49, 14 jan. 1984. s.p.
- psdb comemora 30 anos de declaração por Diretas Já. *Isto   Dinheiro*, 18 nov. 2013. Disponível em: <https://istoedinheiro.com.br/psdb-comemora-30-anos-de-declaracao-por-diretas-ja>. Acesso em: 12 jul. 2026.
- reda   o t r i b u n a d o n o r t e. Comício levou 60 mil   Praça Gentil Ferreira. *Tribuna do Norte*, Natal, 25 abr. 2014. Disponível em: www.tribunadonorte.com.br/noticia/comicio-levou-60-mil-a-praca-gentil-ferreira/280113. Acesso em: 20 maio 2026.
- sil va j u n i o r , Samuel Fernando da; fer na ndez, Jorge Christian. O “povo” vai às ruas: o movimento Diretas Já em Campo Grande, MS (1984). In: s mpo sio nacional de his t r ia cul t u r a l , vii, 2014, São Paulo. *Anais do VII S mpo sio Nacional de História Cultural: História Cultural: escritas, circulação, leituras e recepções*. São Paulo: USP/Associação Brasileira de História Cultural, 2014. p. 1-13. Disponível em: *Anais do VII S mpo sio Nacional de História Cultural (PDF)*. Acesso em: 9 jun. 2026.
- veja r i o. *Faf  de Belém recorda os desafios de construir a história das Diretas Já*. 21 dez. 2023. Disponível em: <https://vejario.abril.com.br/beira-mar/fafa-belem-recorda-desafios-diretas-ja>. Acesso em: 2 jun. 2026.
- voz d e luz i  n i a , 26 fev.1984a. p. 12.
- _____, 27 mar. 1984b. p. 11.
- _____, 28 abr. 1984c. p. 6.
- _____, 29 maio 1984d. p. 2.
- zer o ho r a , Porto Alegre, 12-13 abr. 1984.
- _____, Porto Alegre, 14 abr. 1984.

Fontes digitais e institucionais

- al epe (Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco). *O pioneirismo de Pernambuco no movimento Diretas Já*. 28 mar. 2023. Disponível em: www.alepe.pe.gov.br/especial/?noticia=486408. Acesso em: 16 maio 2026.
- a n d e r s o n , Kennet; mor e n a , Isadora. *As memórias da Ditadura no RN esquecidas com o tempo*. 28 ago. 2019. Disponível em: www.brasildefato.com.br/2019/08/28/as-memorias-da-ditadura-no-rn-esquecidas-com-tempo/. Acesso em: 5 jul. 2026.
- br a s i l . Congresso Nacional. *Diário do Congresso Nacional: Seção I* [Sessão da Câmara dos Deputados de 25 de abril de 1984, votação da PEC n. 5, de

- 1983]. 26 abr. 1984. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/diarios/Busca-PaginasDiario?codDiario=15536&download=true>. Acesso em: 5 maio 2026.
- câmara e a dos deputados. Diretas Já: rejeição da Emenda Dante de Oliveira marca a história do País. *Rádio Câmara*, 22 abr. 2014. Disponível em: www.camara.leg.br/radio/programas/431737-diretas-ja-rejeicao-da-emenda-dante-de-oliveira-marca-a-historia-do-pais/. Acesso em: 3 maio 2026.
- _____. *Diretas Já*: sintonia entre as lideranças políticas e a maioria da população. 7 maio 2014. Disponível em: www.camara.leg.br/noticias/433136-diretas-ja-sintonia-entre-as-liderancas-politicas-e-a-maioria-da-populacao/. Acesso em: 15 jul. 2026.
- _____. Diretas Já — 30 anos do movimento. *Portal da Câmara dos Deputados*, s.d. Disponível em: www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/destaque-de-materias/diretas-ja. Acesso em: 2 maio 2026.
- campo grande news, 25 abr. 2014. Disponível em: www.campograndenews.com.br/politica/campo-grande-reuniu-na-afonso-pena-40-mil-pelas-diretas-ja-ha-30-anos. Acesso em: 10 jun. 2026.
- cbn recife. Alepe aprova projeto que cria Dia Estadual das Diretas Já. 2023. Disponível em: www.cbnrecife.com/artigo/alepe-aprova-projeto-que-cria-dia-estadual-das-diretas-ja. Acesso em: 16 maio 2026.
- fundação getúlio vargas. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. *Atlas histórico do Brasil: Diretas Já*. Atlas Histórico do Brasil. s.d. Disponível em: <https://atlas.fgv.br/verbete/5843>. Acesso em: 12 maio 2026.
- fundação perseu abramo. *Cronologia Diretas Já*. 6 dez. 2011. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/cronologia-diretas-ja/>. Acesso em: 9 maio 2026.
- fundação ulysse s guimarães. *Diretas Já*. Acervo Digital FUG. S.d. Disponível em: <https://acervo.fundacaoulysses.org.br/galeria/diretas-ja/>. Acesso em: 23 jun. 2026.
- senado federal. *Biografia: Paulo Paim*. Arquivo do Senado Federal — História Oral. S.d. Disponível em: www12.senado.leg.br/institucional/arquivo/historiaoral/fichas-tecnicas/senadores/paulo-paim/biografia. Acesso em: 19 jun. 2026.
- sonsol, J.; castro, S. de. Ceará teve papel marcante na campanha “Diretas Já”. *Portal do Servidor — Assembleia Legislativa do Estado do Ceará*, 4 abr. 2024. Disponível em: <https://portaldoservidor.al.ce.gov.br/noticias/ceara-teve-papel-marcante-na-campanha-diretas-ja>. Acesso em: 15 maio 2026.

Fontes iconográficas

bueno, Ivan. [Comício das Diretas Já em Curitiba]. 1984. Fotografia. Acervo pessoal do fotógrafo.

fig v cpdoc (Fundação Getulio Vargas — Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil). Arquivo Tancredo Neves; Arquivo Franco Montoro.